

O PP, o Republicanos e o Podemos liberaram suas bancadas

## Câmara mantém prisão de Brazão

O deputado é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (10) o parecer que determina a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). Em votação no plenário da Casa, 277 deputados votaram a favor e 129 votaram contra, além de 28 abstenções. Eram necessários 257 votos para manter a prisão, a maioria absoluta dos membros da Câmara. O deputado é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março de

2018, no Rio de Janeiro. Brazão foi preso por obstrução de Justiça no dia 24 de março, por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Na tarde de quarta-feira, a CCJ da Câmara dos Deputados aprovou por 39 votos a 25 o parecer do deputado Darcy de Matos (PSD-SC), que pede a manutenção da prisão do deputado. Em seu parecer, o deputado Darcy de Matos lembrou que a Constituição Federal admite a possibilidade de prisão de parlamentares, desde que atendidos requisitos como a flagrância e a inafiançabilidade do crime que ensejou a prisão.

PÁGINA 6

### CULPA



Reuters

**PRIMEIRO REPRESENTANTE DA BRASKEM OUIDO PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DO SENADO** que investiga a empresa, o diretor Marcelo Arantes reconheceu na quarta-feira (10) a culpa da empresa pelo afundamento de bairros da capital de Alagoas que causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas. "A Braskem tem a sua culpa nesse processo e nós assumimos a responsabilidade por isso", destacou.

PÁGINA 8

### COPOM

**Campos Neto: canário para o corte de juros não mudou**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou, em entrevista à Globonews, que não dá para dizer que mudança no cenário externo vai afetar decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) em maio. "Hoje, o cenário não mudou substancialmente", disse, lembrando que não é o BC quem determina a meta de inflação, mas que a autoridade monetária usa os juros para alcançar essa meta que é definida pelo governo.

PÁGINA 2

### REAJUSTES

**Inflação registrou aumento de 0,16% em fevereiro**

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou março com alta de 0,16%, ante uma elevação de 0,83% em fevereiro. Os preços de Alimentação e Bebidas aumentaram 0,53% em março, após alta de 0,95% em fevereiro. O grupo deu em março uma contribuição positiva de 0,11 ponto porcentual para o IPCA. Em fevereiro, havia gerado impacto de 0,20 ponto porcentual para uma inflação geral de 0,83%.

PÁGINA 2

### HABITAÇÃO



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

**O GOVERNO FEDERAL DESTINARÁ R\$ 11,6 BILHÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE 112,5 MIL MORADIAS**, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) nas modalidades Rural e Entidades. Segundo o Planalto, o total de unidades selecionadas supera em mais de 140% a meta inicial prevista pelo Ministério das Cidades. O programa dará teto a 440 mil pessoas em áreas rurais e urbanas. Muitas delas localizadas em comunidades tradicionais como quilombolas e povos indígenas; e famílias organizadas pelos movimentos de luta por moradia.

PÁGINA 7

### ELON MUSK

**Ministro do Supremo afirma que liberdade de expressão não é liberdade de agressão**

Em meio a embate com o empresário Elon Musk, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, disse que liberdade de expressão não é liberdade de agressão. "Talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento, da coragem e seriedade do Poder Judiciário brasileiro". Gilmar Mendes afirmou que o colega tem sido "vítima de injustas agressões físicas e virtuais".

PÁGINA 6



### GAUDI 3

**Intel anuncia novo chip para IA que promete ser mais rápido e eficiente que rival da Nvidia**

A Intel anunciou o lançamento de um novo chip voltado para a inteligência artificial que busca rivalizar o crescente domínio da Nvidia. Segundo a empresa, o Intel Gaudi 3 AI fornecerá um "salto significativo" ao treinamento de sistemas de IA. A companhia garante que o novo semicondutor entregará desempenho 50% mais rápido que o modelo H100 da Nvidia.

PÁGINA 3



**IBOVESPA** 128.053,74 ↓ -1,41%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS ON N2	41.00	+3.02%	+3.02%
PETROBRAS PN N2	39.59	+2.22%	+0.86
PETRORECSA ON NM	22.170	+1.70%	+1.70%
EMBRAER ON NM	32.84	+0.89%	+0.29
PETRORIO ON NM	50.19	+0.70%	+0.35

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	12.76	-6.93%	-0.95
PETZ ON NM	3.79	-6.19%	-0.25
CSNMINERACAOON N2	5.100	-6.08%	-0.330
CVC BRASIL ON NM	2.46	-5.38%	-0.14
LOJAS RENNERON NM	16.37	-5.32%	-0.92

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	39.59	+2.22%	+0.86
VALE ON NM	61.60	-1.52%	-0.95
ITAUNIBANCOPN EJ N1	32.86	-2.11%	-0.71
B3 ON NM	11.96	-3.47%	-0.43
PETROBRAS ON N2	41.00	+3.02%	+1.20

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.461,51	-1,09%
S&P 500	5.160,64	-0,95%
NASDAQ	16.170,36	+0,84%
DAX 30	18.097,30	+0,11%
FTSE 100	7.961,21	+0,33%
IBEX 35	10.775,00	-0,38%

#### DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,007	5,007	↑ 1,41%

#### PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 1,37%

#### EURO

COMPRA	VENDA	%
5,455	5,455	↑ 0,36%

#### LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,364	6,367	↑ 0,25%

#### OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 383,30	2.335,03

## CORTE DE JUROS

# Campos Neto não sabe se mudança externa vai afetar decisão do Copom

Campos Neto pontuou que, no caso do juro norte-americano ficar mais alto por mais tempo, acabará captando a liquidez por mais tempo, deixando menos espaço para o mundo emergente

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou, em entrevista à Globonews, que não dá para dizer que mudança no cenário externo vai afetar decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) em maio. "Hoje, o cenário não mudou substancialmente", disse, lembrando que não é o BC quem determina a meta de inflação, mas que a autoridade monetária usa os juros para alcançar essa meta que é definida pelo governo.

Campos Neto esclareceu que havia uma visão de que o cenário para o corte de juros no País não havia mudando substancialmente, ao justificar a mudança de sinalização do Copom sobre a avaliação do ritmo de cortes de juros - em vez de apontar cortes em duas reuniões, passou-se a considerar apenas uma reunião.

Ele disse que não existe relação mecânica entre o cenário dos juros norte-americanos e o brasileiro.

Campos Neto pontuou que, no caso do juro norte-americano ficar mais alto por mais tempo, acabará captando a liquidez por mais tempo, deixando menos espaço para o mundo emergente. Por isso, em termos de fluxo financeiro mundial e de corte nos Estados Unidos, as perspectivas mudaram.

Ele voltou a comentar os dados de inflação do Brasil e Estados Unidos. "Tivemos notícia boa no IPCA e uma notícia ruim no cenário externo", disse, referindo-se, na questão externa, ao índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos de março, divulgado mais cedo.

O presidente do Banco Central afirmou que não seria uma boa situação não ter um



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Campos Neto afirmou que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) é um banco de dados e que pode ser adaptado a qualquer decisão da Justiça

candidato para a sua vaga até 31 de dezembro. Ele defendeu que um mês de convivência com o futuro presidente da autoridade monetária, a ser indicado pelo governo Lula, seria um bom período e que está comprometido a fazer a passagem da função da forma mais suave possível.

Defendeu também que é importante ter um nome definido para a sua vaga um tempo antes do recesso do Congresso, por isso seria positivo ter um candidato à vaga

entre setembro e outubro.

Ele voltou a dizer que quem assume o comando do BC tem que vestir camisa da autoridade monetária e entender que há meta a cumprir, tanto na perseguição da meta de inflação quanto de estabilidade financeira.

O presidente do Banco Central afirmou que, de sua parte, a relação com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está ótima. "Estou à disposição a conversar sempre, seja em churrasco,

almoço ou jantar", disse.

Ele também comentou que está disposto a conversar para explicar detalhes técnicos sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da autonomia financeira e disse que também se equivoca em alguns casos.

Campos Neto afirmou que não é verdade que os servidores do BC estão contra a PEC. "Estamos nos esforçando por uma coisa, junto com a diretoria, por um Banco Central melhor lá na frente", disse ao lembrar

que a modernização administrativa passaria a valer só em 2025, quando ele não estaria mais na presidência do BC.

Também frisou que os diretores que foram indicados pelo governo atual trabalharam pela PEC da autonomia financeira. Esse e outros temas serão discutidos com o senador Davi Alcolumbre (União-AP) em jantar que consta na agenda desta quarta-feira.

Campos Neto reforçou que está sempre disponível para conversar com o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive sobre a PEC, mas que não sabe o quanto interessa a ele conhecer os detalhes da PEC.

Ele comentou que tem pouco contato direto com o presidente e que o contato entre os dois costuma ser feito por intermédio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que já disse discordar de alguns pontos da PEC.

Ele comentou que acredita que todos os economistas estão errando os números do PIB há muito tempo. O governo estima que o crescimento da economia do País em 2024 será de 2,2%. Nesta semana, os economistas ouvidos pela Focus estimaram o avanço do PIB em 1,90%.

O presidente do Banco Central afirmou ainda que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) é um banco de dados e que pode ser adaptado a qualquer decisão da Justiça.

No início deste mês, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão individual do ministro Cristiano Zanin que validou o compartilhamento de dados de inteligência do Coaf requisitados diretamente pela polícia, sem decisão judicial prévia.

Campos Neto ainda afirmou que não tem nenhuma ambição política após deixar o comando da autoridade monetária, ao fim deste ano. "Estou focado no BC até o fim do mandato, não tenho nenhum projeto, zero", disse.

Questionado sobre sua situação específica - de ter sido indicado ao comando do BC com mandato pelo governo Bolsonaro e encarar dois anos do novo governo Lula na função -, Campos Neto afirmou que melhorou sua relação técnica com o Ministério da Fazenda. Ele ainda disse acreditar que tem boa proximidade com Haddad.

## ALIMENTOS

# Inflação registrou aumento de 0,16% em fevereiro

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou março com alta de 0,16%, ante uma elevação de 0,83% em fevereiro. A taxa acumulada pela inflação no ano foi de 1,42%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 3,93%, resultado inferior à mediana das projeções (de 4,01%). O intervalo de estimativas ia de 3,81% a 4,51%.

Alta do IPCA foi o resultado mais baixo desde julho de 2023, quando ficou em 0,12%. No entanto, para meses de março, a taxa foi a mais branda desde 2020, quando houve elevação de 0,07%.

Como consequência, a taxa

acumulada em 12 meses arrefeceu pelo sexto mês consecutivo, passando de 4,50% em fevereiro para 3,93% em março, a mais baixa desde junho de 2023, quando estava em 3,16%.

A meta de inflação perseguida pelo Banco Central em 2024 é de 3,0%, com teto de tolerância de 4,50%. A taxa acumulada pela inflação no ano foi de 1,42% até março.

Os preços de Alimentação e Bebidas aumentaram 0,53% em março, após alta de 0,95% em fevereiro. O grupo deu uma contribuição negativa de 0,07 ponto percentual para o IPCA, que subiu 0,16% no mês passado. Em fevereiro, havia gerado contribuição positiva de 0,11 ponto percentual para o IPCA. Em fevereiro, havia gerado impacto de 0,20 ponto

percentual para uma inflação geral de 0,83%.

Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve alta de 0,59% em março, após ter avançado 1,12% no mês anterior. A alimentação fora do domicílio subiu 0,35%, ante alta de 0,49% em fevereiro.

Também no IPCA, os preços de Transportes caíram 0,33% em março, após alta de 0,72% em fevereiro. O grupo deu uma contribuição negativa de 0,07 ponto percentual para o IPCA, que subiu 0,16% no mês passado. Em fevereiro, havia gerado contribuição positiva de 0,15 ponto percentual para uma inflação geral de 0,83%.

Os preços de combustíveis tiveram alta de 0,17% em março, após avanço de 2,93% no mês anterior. A gasolina subiu 0,21%, após ter registrado alta de 2,93% em fevereiro, enquanto o etanol avançou 0,55% nesta leitura, após alta de 4,52% na última.

As famílias brasileiras gastaram 0,19% a mais com habitação em março, uma contribuição de 0,03 ponto percentual para a taxa geral de 0,16% registrada pelo IPCA no mês. Em fevereiro, o grupo Habitação havia subido 0,27% e gerado uma contribuição de 0,04 ponto percentual para uma taxa geral de 0,83% do IPCA.

A energia elétrica aumentou 0,12% no IPCA de março, devido a reajustes de 3,84%, a partir de 15 de março, e de 2,76%, a partir de 19 de março, aplicados nas duas concessionárias pesquisadas no Rio de Janeiro.

A taxa de água e esgoto subiu 0,04% no IPCA de março, por conta do reajuste de 4,04% em Aracaju a partir de 1º de março.

O gás encanado recuou 0,05%, com a apropriação residual dos reajustes tarifários, a partir de 1º de fevereiro, no Rio de Janeiro (redução média de 1,30%) e em Curitiba (redução de 2,29%).

De acordo com o IBGE, as famílias brasileiras gastaram

0,43% a mais com saúde e cuidados pessoais em março, uma contribuição de 0,06 ponto percentual para a taxa de 0,16% registrada pelo IPCA. Em fevereiro, o grupo Saúde e Cuidados Pessoais havia subido 0,65% e gerado uma contribuição de 0,09 ponto percentual para uma taxa geral de 0,83% do IPCA.

O avanço do grupo Saúde e Cuidados Pessoais em março foi influenciado por reajustes do plano de saúde (0,77%) e dos produtos farmacêuticos (0,52%).

Entre os farmacêuticos, os destaques foram os aumentos no anti-infeccioso e antibiótico (1,27%) e no analgésico e anti-térmico (0,55%).

**Diário DC** Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

EFICIÊNCIA

# Intel anuncia novo chip para IA, mais rápido do que o da Nvidia

A companhia garante que o novo semicondutor entregará desempenho 50% mais rápido que o modelo H100 da Nvidia, com eficiência 40% superior. O chip será disponibilizado a partir do segundo trimestre

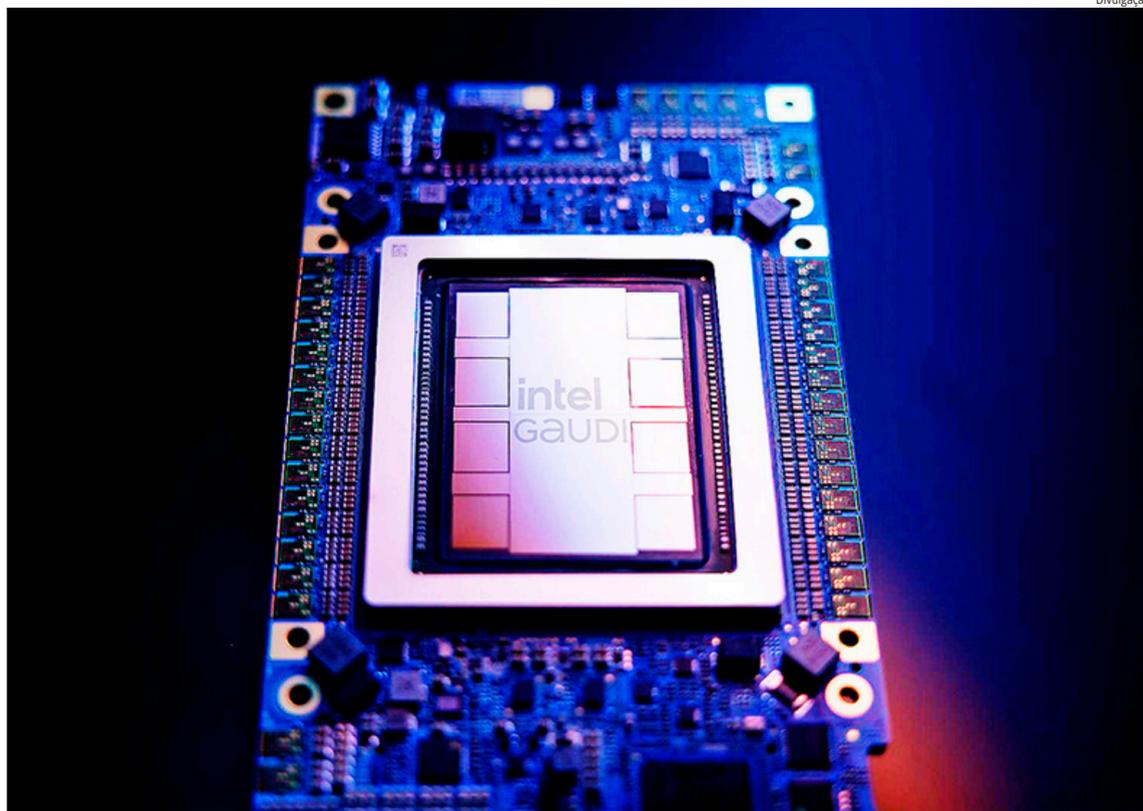
**A** Intel anunciou o lançamento de um novo chip voltado para a inteligência artificial que busca rivalizar o crescente domínio da Nvidia nesse segmento. Segundo a empresa, o Intel Gaudi 3 AI fornecerá um “salto significativo” ao treinamento de sistemas de IA.

A companhia garante que o novo semicondutor entregará desempenho 50% mais rápido que o modelo H100 da Nvidia, com eficiência 40% superior. A expectativa é de que o chip seja disponibilizado a grandes clientes a partir do segundo trimestre deste ano.

“A inovação está avançando a um ritmo sem precedentes, tudo possibilitado pelo silício — e todas as empresas estão rapidamente se tornando uma empresa de IA”, disse o CEO da Intel, Pat Gelsinger. “A Intel está trazendo IA a todos os lugares da empresa, desde o PC até o data center e a borda. Nossas mais recentes plataformas Gaudi, Xeon e Core Ultra estão oferecendo um conjunto coeso de soluções flexíveis personalizadas para atender às necessidades em mudança de nossos clientes e parceiros e capitalizar sobre as imensas oportunidades futuras”.

As empresas estão buscando escalar a GenAI de piloto para produção. Para isso, elas precisam de soluções prontamente disponíveis, construídas com processadores de alto desempenho, custos e consumo de energia, como o acelerador de IA Intel Gaudi 3, que também aborda a complexidade, fragmentação, segurança de dados e requisitos de conformidade.

O acelerador de IA Intel Gaudi 3 potencializará sistemas de IA com até dezenas de milha-



A Intel Gaudi 3 promete quatro vezes mais computação de IA para BF16 e um aumento de 1,5 vezes na largura de banda de memória em relação ao seu antecessor

res de aceleradores conectados através do padrão comum de Ethernet. A Intel Gaudi 3 promete quatro vezes mais computação de IA para BF16 e um aumento de 1,5 vezes na largura de banda de memória em relação ao seu antecessor. O acelerador oferecerá um salto significativo em treinamento e inferência de IA para empresas globais que buscam implantar GenAI em escala.

Em comparação com a Nvidia H100, o Intel Gaudi 3 é projetado para oferecer um tempo de treinamento 50% mais rápido em média em modelos

Llama2 com parâmetros de 7B e 13B, e modelo de parâmetro GPT-3 175B. Além disso, a taxa de transferência do acelerador Intel Gaudi 3 é projetada para superar a H100 em 50% em média e 40% para eficiência energética média em parâmetros Llama 7B e 70 B, e modelos de parâmetros Falcon 180B.

A Intel Gaudi 3 oferece software aberto, baseado na comunidade e rede Ethernet padrão do setor. E permite que as empresas escalem com flexibilidade de um nó único para clusters, super-clusters e mega-clusters com milhares

de nós, suportando inferência, ajuste fino e treinamento na maior escala.

A Intel Gaudi 3 estará disponível para OEMs — incluindo Dell Technologies, HPE, Lenovo e Supermicro — no segundo trimestre de 2024.

A Intel esboçou sua estratégia para sistemas de IA escaláveis abertos, incluindo hardware, software, frameworks e ferramentas. A abordagem da Intel permite que um amplo e aberto ecossistema de players de IA ofereça soluções que satisfazem as necessidades de GenAI específicas

da empresa. Isso inclui fabricantes de equipamentos, provedores de banco de dados, integradores de sistemas, provedores de software e de serviços e outros. Também permite que as empresas utilizem os parceiros do ecossistema e soluções que já conhecem e confiam.

A Intel também anunciou colaborações com o Google Cloud, Thales e Cohesity para aproveitar os recursos de computação confidencial da Intel em suas instâncias de nuvem. Isso inclui Intel® Trust Domain Extensions (Intel® TDX), Intel®

Software Guard Extensions (Intel® SGX) e o serviço de atestação da Intel. Os clientes podem executar seus modelos e algoritmos de IA em um ambiente de execução confiável (TEE) e aproveitar os serviços de confiança da Intel para verificar de forma independente o valor da confiança desses TEEs.

Em colaboração com a Anyscale, Articul8, DataS-tax, Domino, Hugging Face, KX Systems, MariaDB, MinIO, Qdrant, RedHat, Redis, SAP, VMware, Yellowbrick e Zilliz, a Intel anunciou a intenção de criar uma plataforma aberta para IA empresarial. O esforço em todo o setor tem como objetivo desenvolver sistemas GenAI abertos e multi-vendedores que oferecem a melhor facilidade de implantação, desempenho e valor da categoria, habilitados pela geração aumentada de recuperação. A RAG permite que as vastas e existentes fontes de dados proprietárias das empresas em execução na infraestrutura de nuvem padrão sejam aumentadas com recursos de LLM abertos, acelerando o uso de GenAI em empresas.

Como passos iniciais neste esforço, a Intel lançará implementações de referência para os pipelines de GenAI em soluções seguras com Intel Xeon e baseadas em Gaudi, publicará uma estrutura conceitual técnica e continuará a adicionar capacidade de infraestrutura na Intel Tiber Developer Cloud para o desenvolvimento de ecossistemas e a validação de RAG e pipelines futuros. A Intel incentiva a participação adicional do ecossistema para unir forças nesse esforço aberto para facilitar a adoção das empresas, ampliar a cobertura de soluções e acelerar os resultados dos negócios.

DEMANDA FRACA

# Lucro da Barry Callebaut recuou para US\$ 85 milhões em seis meses

A fabricante de chocolates Barry Callebaut registrou queda de 67,2% no lucro líquido, alcançando 76,8 milhões de francos suíços (US\$ 85 milhões, com US\$ 1 = 0,9 franco suíço) nos seis meses encerrados em 28 de fevereiro de 2024, ante 234,3 milhões de francos suíços em igual período do ano anterior. A receita nos seis meses aumentou para 4,643 bilhões de francos suíços, de 4,18 bilhões francos suíços no ano anterior, alta de 11,1%.

Já o Ebit (lucro antes de juros e impostos) recuou 48,9%, para 178,1 milhões de francos suíços. As ações da empresa operavam em alta de 8,46%, às 8h25 (horário de Brasília), na SIX Swiss Exchange, a 1.334 francos suíços.

O volume de vendas alcançou no semestre 1,138 milhão de toneladas, alta de 0,7% ante o volume no período equivalente no ano anterior. No negócio de chocolate, o volume recuou 0,4%, alcançando 754.473 toneladas.

As vendas de produtos de cacau recuaram para 226.225 toneladas (-0,7%). Já as vendas de produtos gourmet e especiais subiram para 157,826



As vendas de produtos de cacau recuaram para 226.225 toneladas (-0,7%). Já as vendas de produtos gourmet e especiais subiram para 157,826 toneladas

toneladas (+8,4%). “Os fabricantes de alimentos continuaram prejudicados pela fraca demanda do consumidor no contexto de um ambiente de alta inflação. A Barry conseguiu mitigar essas pressões,

pois seu modelo de negócios diversificado permitiu capturar a mudança do consumidor para ofertas de chocolate de marca própria”, disse a empresa em nota.

Na Europa Ocidental, o

volume de vendas subiu para 370.049 toneladas (2,2%), enquanto na Europa Central e Oriental aumentou a 152.158 toneladas (3,5%). O crescimento do volume na América Latina também ace-

lerou para 30.371 toneladas, 6,2% no semestre, liderado por produtos gourmet no Brasil. Contudo, houve queda no volume de vendas na América do Norte, a 270.313 toneladas (-1,9%), e na região na Ásia-Pac-

fico, Oriente Médio e África, de 89.408 toneladas (-0,6%).

Para o ano fiscal de 2024, a empresa reiterou as projeções de 2023/24 e continua a esperar volumes e Ebit estáveis em moeda constante, à medida que enfrenta o que chamou de ambiente altamente volátil. A Barry Callebaut espera também “benefícios modestos” com o BC Next Level, seu programa de investimento lançado em setembro de 2023.

Os resultados do semestre parecem tranquilizadores, visto o aumento sem precedentes nos preços do cacau, bem como a reestruturação contínua da empresa, escreveu o analista da Vontobel, Jean-Philippe Bertschy.

O crescimento do volume é um bom sinal da forte oferta, apesar da racionalização do portfólio, afirmou. “No entanto, a situação continua frágil”, acrescentou, em parte por causa da proporção de cacau. A projeção para o ano fiscal aponta para um segundo semestre volátil e turbulento, avaliou.

Para o analista da Bader Helvea, Andreas von Arx, a empresa divulgou números mistos e os investidores podem precisar de mais progresso na transformação. “Não temos certeza se este é um sinal positivo para o investidor médio considerar Barry Callebaut”, avaliou. A perspectiva para 2024 parece factível, mas a empresa deve fornecer metas claras de médio prazo e pós-transformação, disse.

## DISTRIBUIÇÃO

# SP recebeu maior valor de ICMS pago pela Petrobras em 2023

Três dos dez municípios mais beneficiados com o pagamento de tributos pela Petrobras são paulistas: Cubatão, São Sebastião e Paulínia. O recolhimento dos três municípios somam R\$ 215,5 milhões



Agência Petrobras

A Petrobras recolheu no ano passado R\$ 90,2 bilhões de ICMS, com arrecadação distribuída entre os 26 Estados e o Distrito Federal

**A** Petrobras informou na quarta-feira, 10, que São Paulo foi o Estado brasileiro que recebeu o maior valor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago pela empresa em 2023, de R\$ 21 bilhões. Isso corresponde a 23,3% da participação da companhia no recolhimento do imposto para as 27 unidades federativas do País e a 10,7% do ICMS do Estado.

A estatal recolheu em 2023 R\$ 90,2 bilhões de ICMS, com arrecadação distribuída entre os 26 Estados e o Distrito Federal. A estatal lembra que entrou em vigor, no ano passado, o ICMS Monofásico sobre as operações com óleo diesel, gasolina e GLP (Lei Complementar 192/2022). Isso significa que a Petrobras assumiu a responsabilidade integral pelo recolhimento desse imposto estadual, não havendo mais recolhimento por parte dos distribuidores e revendedores.

No ano de 2023, três dos dez municípios mais beneficiados com o pagamento de tributos pela Petrobras são paulistas: Cubatão, São Sebastião e Paulínia.

As três cidades ocupam, respectivamente, segunda, terceira e sétima posições no ranking. O recolhimento dos três municípios somados, de R\$ 215,5 milhões, corresponde a quase 18% do valor recolhido pela Petrobras aos municípios brasileiros.

A Petrobras recolheu R\$ 1,2 bilhão em tributos para 284 municípios, distribuídos em 21 Estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal.

No comparativo de recolhimentos com o ano anterior, houve aumento de 14% nos pagamentos de tributos municipais, que incluem Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Serviços recolhidos pelo regime de Substituição Tributária (ISS-ST), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dentre outras taxas.

A Petrobras recolheu, em 2023, o total de R\$ 240,2 bilhões em tributos próprios, retidos e participações governamentais no Brasil. A companhia de energia é a maior empresa contribuinte do País.

Do total pago pela Petrobras aos cofres públicos em 2023, R\$ 61,4 bilhões correspondem a participações governamentais

(majoritariamente, royalties e participação especial); R\$ 87,4 bilhões, a recolhimentos federais; R\$ 90,2 bilhões, estaduais; e R\$ 1,2 bilhão, municipais.

Os valores dos recolhimentos de royalties e participação especial estão diretamente relacionados aos preços do petróleo e gás natural no mercado internacional, cotados em dólar.

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado aprovou na quarta-feira, 10, a realização de uma auditoria com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a decisão da Petrobras de reter a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas da empresa. O processo de leitura, discussão e votação demorou apenas 45 segundos. O pedido foi apresentado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), líder da minoria no Senado.

O único senador que comentou o assunto foi o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da comissão, que ironizou a queda de braços e o processo de "fritura" do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. "Eu também quero saber

como aconteceu tudo. Deu uma celeuma em cima, fizeram uma tempestade num copo d'água, nunca vi um negócio desse. É cai fulano, cai sicrano, no fim não caiu ninguém", afirmou Aziz.

A comissão também tinha em sua pauta um pedido de convite ao presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para prestar esclarecimentos sobre a política de preços da estatal, o impacto inflacionário dessa política e o eventual prejuízo ao setor público com a retenção dos dividendos. Esse requerimento, porém, não foi votado.

A decisão de reter os dividendos extras da Petrobras foi anunciada em março. As ações da empresa despencaram logo em seguida. Desde então, o processo de desgaste de Prates à frente da estatal se intensificou. Recentemente, criou-se uma expectativa em parte do governo para que essa decisão seja revista e que a Petrobras decida distribuir ao menos parte dos dividendos extras.

Parte dessa "torcida" vem do Ministério da Fazenda, que acredita que esse dinheiro possa servir para compensar outras perdas, como a desoneração dos municípios.

## OUTRAS PAUTAS

## Mercadante evita falar de Petrobras em evento no BNDES

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, se esquivou de responder a jornalistas sobre a situação da Petrobras na manhã de quarta-feira, 10.

O BNDES convocou uma coletiva para falar sobre o lançamento de um edital do banco de R\$ 60 milhões voltado a projetos de pesquisa e proteção de corais na costa brasileira. Mercadante introduziu o assunto, mas, alegando reunião ligada ao G20 com comitiva da Arábia Saudita, saiu no meio do evento realizado no 10º andar da sede do Banco no Rio de Janeiro.

Questionado se poderia responder a perguntas, se limitou a dizer que não entraria em "outras pautas". Mercadante saiu apressado da sala e funcionários do BNDES impediram que jornalistas fizessem o mesmo para interceptá-lo nos corredores.

Nos últimos dias, ele vem sendo cotado para assumir o comando da Petrobras, como opção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para solucionar a crise que se arrasta e escalou no último fim de semana, opondo alas do governo, sobretudo o Ministério de Minas e Energia (MME), de Alexandre Silveira, e o atual presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Na terça, segundo fontes, Prates pode ter ganhado fôlego no cargo, após o indicativo de Mercadante, nos bastidores, de que não gostaria de deixar o BNDES e do recuo de Silveira, cujo entorno passou a distribuir uma lista de exigências para apoiar a permanência de Prates na estatal.

No centro da crise que envolve o comando da Petrobras, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pediu "paz" à petroleira e disse que o cargo de presidente da estatal cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após evento de assinatura da Medida Provisória (MP) das Energias Renováveis e da Redução Tarifária no Palácio do Planalto, na terça-feira, 9 ele negou que, junto com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Casa Civil, Rui Costa, tenha fechado um acordo sobre a distribuição de dividendos extraordinários da Petrobras.

Segundo o ministro, o encontro foi para falar "sobre as possibilidades" de olho na melhora da economia brasileira.

"Não é verdade que nós acordamos entre nós qualquer coisa que seja sobre distribuição de dividendos", disse Silveira, que classificou o episódio como uma "grande especulação". "O que aconteceu entre nós foi um diálogo sobre as possibilidades...". comentou ele, acrescentando que o foco das conversas foi sobre as questões econômicas. "Foi para discutir como vamos revigorar a economia nacional, o resto foi especulação", acrescentou. "É natural que a gente tenha debate permanente com os ministros Rui e Haddad."

Silveira negou qualquer posicionamento sobre a distribuição de dividendos extraordinários da estatal.

## SAÚDE E BEM ESTAR

## BEBÊ A BORDO

por  
Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

**O INÍCIO DA GESTAÇÃO** é o começo da jornada incrível de ter um bebê. Tudo começa quando um óvulo se encontra com um espermatozoide e se transforma em um embrião. Às vezes a mamãe pode sentir alguns sintomas como enjoos, cansaço ou mudanças nos seios. É um momento emocionante e cheio de novidades onde muitas vezes os pais começam a planejar o futuro e se preparar para receber o novo membro da família. É como o primeiro capítulo de um livro emocionante que está apenas começando a ser escrito.

**UM DOS PRIMEIROS PONTOS** a ser considerado é ter uma gestação saudável onde a mamãe e o bebê consigam se desenvolver durante esse tempo de forma segura e saudável e é onde a atividade física entra em ação como um aliado durante essa jornada. É comum as mães sentirem medo de começar a praticar atividade física durante a gravidez.

**ELAS PODEM SE PREOCUPAR** se é seguro para o bebê ou se podem machucar a si mesmas. A ideia de

fazer exercícios enquanto o corpo passa por tantas mudanças pode ser assustadora. Porém é importante lembrar que com orientação médica adequada e escolhendo atividades seguras, a atividade física pode ser benéfica tanto para a mãe quanto para o bebê. Começar devagar e ouvir o próprio corpo são passos importantes para superar esse medo e aproveitar dos benefícios que o exercício pode trazer durante a gestação.

**EXERCÍCIOS REGULARES** podem ajudar a melhorar a circulação sanguínea, o que é essencial para fornecer oxigênio e nutrientes ao bebê em crescimento. Além disso manter-se ativa pode ajudar a aliviar desconfortos comuns da gravidez, como dores nas costas e inchaço nas pernas, fortalecendo os músculos que sustentam o corpo. Para a mãe a atividade física também pode ajudar a controlar o ganho de peso, reduzir o risco de complicações como diabetes gestacional e pressão alta, além de melhorar o humor e reduzir o estresse. Estudos mostram que as

gestantes que se exercitam regularmente têm maior probabilidade de ter uma recuperação mais rápida após o parto e podem experimentar uma melhora na qualidade do sono.

**DURANTE A GRAVIDEZ**, é importante ter atenção a certos tipos de exercícios e evitar outros para garantir a segurança tanto da mãe quanto do bebê que está em desenvolvimento. Exercícios de alto impacto, como corrida ou saltos, podem aumentar o risco de lesões e devem ser evitados, pois à medida que a gravidez avança e o centro de gravidade muda.

**ATIVIDADES QUE APRESENTAM** risco de queda como esportes de contato ou equitação, devem ser retirados da rotina de exercícios durante a gravidez. Deitar de costas por longos períodos devem ser evitado após o primeiro trimestre pois podem interferir na circulação sanguínea e causar tonturas ou desconforto. Exercícios que envolvem movimentos bruscos ou de torção excessiva da parte superior do corpo também devem ser feitos com cuidado, pois

podem causar desconforto na região do abdômen. Embora existam exercícios que devem ser evitados durante a prática de atividade física na gravidez é importante destacar que a atividade continua sendo essencial para uma gestação saudável.

**DURANTE A GESTAÇÃO PRATICAR** regularmente atividade física e ter uma alimentação saudável e equilibrada se mostram como uma combinação de suma importância para promover o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê. Ao manter-se ativa e nutrida adequadamente a futura mamãe pode desfrutar de uma gravidez mais confortável reduzindo o risco de complicações e preparando-se para um parto mais saudável.

**É FUNDAMENTAL LEMBRAR** que cada gestação é única, e consultar um profissional de saúde para orientação personalizada é essencial. Com cuidado e atenção a prática de atividade física e uma dieta balanceada podem contribuir significativamente para uma experiência de gravidez positiva e saudável para ambos.

GAZA

# Israel nega cerca de 40% das operações de ajuda

Em nível de atendimento, estão operacionais dez dos 36 hospitais que antes atendiam às necessidades de 2 milhões de habitantes



Gaza: os caminhões que passam pela triagem das autoridades israelenses normalmente estão apenas "meio cheios". Esse é um requisito para fins de checagem

**A**s Nações Unidas informaram que 40% de todas as operações de ajuda alimentar na Faixa de Gaza foram negadas por Israel em fevereiro e março. O Escritório da ONU para Assistência Humanitária, Ocha, alerta que a crise atual não tem precedentes.

Entre os maiores desafios da Agência de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, estão as restrições de acesso devido à falta de autorização de passagem de comboios para o norte desde janeiro passado.

Estima-se que 33.360 palestinos foram mortos e 75.993 ficaram feridos em ataques israelenses em Gaza que ocorrem desde 7 de outubro. Com base em dados do Ministério da Saúde de Gaza, a Unrwa revela que a maioria são mulheres e crianças e "outros milhares de corpos podem estar sob os escombros".

Esta semana, o Ocha coordenou com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras entidades a realização de enterros dignos para corpos não identificados no Hospital Al Shifa na sequência do cerco de forças israelenses na semana passada. Para os sepultamentos, fei-

tos no local e nas proximidades, também houve apoio dos Serviços de Ação contra as Minas da ONU e o Departamento de Segurança e Proteção em coordenação com autoridades de saúde de Gaza.

Nas redes sociais, o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, reportou que havia corpos parcialmente enterrados ou envolvidos em plásticos. Com enterros dignos, estes poderiam "ser identificados posteriormente com exames forenses, dando algum consolo aos seus entes queridos".

A Unrwa calcula haver atualmente 300 mil habitantes nas províncias do norte e na Cidade de Gaza. A capacidade de fornecer apoio humanitário e de obter dados atualizados sobre os sobreviventes nestas áreas foi severamente limitada.

Por causa de confrontos ainda em curso, as ordens de evacuação emitidas pelas Forças de Defesa de Israel e a necessidade constante de busca de locais mais seguros ocorreram repetidos deslocamentos.

Em nível de atendimento, estão atualmente operacionais somente 10 dos 36 hospitais primários que antes atendiam às necessidades de mais de 2 milhões de habitantes em Gaza.

Mesmo em meio a restrições significativas, apenas oito dos 24 centros de saúde da Unrwa continuam em funcionamento. Dois deles foram recentemente criados por causa do aumento das populações deslocadas.

Ao mesmo tempo em que a agência reitera os pedidos por uma "mudança significativa no volume de entregas", a Unrwa revela ter alcançado mais de 1,8 milhões de pessoas, ou 85% da população de Gaza.

Quase 600 milhões de beneficiários tiveram cestas básicas de emergência e aproximadamente US\$ 3,6 milhões de consultas foram efetuadas a pacientes em centros e postos de saúde.

Apesar de ter perdido um total de 178 funcionários desde o início do conflito em 7 de outubro, a Unrwa diz que seguirá "fazendo o armazenamento e a distribuição de produtos alimentares de outras agências".

O porta-voz do Escritório da ONU de Coordenação de Assuntos Humanitários, Ocha, afirmou que os comboios de alimentos que deveriam ir para o norte de Gaza têm "três vezes mais probabilidade de serem negados do que qualquer outro comboio humanitário com outros tipos de material".

Jens Laerke afirmou que até a noite de segunda-feira, os compromissos feitos por Israel para facilitar e aumentar o fluxo de ajuda, incluindo a abertura de novos pontos de passagem na fronteira, "ainda estavam pendentes".

Ele explicou que os caminhões que passam pela triagem das autoridades israelenses normalmente estão apenas "meio cheios". Esse é um requisito implementado para fins de checagem.

Após cruzar a fronteira, os caminhões são descarregados e o material é recolhido por outros que ficam em Gaza e fazem a distribuição.

No entanto, o representante do Ocha citou uma série de entraves, como a restrição imposta pelo lado israelense de que os motoristas e caminhões egípcios nunca podem estar na mesma área ao mesmo tempo que os motoristas e caminhões palestinos.

Essa transferência entre caminhões ocorre de forma lenta. Primeiro, os itens têm que entrar, ser descarregados e todo mundo tem que sair antes que um novo conjunto de caminhões vindos de Gaza, com placas palestinas possam recolhê-los.

AMEAÇA



Israel Katz afirmou que se o Irã atacar Israel, Tel-Aviv irá responder

## Chanceler afirma que Israel irá atacar o Irã se for diretamente atingido

O chanceler de Israel, Israel Katz, afirmou na quarta-feira, 10, na rede social X (antigo Twitter) que se o Irã atacar diretamente o território israelense, Tel-Aviv iria responder com um ataque ao território iraniano. A ameaça, feita em um post em hebraico e em farsi, faz parte de uma escalada nas tensões entre os dois países após um bombardeio aéreo atribuído a Israel atingir a embaixada do Irã na Síria no dia 1º de abril. O ataque deixou sete mortos, incluindo um comandante sênior da Guarda Revolucionária do Irã.

O governo iraniano afirmou repetidas vezes desde então que iria vingar o ataque em sua embaixada. Oficiais norte-americanos e israelenses estão em alerta. Teerã chegou a afirmar nos últimos dias que poderia atacar uma embaixada israelense.

Em um discurso na quarta-feira durante uma celebração do Eid al-Fitr, o feriado que encerra o mês sagrado do Ramadã, o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, ressaltou que quando o suposto ataque israelense atingiu uma embaixada iraniana, o território do país persa foi atacado.

"O regime maligno cometeu um erro e deveria ser punido e será punido", acrescentou, segundo a IRNA, a agência de notícias estatal do Irã.

Israel não assumiu publicamente a responsabilidade pelo ataque em Damasco, mas várias autoridades israelenses confirmaram o seu envolvimento ao The New York Times.

Os analistas alertaram que, embora ambos os lados queiram provavelmente evitar uma guerra aberta, qualquer erro de cálculo poderá levar a uma escalada regional mais ampla.

Israel tem enfrentado o grupo terrorista Hamas, que é apoiado pelo Irã, na guerra que completou seis meses no domingo, 7.

Tel-Aviv também troca escaramuças com a milícia radical xiita Hezbollah no norte de Israel. O grupo também tem uma relação próxima com Teerã.

Nos últimos anos Israel tem atacado infraestrutura iraniana na Síria para reduzir a capacidade do Irã de transportar armamentos por terra e ar para mais perto das fronteiras israelenses.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que a maneira que o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, está conduzindo a guerra era errada e pediu para que Israel concorde com um cessar-fogo.

"O que ele está fazendo é um erro. Não concordo com a abordagem dele", disse Biden à emissora Univision. O democrata também afirmou que Israel deve permitir a entrada de mais ajuda humanitária no enclave palestino.

A guerra começou no dia 7 de outubro do ano passado, quando terroristas do Hamas invadiram o território israelense, mataram 1,2 mil pessoas e sequestraram 240. Israel respondeu com uma ofensiva na Faixa de Gaza, que conta com bombardeios aéreos e invasão terrestre.

Segundo o ministério da Saúde de Gaza, que é controlado pelo Hamas, 33 mil palestinos morreram no enclave desde o início da guerra.

SETOR IMOBILIÁRIO

# Fitch prevê crescimento menor da China em 2024 e maior déficit fiscal

A Fitch prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da China irá desacelerar para 4,5% em 2024, devido à "fraqueza persistente do setor imobiliário e ao consumo contido das famílias", segundo relatório divulgado na quarta-feira em que a agência de classificação de risco rebaixou a perspectiva da nota de crédito soberano A+ chinesa, de estável para negativa. No ano passado, o PIB chinês teve expansão de 5,2%.

Ainda no relatório, a Fitch projeta que o déficit fiscal da China deste ano será o mais alto desde 2020, quando atingiu 8,6% do PIB.

De acordo com a Fitch, os déficits chineses têm sido elevados desde 2020, representando aproximadamente o dobro da média de 3,1% do PIB observada no período de 2015 a 2019.



A Fitch projeta que o déficit fiscal da China deste ano será o mais alto desde 2020, quando atingiu 8,6% do PIB

A Fitch revisou a perspectiva para o rating de inadimplência de emissor (IDR) da China de estável para negativa, mas o reafirmou em 'A+'. Segundo a agência de avaliação de risco de crédito, a mudança de perspectiva ocorre devido aos "riscos crescentes" das finanças do país, à medida que a incerteza sobre atividade econômica da China ocorre em paralelo a uma transição do modelo de crescimento dependente do setor imobiliário para um considerado mais sustentável.

"Os amplos déficits fiscais e o aumento da dívida pública nos últimos anos corroeram as reservas do ponto de vista das classificações. A Fitch acredita que é cada vez mais provável que a política fiscal desempenhe um papel importante no apoio ao crescimento nos próximos anos, o que poderá manter a dívida numa tendência ascendente constante", destaca a agência.

O Ministério de Finanças da China descreveu como "decepcionante" a decisão da Fitch de rebaixar a perspectiva do rating chinês. Segundo o ministério

chinês, representantes da pasta tiveram apenas discussões preliminares com a equipe da Fitch, e o relatório da agência de classificação de riscos "reflete apenas parcialmente" as visões da China. O ministério acrescentou que a dívida chinesa é administrável e está sob controle.

"No longo prazo, nossa política fiscal ajudará a garantir bom crédito soberano, ao manter o déficit em um tamanho apropriado, utilizando recursos de emissões de dívida para expandir a demanda interna e apoiando o crescimento econômico", afirmou o ministério.

O sistema de classificação da Fitch não reflete com eficácia os efeitos positivos das políticas fiscais da China no estímulo ao crescimento, avaliou o ministério.

"A taxa de déficit de 3% prevista para 2024, no seu conjunto, é moderada e razoável, conduz à estabilização do crescimento econômico, melhora o controle da alavancagem do governo e abre espaço para as políticas lidarem com desafios e riscos que possam surgir no futuro," disse o ministério.

## CASO MARIELLE

# Câmara decide manter prisão de Brazão

O PL, o União Brasil e a oposição orientaram seus deputados a votarem na CCJ pela soltura

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (10) o parecer que determina a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). Em votação no plenário da Casa, 277 deputados votaram a favor e 129 votaram contra, além de 28 abstenções. Eram necessários 257 votos para manter a prisão, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

O deputado é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Brazão foi preso por obstrução de Justiça no dia 24 de março, por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

A decisão foi confirmada por unanimidade pela Primeira Turma do STF, que também determinou a prisão do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Domingos Brazão e do delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa. Os três são investigados por envolvimento no homicídio de Marielle e Anderson.

De acordo com a Constituição Federal, quando um parlamentar federal é preso, o fato deve ser comunicado à respectiva Casa Legislativa para que se manifeste sobre a manutenção

da ordem ou sua revogação. Atualmente, o deputado está detido no presídio federal de Campo Grande (MS).

Na tarde de quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou por 39 votos a 25 o parecer do deputado Darci de Matos (PSD-SC), que pede a manutenção da prisão do deputado.

Em seu parecer, o deputado Darci de Matos lembrou que a Constituição Federal admite a possibilidade de prisão de parlamentares, desde que atendidos requisitos como a flagrância e a inafiançabilidade do crime que ensejou a prisão. "Entendo que as prerrogativas dos parlamentares são para proteger a sua atuação. Não podemos admitir que se utilize a imunidade parlamentar como escudo para a prática de crimes", disse.

O advogado de defesa de Chiquinho Brazão, Cleber Lopes, disse que a decisão da CCJ foi alicerçada em considerações de mérito, sobre uma eventual culpabilidade do parlamentar. Ele argumentou que a Constituição Federal é categórica ao determinar que o parlamentar só pode ser preso em flagrante delito e por crime inafiançável, e esse não é o caso do deputado Brazão. "Não há prisão em flagrante. Nós temos uma prisão preventiva decretada ao arripio da Constituição da república", disse.

Ele também alegou a falta de competência do STF para julgar a questão, já que os atos ocorreram antes da eleição de Brazão como deputado federal. Na época da morte de Marielle, ele era vereador na cidade do Rio.

O PL, o União Brasil e a oposição orientaram pela soltura do deputado. O PP, o Republicanos e o Podemos liberaram suas bancadas. Foram favoráveis à manutenção da prisão PSOL, PT, MDB, PDT, PSB e PSD e o governo. Brazão foi detido preventivamente pela Polícia Federal por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. A Câmara tem a prerrogativa de decidir se mantém ou não a prisão.

O parecer do relator, o deputado Darci de Matos (PSD-SC), foi pela manutenção da prisão. O PL passou a apoiar a cassação do mandato do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) como forma de tentar abrir caminho para a soltura do parlamentar.

Em paralelo, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou na quarta-feira o processo que poderá levar à cassação do mandato de deputado de Chiquinho Brazão. O pedido para abertura do processo disciplinar (nº 4/2024) no colegiado foi feito pelo PSOL para que seja apurada a suposta quebra de decoro parlamentar.

Brazão é acusado de ser um dos mandantes do assassinato



Brazão é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora do Rio Janeiro, Marielle Franco, em 2018

da vereadora do Rio Janeiro, Marielle Franco, em março de 2018. Na ocasião, a parlamentar e o motorista Anderson Gomes foram executados no Rio de Janeiro. Chiquinho Brazão está detido desde 24 de março. Após a prisão, a executiva Nacional do partido União Brasil aprovou, por unanimidade, a expulsão do deputado federal Chiquinho Brazão (RJ) da sigla.

O presidente do Conselho de Ética, deputado Leur Lomanto Júnior (União Brasil-BA), sorteou três nomes de possíveis relatores para o processo: Ricardo Ayres (Republicanos-TO); Bruno Ganem (Podemos-SP); e Gabriel Mota (Republicanos-RR). Já os deputados pertencentes ao antigo partido dele foram exclu-

ídos do sorteio.

O presidente do Conselho de Ética, deputado Leur Lomanto Júnior, ainda informou que solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, a possibilidade de Chiquinho Brazão se manifestar durante a reunião, o que não ocorreu.

Durante a sessão do Conselho de Ética, o deputado Domingos Sávio (PL-MG) protocolou nova representação para pedir, também, a perda do mandato de Chiquinho Brazão. Ele ainda manifestou discordância da ordem do STF de prisão em flagrante de Chiquinho Brazão. Apesar da divergência, o parlamentar de Minas Gerais afirmou que o convívio com o

acusado na Câmara é inaceitável. "Causa a todos nós indignação, repulsa, revolta, mais do que isso, tem que ter uma atitude firme. Não é possível aceitar a convivência nesta casa com um parlamentar envolvido em um processo tão hediondo, de um crime como esse, que revoltou e revolta a nação e que deve ter uma punição exemplar, no rigor da lei."

Parlamentares da oposição criticam a prisão preventiva de Brazão e argumentam que há temor de que se abra um precedente para que mais parlamentares sejam detidos dessa forma no futuro. Além disso, querem mandar um recado ao STF e a Moraes com a soltura do deputado.

## DEFESA

# Moraes reconhece que liberdade de expressão não é liberdade de agressão

Em meio a embate com o empresário Elon Musk, dono do X, ministro do Supremo Tribunal Federal afirmou que liberdade de expressão não é liberdade de agressão nem permite 'defesa da tirania'

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), se manifestou publicamente na quarta-feira, 10, sobre a polêmica iniciada pelo empresário Elon Musk, dono da rede social X, que ameaçou levantar restrições a perfis bloqueados na plataforma por ordem judicial.

"Talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento, da coragem e seriedade do Poder Judiciário brasileiro", reagiu o ministro.

Como resposta aos ataques do empresário, Moraes o incluiu como investigado no inquérito das milícias digitais. A Polícia Federal investiga se o bilionário cometeu crime, como obstrução de Justiça ou incitação ao crime.

"A população brasileira, as pessoas de bem, sabem que liberdade de expressão não é liberdade de agressão, não é liberdade para proliferação do ódio, do racismo, da misoginia, da homofobia, não é liberdade de defesa da tirania", emendou o ministro.

Moraes pediu a palavra

depois que o ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, saiu em sua defesa no plenário.

Gilmar Mendes afirmou que o colega tem sido "vítima de injustas agressões físicas e virtuais". Elon Musk chegou a defender que Moraes deveria renunciar ao cargo ou sofrer um impeachment, insuflando uma onda de ataques ao ministro.

"Aos propagadores do caos, alerta que hostilidades endereçadas a quaisquer dos ministros desta casa ofendem a cada um de nós", afirmou Gilmar Mendes. "Esta Corte não se furtará a garantir que a ordem jurídica brasileira seja aplicada sem relativizações."

O decano cobrou ainda a regulamentação das redes sociais pelo Congresso. Ele defendeu que a atualização da legislação é o caminho para enfrentar a circulação de fake news e de discursos antidemocráticos na internet.

"As manifestações veiculadas na rede social X, antigo Twitter, apenas comprovam a necessidade de que o Brasil, de uma vez por todas, regulamente de modo mais preciso o ambiente virtual", disse o ministro ao defender que o Marco Civil da Internet tem se mostrado "inapropriado a impedir abusos de toda sorte".

"Apenas com a elaboração de

uma nova legislação será possível estabelecer, com mais segurança, os direitos e deveres de todos aqueles que de dispõem a atuar na internet, sem que haja espaço para agressões, mentiras, golpismos e outros males que têm assolado o País nos últimos anos."

O PL das Fake News, formatado para resolver o vácuo legislativo, previa a responsabilização das plataformas por conteúdos que circulassem nas redes. O texto chegou a ser aprovado no Senado, mas foi alvo de uma campanha negativa encabeçada pelas big techs e acabou travado na Câmara. A reação das plataformas é, inclusive, investigada no STF. Um grupo de trabalho foi criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a elaboração de um novo texto. A avaliação é a de que o projeto anterior foi politizado e não teria o apoio necessário para ser aprovado.

Em seu pronunciamento, Gilmar Mendes chamou de "retórica nefasta" o discurso, popular entre a extrema-direita, de que a liberdade de expressão na internet vem sendo limitada pelo Judiciário.

"O que existe é mero interesse escuso, voltado à obtenção de rendoso lucro às custas da divulgação de inverdades com propósitos políticos cada



Moraes: "alguns alienígenas passaram a conhecer a coragem do Judiciário"

vez mais claros", disparou.

"A liberdade de manifestação não se confunde com libertinagem, nem permite veiculação de discurso de ódio dolosa e muito bem remunerados, propagadores de fake news, não raro endereçados a minar a própria estabilidade institucional da nação brasileira, pondo em xeque pilares básicos da nossa democracia", emendou ao lem-

brar que as redes sociais foram usadas na articulação dos atos golpistas do 8 de Janeiro.

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, se uniu aos colegas e prometeu uma resposta do Poder Judiciário às investidas antidemocráticas.

"No Brasil, as instituições venceram e nós estamos procurando preservá-las contra o continuado ataque de quem

não se conforma com o regime democrático. No regime democrático, quem perde pode disputar a próxima eleição e não tentar desestabilizar e desacreditar quem está exercendo o poder majoritário conquistado nas urnas."

O ministro Flávio Dino destacou que 'insistir em ataques pessoais' contra o colega da Corte máxima é um 'procedimento indigno e inócuo'.

Dino compartilhou, em seu perfil no X, a nota divulgada pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso na esteira da ameaça do bilionário de descumprir decisões judiciais de bloqueio de perfis na plataforma. "A nota oficial do nosso Presidente Barroso é uma mensagem muito clara para eventuais interessados, interessados, nefelibatas ou oportunistas", ponderou Dino.

Sem citar diretamente o caso, a ministra Cármen Lúcia afirmou: "Todas as pessoas físicas ou jurídicas submetem-se ao Direito do País e cumprem as decisões judiciais. Ao juiz é conferida a tarefa de julgar e fazer com que se cumpram seus julgados".

Já o ministro Edson Fachin saiu em defesa da decisão de Moraes que, após as investidas de Musk, incluiu o bilionário do inquérito das milícias digitais, por 'dolosa instrumentalização' do X, além de determinar a abertura de um outro inquérito para investigar suposta obstrução de justiça.

"Nenhum CEO, seja da empresa mais importante do mundo, pode dizer que não vai cumprir decisão judicial. O que ele tem o direito de dizer, da forma mais ácida que entender, é que não concorda e que vai recorrer", indicou Fachin.

ÁREA RURAL

# Governo libera R\$ 11,6 bilhões para a construção de moradias

O total de unidades selecionadas supera em mais de 140% a meta inicial prevista pelo governo. O programa dará teto a 440 mil pessoas em áreas rurais e urbanas

O governo federal destinará R\$ 11,6 bilhões para a construção de 112,5 mil moradias, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) nas modalidades Rural e Entidades. O anúncio foi feito na quarta-feira (10) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o Planalto, o total de unidades selecionadas supera em mais de 140% a meta inicial prevista pelo Ministério das Cidades. O programa dará teto a 440 mil pessoas em áreas rurais e urbanas. Muitas das localidades são comunidades tradicionais como quilombolas e povos indígenas; e famílias organizadas pelos movimentos de luta por moradia.

O MCMV Rural selecionou e habilitou para atuar no programa 2.105 de propostas de 1.137 de entidades organizadoras ligadas aos movimentos de luta por moradia, bem como organizações de representação de agricultores e trabalhadores rurais, além de entes públicos locais. Já para o MCMV Entidades, foram 443 propostas de 206 entidades organizadoras.

Os grupos mais vulneráveis, como mulheres chefes de família, famílias de áreas de risco, terão prioridades. O Planalto informa que o prazo de contratação das propostas selecionadas será de 180 dias, contados a partir da data de publicação da portaria, mas que poderá ser prorrogado pelo Ministério das Cidades.

A ampliação da meta se deve ao grande volume de propostas apresentadas, bem como à meta do presidente Lula de



Lula acompanhado de Geraldo Alckmin, Alexandre Padilha, Rui Costa, Márcio Macedo e Jader Filho, durante anúncio do resultado da seleção do Minha Casa, Minha Vida

contratar 2 milhões de novas moradias até 2026. Na avaliação do governo, há uma demanda represada após a interrupção do MCMV nos últimos anos.

Ao discursar durante o anúncio desses números, Lula lembrou de algumas situações problemáticas que teve nos anos iniciais do programa, em especial devido algumas entregas de imóveis de baixa qualidade, motivo pelo qual buscou dar cada vez mais qualidade às habitações construídas pelo programa.

"Tive muito problema com o MCMV. Nem tudo é a maravilha que é hoje. Quando fui inaugurar umas casas em João

Monlevade, em Minas Gerais, minha vontade era a de pegar um cara do governo de lá, que cuidou daquela casa, e jogar na parede, de tanta falta de respeito com o povo pobre, na construção daquela casa", disse o presidente.

"Foi ali que descobri que uma parte das pessoas não tem a menor noção de que pobre gosta de coisas boas. A casa não tinha nem quintal. Eu fiquei revoltado. Não é possível fazer casa sem varanda ou apartamento sem espaço para a pessoa sair para respirar e ver a lua cheia", acrescentou.

O presidente explicou que este foi exatamente o motivo de

se precisar de um prazo maior para o anúncio de quarta-feira. "Não havia projeto na prateleira, com varanda ou sacada. Por isso exigei casas com varanda e que tenha sacada no apartamento. É preciso que as pessoas tenham um espaço de liberdade. Não custa caro fazer um metro e meio de varanda".

Segundo o ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, as unidades construídas por meio do MCMV Entidades têm apresentado qualidade bastante superior, na comparação com as feitas por empresas construtoras.

"Pode constatar em cada uma das inaugurações do MCMV Entidades que as casas

são maiores, os equipamentos são melhores. Elas têm até elevadores. Sou testemunha disso e tenho falado com cada um dos movimentos sobre a qualidade superior que é a construção, quando feita pelas entidades", disse o ministro. "Sem nenhum preconceito com as construtoras, mas é um reconhecimento que eu faço: o Minha Casa Minha Vida Entidades feito por vocês são melhores".

Lula aproveitou a fala de Barbalho para lembrar que, no início do programa, havia, até mesmo dentro das equipes de governo, muita dúvida sobre se essa modalidade do programa seria bem-sucedida.

mesma portaria para bancar os serviços, mas não recebeu nada.

O valor repassado para São João da Paraúna representa 4.758% do limite autorizado pelo Ministério da Saúde para alta e média complexidade no município em 2023, que era de R\$ 26.271,24. Como o dinheiro foi classificado como emergencial, atropelou esse teto. A parcela supera tudo que a administração municipal gastou com assistência hospitalar e ambulatorial em 2023 (R\$ 187 mil) e também tudo que o município planejou gastar com esses serviços no orçamento de 2024 (R\$ 452 mil).

Deputados da oposição também questionaram Nísia Trindade sobre outros temas que têm sido fonte de desgaste para ela, como a epidemia de dengue, a crise envolvendo o povo indígena lanomami, em Roraima e até as férias da secretária de Vigilância do Ministério da Saúde, Ethel Maciel. Como mostrou o Estadão, Ethel passou o mês de janeiro em férias autorizadas por Nísia, dias depois de assinar uma nota técnica alertando para o risco de uma epidemia histórica de dengue este ano. "Terceiro, ministra, (gostaria de saber) se é adequado a secretária (Ethel Maciel) tirar férias, ela passar as férias na meditação na Índia, enquanto a população sangra?", perguntou a deputada Rosângela Moro (União Brasil-SP).

O deputado Luiz Lima (PL-RJ) mencionou o aumento no gasto com publicidade estatal em 2023, enquanto o valor despendido com as campanhas de combate à dengue diminuiu.

BÔNUS

## CCJ do Senado adia votação de PEC do Quinquênio

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio. Inicialmente, o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA) havia anunciado que pediria vista (ou seja, mais tempo para analisar o projeto). No momento em que o adiamento foi anunciado, o petista não estava presente no colegiado, mas o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), concordou em postergar a votação para a próxima semana.

A reportagem apurou que há receio do governo com a proposta, que concede um "bônus" na remuneração de magistrados, procuradores e promotores da ativa e aposentados. Esses servidores terão aumento de 5% a cada cinco anos, limitados a 35%.

A PEC, apresentada em 2023, é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Nos últimos meses, esteve nas gavetas da Comissão de Constituição e Justiça, justamente pela polêmica que carrega - a concessão de mais um benefício para categorias que integram o topo do serviço público.

Alguns senadores alegaram que o Congresso deveria avançar o assunto somente quando a proposta que limita os chamados supersalários fosse aprovada. O projeto foi aprovado no Senado em 2016. Em seguida, em 2021, a Câmara também aprovou o texto, mas com modificações, o que fez com o que o projeto voltasse à Casa Alta do Congresso.

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) foi um dos defensores da proposta e disse se tratar de "uma pauta do presidente Rodrigo Pacheco".

"Conversei há pouco com o presidente Arthur Lira, sobre essa PEC e o projeto dos supersalários. Não tem como ter penduricalho ou fugir disso. Faz a valorização e também entrega o projeto do fim dos supersalários. Ou seja, vai dar a condição e contraponto. Se fizermos de forma honesta o debate, vamos ver que vamos estar garantindo carreiras não para o magistrado ou para o membro do Ministério Público, e sim para o Estado brasileiro. Porque acabamos formando muitos bons profissionais e lá na frente a gente perde para a iniciativa privada", alegou o senador, um dos aliados de Pacheco e do presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também apoiou o texto. Disse que há um compromisso de que a PEC só vá adiante quando o PL do fim dos supersalários estiver pronto para votação.

"Dentro da bancada do PL, tivemos essa discussão, mas é importante ressaltar que tem o compromisso de se votar aqui essa PEC e que ela só vá a plenário quando o projeto do fim dos supersalários for junto, para uma coisa compensar a outra. É importante trazer esse ponto de vista e falar que estou a favor do relatório", defendeu.

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, também defendeu a aprovação. Disse que há uma "decisão política do presidente do Senado, que é autor da PEC, e do presidente da Câmara, que nós só vamos tratar da promulgação da PEC quando deliberarmos sobre os supersalários".

"Muitas das vezes, fazer o que é o certo não é que dá curta em rede social", justificou.

O ex-vice-presidente e atual senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) foi um dos que criticou o texto. Disse ser "vergonhoso" votar uma proposta como essa.

"Sou obrigado a discordar. Estamos concedendo um aumento de salário para as carreiras mais bem pagas do serviço público."

REPASSES

# Ministra cita eventos climáticos para justificar regra emergencial

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, citou eventos climáticos do fim de 2023 para justificar uma regra baixada pelo Ministério da Saúde em maio daquele ano para ampliar repasses de verbas a estados e municípios. Ao alegar a necessidade de "assistência financeira emergencial", a Portaria 544 de 2023 permitiu ao ministério ignorar critérios técnicos da própria pasta.

Atendendo a pedidos de congressistas e do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), o ministério fez repasses acima do limite a dezenas de prefeituras. A ministra citou "secas no Norte" e "enchentes na região Sul" como emergências, mas o Estado mais beneficiado foi Alagoas, terra do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP).

Nísia prestou essas explicações na Comissão de Saúde da Câmara, na manhã de quarta-feira, 10, respondendo a uma pergunta da deputada Adriana Ventura (Novo-SP). Além da Portaria 544, Nísia Trindade também foi questionada sobre a queda nos gastos com campanhas de divulgação contra a dengue em 2023; sobre as férias da secretária de Vigilância do ministério, Ethel Maciel, em janeiro; e sobre os repasses acima do limite para o município de Cabo Frio (RJ), onde seu filho é secretário de Cultura. Ela estava acompa-

nhada do secretário-executivo do ministério, Swedenberger Barbosa.

A Portaria 544 de 2023 foi editada pelo Ministério da Saúde em maio de 2023, para disciplinar a destinação de verbas do antigo esquema do orçamento secreto, proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de 2022. Inicialmente, eram cerca de R\$ 3 bilhões, mas, ao longo de 2023, mais recursos foram repassados seguindo as regras da Portaria 544.

As verbas repassadas segundo regras da Portaria 544 permitiram ao ministério ignorar o limite máximo de verbas para atendimentos de média e alta complexidade que cada município tinha capacidade para empregar, chamado de "Teto MAC". Em 20 deles, esse teto foi superado em mais de 1.000%.

Na prática, as prefeituras receberam muito mais dinheiro do que a capacidade para entregar esses serviços. Enquanto isso, outros 1.332 municípios que pediram recursos da mesma portaria não levaram nada. Os maiores beneficiados foram o governo de Alagoas (R\$ 166,5 milhões), o governo do Maranhão (R\$ 132 milhões) e a prefeitura de Maceió (R\$ 103 milhões), reduto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Só depois apareceram

cidades como São Paulo, Teresina e Curitiba.

"Muitos repasses têm sido feitos sem atenção ao teto MAC. Existe uma coisa que é uma situação emergencial, como a estabelecida pela Portaria 544 (...), que autorizou repasses sem respeitar o teto MAC. A minha pergunta é: quais são os critérios utilizados para caracterizar uma assistência financeira como emergencial? Não está claro para mim por que isto é emergencial", perguntou Adriana Ventura, que é integrante titular da Comissão de Saúde. "Eu vi município que podia receber 50, e recebeu 150. Teve outro que o Teto MAC era R\$ 40 milhões, e recebeu R\$ 100 milhões. Quero entender o critério e o que é emergência", questionou ela.

"A Portaria 544 foi uma decorrência de retorno aos ministérios (...), inicialmente de R\$ 3 bilhões que eram das emendas de relator. Nós adotamos critérios através dessa portaria, amplamente divulgados, para que os municípios pleitearem (sic) esses recursos. Como situações emergenciais (a justificar o não cumprimento do teto), destaco aqui situações como inundações na região Sul (em novembro), seca na região Norte (outubro), de desassistência vivida em muitos municípios", respondeu Nísia Trindade, sem

## ALAGOAS

## Diretor da Braskem admite culpa da empresa por afundamentos

Arantes disse que a Braskem tem a sua culpa no processo e não é à toa que todos os esforços têm sido colocados para reparar e compensar o dano causado

**P**rimero representante da Braskem ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a empresa, o diretor Marcelo Arantes reconheceu na quarta-feira (10) a culpa da empresa pelo afundamento de bairros da capital de Alagoas que causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas.

"A Braskem tem a sua culpa nesse processo e nós assumimos a responsabilidade por isso", destacou o diretor da companhia. "Não é à toa que todos os esforços da companhia têm sido colocados para reparar, mitigar e compensar todo o dano causado."

O relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT-SE), ressaltou que essa foi a primeira vez que um representante da Braskem assume a responsabilidade pelo que ocorreu em Maceió. "Isso é algo importante e foi dito pelo próprio representante da Braskem", destacou.

Na maior parte do depoimento, entretanto, Arantes, diretor global de pessoas, comunicação, marketing e relações com a imprensa da petroquímica, não respondeu às perguntas feitas na sessão se limitando a falar que desconhecia a informação.

De acordo com o relator da

CPI, a Braskem tinha, no máximo, dez funcionários operando nas minas de sal-gema em Maceió. Além disso, não havia geólogos contratados, nem sondas para monitorar a estabilidade das minas antes de maio de 2019, quando o afundamento dos bairros foi confirmado como sendo consequência da mineração na região.

"Tais pontos sugerem um aumento do risco de instabilidade geológica por conta do fator humano, da lavra ambiciosa, ou seja, sem razões naturais, e uma conduta contrária ao que os manuais de geologia recomendam", destacou o relator.

O senador Rogério Carvalho questionou o representante da Braskem sobre a decisão de reduzir os investimentos previstos para as minas de Maceió e sobre a denúncia de que a companhia desligava os pressurizadores da mineração durante a noite para economizar energia, aumentando o risco de instabilidade no solo.

Porém, o diretor Marcelo Arantes não soube responder. "Não é minha área de conhecimento técnico, então eu não tenho capacidade de responder", afirmou.

"Entre 2015 e 2017, a previsão era de 53 milhões de investimento, e foi investido um. Foram



Marcelo Arantes: "não é minha área de conhecimento técnico, então eu não tenho capacidade de responder"

cortados 52 milhões, e o senhor não sabe?", questionou o relator Carvalho, acrescentando que: "qualquer diretor deveria estar por dentro do que está acontecendo e do que aconteceu com essa mina. Me perdoe, mas aqui há uma clara tentativa de não responder aos questionamentos que esta CPI está fazendo".

A falta de respostas também irritou o presidente da CPI, o

senador Omar Aziz (PSD-AM). "O senhor não é Diretor Global de Pessoas e tal? Deve saber. O mínimo que o senhor tem que saber é quantas pessoas tinham trabalhando na mina. Se tecnicamente o senhor não pode nos responder absolutamente nada, então nós estamos perdendo muito tempo aqui", destacou.

De acordo com o diretor da Braskem, as perguntas mais

técnicas sobre recursos destinados aos investimentos ou a pressurização das minas deveriam ser feitas ao vice-presidente da companhia, Marcelo Cerqueira.

Em seguida, um requerimento apresentado pelo presidente Aziz foi aprovado, em votação simbólica, convocando Marcelo Cerqueira para depor, como testemunha, na Comissão.

Outro destaque da sessão da CPI de quarta-feira foram os acordos firmados entre a petroquímica e as vítimas que perderam suas casas em Maceió.

Em depoimento realizado nesta terça-feira (9), na Comissão, os representantes das vítimas denunciaram que elas foram obrigadas a vender os imóveis para Braskem por baixos valores e com baixas indenizações por danos morais. Disseram ainda que os Ministérios Públicos Federal e Estadual, assim como as defensorias, teriam atuado em favor da mineradora.

"Todos esses acordos precisam ser revistos à luz da Constituição, à luz do direito das vítimas. E a gente pede finalmente que o dano moral e que o dano material obedeça a critérios justos e que o estado pague uma empresa para mapear os verdadeiros danos, porque até hoje houve uma maquiagem dos danos", afirmou Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores e Vítimas da Mineração em Maceió.

O diretor da Braskem rebateu, na quarta-feira, que os acordos foram firmados de forma voluntária e que as famílias tiveram apoio de advogado ou defensor público.

"Em nenhum momento a Braskem fez qualquer pessoa forçar a assinatura desse acordo. As propostas feitas tinham um tempo de reflexão. Poderiam ser marcadas quantas reuniões fossem requeridas por cada morador para discutir sobre o acordo, sobre as propostas feitas", afirmou Marcelo Arantes.

Para o relator Rogério Carvalho, a pressão para assinatura do acordo não foi direta, mas indireta. "Muitos não foram pressionados, mas foram informados de que, se não vendessem à Braskem, poderiam esperar por 20 anos. No sufoco, as pessoas acabavam naturalmente sendo obrigadas", explicou.

## Coneção



POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

## Notáveis do Wise Group se reúnem no Japão

Divulgação



A 12ª reunião do Wise Group, grupo de notáveis para uma parceria econômica estratégica entre o Brasil e o Japão foi realizada nesta quarta-feira (10). O encontro aconteceu em Tóquio e teve a presença dos membros dos lados brasileiro e japonês, além do embaixador Octávio Côrtes e do diretor-geral adjunto do Departamento de Assuntos Econômicos para América Latina e Caribe, Yoshiyuki Yamada, do Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, chairman do lado brasileiro do Wise, destacou a importância do grupo, bem como das demandas recentemente atendidas. Quatro temas principais foram discutidos durante o evento: cooperação para descarbonização, segurança econômica, oportunidades a serem criadas pela digitalização e Inteligência Artificial e temas prioritários de 2024.

## ACRJ participará de fórum de transição energética

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) será representada pelo presidente do Conselho Empresarial de Energia e Transição Energética, Gabriel Kropsch, no Fórum Nacional Transição Energética, que será realizado dia 25 de abril, no Rio. O evento promoverá debate estratégico sobre novos negócios, regulação, modelos e soluções. O encontro reunirá representantes do Governo e líderes do setor privado para discutir iniciativas e os desafios relacionados à transição energética no Brasil.

## Fiesp e IRI-USP assinam acordo de cooperação técnica

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) celebraram o Acordo de Cooperação Acadêmica, Científica e de Qualificação Profissional. A parceria possui vigência até 31 de dezembro de 2025. O acordo visa o desenvolvimento de projetos técnicos e acadêmicos, no campo do comércio exterior e das relações econômicas internacionais.

## Presidente da CNM recebe gestores municipais na sede da entidade em Brasília (DF)

Divulgação

Um grupo de gestores municipais que estavam reunidos em Brasília (DF) para a Mobilização Municipalista foram recebidos pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, nesta quarta-feira (10), na sede da entidade. O líder do movimento explicou como uma articulação do governo colocou novamente a oneração da folha de pagamento em tramitação na Câmara dos Deputados por meio da votação da urgência do Projeto de Lei (PL) 1026/2024, aprovada na noite desta terça-feira, 9, pela Câmara dos Deputados. Ziulkoski lamentou a situação, que prejudica muito os Municípios.



## Representantes das indústrias do Distrito Federal discutem Agenda Legislativa do setor

Representantes dos dez sindicatos filiados à Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra-DF) e diretores e técnicos da casa se reuniram na tarde da última sexta-feira para definir as proposições que vão compor a Agenda Legislativa da Indústria do DF 2024. Publicado desde 2003, o documento anual traz uma seleção de propostas em tramitação na Câmara Legislativa que de alguma forma afetam a indústria local, com o posicionamento do setor sobre cada uma.

## Fiemg Regional Vale do Aço recebe Ministros dos Transportes e Minas e Energia

O Presidente da sucursal Regional Vale do Aço da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), João Batista Alves e o Coordenador da Agenda de Convergência para o Desenvolvimento do Vale do Aço (ACVA), Luciano Araújo, receberam na segunda-feira, na sede da entidade, em Ipatinga, o Ministro dos Transportes, Renan Filho e o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Renan e Alexandre estiveram no Vale do Aço para visita a BR- 381 e assinatura da ordem de serviço da manutenção da BR-116, trecho que liga Teófilo Otoni a Governador Valadares.

## Financiamentos para energia solar recuam no Brasil em 2023, aponta estudo

Divulgação

Estudo recente da consultoria CELA (Clean Energy Latin America) mostra que o volume de financiamento via instituições financeiras e mercado de capitais para a geração de energia solar no Brasil, tanto em grandes usinas centralizadas quanto em pequenos sistemas em telhados e terrenos, caiu no ano passado e atingiu a marca de R\$ 18,3 bilhões em 2023, uma queda de 48% ante os R\$ 35,1 bilhões verificados no ano anterior. Segundo o levantamento, a queda dos créditos para as usinas de grande porte solar (geração centralizada) foi de 39% no último ano, com R\$ 8,4 bilhões destinados aos empreendimentos, contra os R\$ 13,7 bilhões no exercício anterior.





## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

#### 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com imenso prazer que apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) referentes a 2023, um ano de consolidação de projetos e de muitos avanços, sobretudo no que se refere às práticas ESG (sigla em inglês para Social, Ambiental e de Governança). A Companhia fortaleceu seu foco na segurança hídrica da população fluminense, com um trabalho ininterrupto de captação e tratamento de água, ao mesmo tempo que investia na expansão e melhoria da capacidade de produção, buscando sempre as melhores práticas de governança e seguindo as diretrizes traçadas pelo Governo do Estado.

O ano de 2023 também marca uma virada nos resultados da Companhia, que começam a refletir em números as mudanças decorrentes dos leilões realizados em abril e dezembro de 2022. A CEDAE teve lucro líquido de R\$ 421,6 milhões, um salto gigantesco em relação ao R\$ 1,08 milhão registrado em 2021. A receita líquida da Companhia subiu 4,25% no ano, enquanto os custos totais, mesmo com os reajustes anuais, tiveram queda de 9,87%, consequência de cortes nos gastos com pessoal (-5,40%), serviços de terceiros (-12,26%), despesas gerais (-57,97%), provisão para créditos duvidosos (147,78%) entre outros ajustes. Todos possíveis e necessários diante da nova realidade operacional da Companhia e mediante um cuidadoso trabalho de gestão.

A queda das despesas de pessoal, por exemplo, decorre do Programa de Demissão Voluntária (PDV) de 2022. No ano de 2023, a Companhia realizou um novo PDV, que ofereceu os melhores pacotes de incentivos já propostos aos colaboradores, não gerou alta no endividamento e vai impactar os resultados de 2024. Já os custos com terceiros caíram por causa da redução dos serviços de operação de sistemas e dos gastos com energia elétrica. No item despesas gerais, o destaque foi a equalização do passivo na CEDAE Saúde, enquanto o recuo na provisão para créditos duvidosos é consequência das mudanças no modelo de negócios trazidas pela concessão.

No âmbito geral, foram os ganhos financeiros, de R\$ 497,8 milhões, os principais responsáveis pelo lucro líquido da Companhia. Porém, no emaranhado de números, é importante ressaltar o resultado operacional, que embora tenha permanecido negativo em R\$ 36,7 milhões, mostra uma clara virada de tendência ante as perdas de R\$ 521,6 milhões registradas no ano anterior e indica que no exercício de 2024 a CEDAE registrará lucro operacional. Reforçam as perspectivas positivas os impactos esperados da redução com custo de energia, com a migração para o Mercado Livre de Energia, a redução com gastos de serviços de terceiros e a diminuição nos gastos com produtos químicos. E, ainda, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que permitiu que a Companhia pague seu passivo judicial por meio de precatórios. Essa medida propicia um planejamento financeiro mais eficaz, com distribuição de recursos de acordo com as necessidades operacionais, sem riscos aos investimentos e à continuidade dos serviços.

#### OBRAS E EXPANSÃO

As obras do Novo Guandu, que vão beneficiar 3 milhões de pessoas na Baixada Fluminense e na Zona Oeste do Rio, avançaram seguindo o curso previsto. A nova unidade vai adicionar 6 mil litros de água por segundo à capacidade de produção da CEDAE, aumentando a oferta de água para a população da Região Metropolitana do Rio e da Baixada dos atuais 45 mil litros por segundo para 51 mil litros por segundo. O sistema Novo Guandu ainda contará com o maior reservatório da CEDAE: o Novo Marapicu, capaz de armazenar 53 milhões de litros de água, e com uma adutora de 3,9 km de extensão e 2,5 metros de diâmetro. Iniciadas em 2022, estas obras devem ser concluídas em 2026.

A Baixada Fluminense contará ainda com três novas estações de tratamento. A ETA Tinguá, em Nova Iguaçu começará a operar este ano, beneficiando 160 mil pessoas. A ETA Xerém, em Duque de Caxias, será a maior ETA com sistema de ultrafiltração do Brasil, com vazão de 1.300 litros de água por segundo. Deve entrar em atividade em 2025 e atender cerca de 450 mil moradores. A terceira é a ETARio D'Ouro, que está em fase de projeto.

Já a ETA Guandu passou por um processo de modernização voltado ao aumento de eficiência, com reforma de estruturas e equipamentos. Os sistemas de drenos, as principais válvulas os leitos filtrantes de 21 filtros foram substituídos e instaladas calhas secundárias, o que reduziu de 10 para 5 minutos o tempo necessário para a lavagem destes equipamentos. Isso gera uma economia de até 360 mil litros de água em cada operação, realizada cerca de 60 vezes por dia. Parte da água que era usada nesse processo de limpeza pôde ser direcionada ao abastecimento da população.

Na Nova e na Velha Estação de Tratamento (Veta e Neta) foram instaladas turbinas nos floculadores, e o decantador 7 da Veta também recebeu raspadores. A recuperação civil, elétrica e mecânica avançou, com a conclusão de etapas significativas das obras projetadas para Barragem Principal (46%), Barragem Auxiliar (52%), Canal de Purga (92%), Tomada Nova (90%), Tomada Velha (82%) e Retentor de Sólidos (0,83%). Também foram realizadas 90% das obras de recuperação estrutural da Galeria e da Neta, da reforma das salas na elevatória de lavagem dos filtros da Veta, da adequação e reforço do gradil e da galeria do muro da Elevatória da Zona Rural.

A ETA Guandu ainda recebeu dois novos transformadores para a subestação de energia elétrica, capazes de garantir a operação da unidade, mesmo diante das oscilações na rede geral de energia elétrica.

O Sistema Imunana-Laranjal, que abastece cerca de dois milhões de pessoas em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Paqueta e Maricá, também está sendo modernizado. O primeiro passo foi a substituição dos módulos colmeias dos decantadores das estações 1 e 3, o que melhorou a eficiência do tratamento. Até 2025 estão previstas a modernização dos filtros e floculadores, a substituição de bombas de água bruta, a aquisição de novos equipamentos, a reforma das instalações, além da reformulação do sistema de monitoramento e controle.

Outro investimento foi num drone aquático com tecnologia de batimetria, para combater o assoreamento natural do Canal de Imunana. O aparelho usa ondas sonoras para medir a profundidade e o perfil do leito do corpo d'água, permitindo mapeamento detalhado do fundo do canal e fornecendo informações precisas sobre áreas que necessitem de intervenções.

O compromisso com a qualidade da água foi outro pilar da companhia em 2023. A entrada em operação do Laboratório de Investigação Biológica e Rastreamento da Água (Libra) permitiu ampliar os parâmetros de qualidade avaliados, que passaram de 31, em 2022, para 78 em 2023, um salto de 151,6%. O número total de amostras analisadas também subiu, de 251 mil em 2022 para 294,3 mil em 2023, garantindo mais segurança para o consumidor. É no Libra que acontece um dos trabalhos essenciais de controle de qualidade, o dos "sommeliers de água". São mais de 20 profissionais que se alternam todos os dias para degustar a água tratada e identificar diferentes padrões de gosto e odor.

Em agosto, começou a funcionar o Centro de Controle Operacional (CCO) Victor Piragibe de Carvalho Faria, em Vila Isabel. A unidade é responsável pelo monitoramento de oito sistemas produtores de água, que atendem mais de 2,5 milhões de pessoas na Região Metropolitana: Ribeirão das Lajes, Japeri, Campos Eliseos e as represas Xerém, Mantiqueira, Tinguá, Rio D'Ouro e São Pedro, que compõem o Sistema Acari. No CCO, os técnicos acessam, em tempo real, dados como status operacional, qualidade da água, consumo de insumos, vazão e volume em cada uma das unidades atendidas. O monitoramento contínuo, 24 horas por dia, permite respostas rápidas em eventuais ocorrências, evitando interrupção do tratamento.

#### AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O Replantando Vida, principal programa socioambiental da CEDAE, encerrou o ano reconhecido nacionalmente ao vencer a edição de 2023 do Prêmio ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), na categoria "Empresas de Médio e de Grande Porte". A premiação - a 28ª recebida pelo programa - levou em conta os impactos socioambientais do programa; seu potencial de difusão; aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); sustentabilidade e inovação. O Replantando Vida une recuperação ambiental com a ressocialização de pessoas em situação de privação de liberdade.

O Prêmio Ana foi entregue em dezembro, mas as ações do Replantando Vida marcaram todo o ano de 2023. Em fevereiro, foi lançada a campanha "Plantando Gols", uma parceria com a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) e a Band, para promover o plantio de 10 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para cada gol marcado no Campeonato Carioca 2023. No fim da campanha, 1.980 mudas haviam sido plantadas às margens do Rio Guandu, em Queimados, numa área maior que o gramado do Maracanã.

Em agosto, a CEDAE inaugurou um novo viveiro florestal, dentro da Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, em Resende. O viveiro é o segundo instalado dentro de um presídio e vai cultivar, por ano, 120 mil mudas de plantas nativas da Mata Atlântica. Os sete viveiros mantidos pela CEDAE têm capacidade de produzir quase 2,2 milhões de mudas por ano, muitas para doação. Em 2023, beneficiaram 49 municípios do Estado do Rio de Janeiro, dois de Minas Gerais e um de São Paulo, com mais de 200 mil mudas.

Em parceria com a ONG The Nature Conservancy e a Seas, foi criado o Programa de Restauração Florestal do Corredor Tinguá-Bocaina para proteger e restaurar 30 mil hectares de Mata Atlântica em nove municípios fluminenses. O corredor abriga mananciais fundamentais para o abastecimento do estado, como o Rio Guandu e a represa de Ribeirão das Lajes. Os plantios começaram em setembro no Monumento Natural Municipal Gruta dos Escravos, em Miguel Pereira, e no Parque Municipal Natural do Curió, em Paracambi.

O trabalho de recuperação de matas ciliares ganhou o selo ecológico da ONU, e a CEDAE passou a integrar a Década da Restauração de Ecossistemas da ONU, iniciativa global por ações de proteção e revitalização dos ecossistemas que busca reconstruir 350 milhões de hectares no planeta até 2030.

Na busca por energia limpa, a Cedae instalou sistemas de energia fotovoltaica nas represas do Sistema Acari. A energia solar reduz a poluição sonora e a emissão de dióxido e monóxido de carbono no interior da reserva, protegendo a fauna e a flora local. Evita a emissão de 10 toneladas de gases por mês e ainda aumenta a segurança operacional da unidade. A Companhia também realizou as primeiras licitações para a compra de energia elétrica no mercado livre para o Sistema Imunana-Laranjal e para ETA Guandu. Os contratos são para fornecimento entre 2024-2028 e devem gerar uma economia de R\$ 1,2 bilhão para a CEDAE no período.

Novidade criada em 2023, o projeto Aprenderi da CEDAE potencializou o Programa Jovem Aprenderi, para fortalecer seu compromisso com as diretrizes ESG, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento profissional para a inclusão no mundo do trabalho. O programa de capacitação passou a contar com módulos temáticos e cada jovem passou a ter um mentor para ajudar no seu desenvolvimento individual.

O ano terminou com temperaturas em alta. Em novembro, uma forte onda de calor assustou os moradores do Rio de Janeiro, e os aguadeiros da CEDAE levaram água gelada de graça a pontos de grande circulação de pessoas, como Central do Brasil, Largo da Carioca e Madureira. Eles também estiveram nos arredores do estádio Nilton Santos durante as passagens dos artistas Taylor Swift e Paul McCartney, para hidratar quem esperava nas filas para assistir aos shows. Ao longo de 2023, os aguadeiros estiveram em 497 eventos no estado do Rio e distribuíram cerca de 167 mil litros de água para cerca de 500 mil pessoas.

#### INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A CEDAE colocou a Inteligência Artificial (IA) a serviço da identificação e prevenção de eventos que possam representar algum risco para o tratamento da água. O projeto, chamado IAguas, é o primeiro da modalidade a receber recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), órgão de fomento ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A ferramenta será desenvolvida pelas startups VM9 e NOAH Smart City, que venceram o tema "Cidades Inteligentes e Turismo 4.0" do Programa Finep Startups com a proposta de criar um modelo de Inteligência Artificial voltado para o monitoramento da qualidade da água e serviços de tratamento.

Em 2023, a Companhia também aderiu ao Programa Blue Rio, programa voltado ao desenvolvimento sustentável e inovação no Estado do Rio de Janeiro mediante parceria entre a Seas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a consultoria Beta-Brazil. O objetivo é atrair startups com soluções inovadoras para o setor da Economia Azul. Quatro startups foram classificadas nas etapas iniciais do edital e avançaram na elaboração de respostas aos desafios da CEDAE: a Confirm 8, com a prosta de um aplicativo e uma plataforma web voltados para o aumento da eficiência operacional, a Subic, que planeja criar uma plataforma inteligente de controle e otimização de redes de distribuição de água; a Aliger, com o projeto de fornecer uma tecnologia de sensoriamento óptico fluido para monitoramento e otimização de processos de coleta, distribuição e tratamento de água e a Orbity, que idealizou uma solução de acompanhamento das condições da água, baseada em monitoramento de reservatório e oceanos, combinando imagens de satélite, algoritmos de visão computacional e inteligência artificial.

Ainda no quesito inovação, destaque para a plataforma de cobrança CEDAE Concilia, vencedora do primeiro lugar na categoria "Inovação para Atendimento ao Cliente/Consumidor" no "Prêmio Best Performance 2023". A ferramenta facilita o processo de negociação e cobrança, por meio de um canal de autotendimento que melhora a experiência do cliente e garante privacidade e agilidade no processo de renegociação dos débitos. Em menos de 12 meses de operação da nova plataforma, foram fechados mais de 15 mil acordos para o pagamento de R\$22 milhões.

Ao longo do ano, a CEDAE a inserção do conceito Building Information Modeling (BIM) nas obras e projetos de engenharia. A modelagem da informação com modelos 3D inteligentes, conhecido como BIM, é a representação digital das características físicas e funcionais de todos os ativos dos sistemas de água e esgotos para promover uma transformação digital na engenharia de construção e operação das infraestruturas.

A CEDAE encerra 2023 com a satisfação pelos desafios superados e a convicção de que não devem ser menores aqueles que a esperam em 2024. As altas das temperaturas, chuvas fora de padrões e outras intempéries climáticas, que parecem um caminho sem volta diante do processo de aquecimento global, vão exigir da Companhia uma atuação cada vez mais forte e eficiente, seja por meio de ações sociais que amenizem o sofrimento das pessoas atingidas, seja blindando a operação para evitar falta de água, seja recuperando e preservando o meio ambiente que lhe fornece água.

Há ainda uma lista de atividades operacionais necessárias para que a Companhia mantenha seu propósito e sua capacidade de fornecer água com qualidade e quantidade suficiente para a população fluminense. E, por fim, precisa estar preparada para responder a desafios inesperados que fazem parte do caminho.

Para dar conta de todas essas tarefas, a CEDAE conta com o apoio do governo do estado e a ajuda e a dedicação dos seus conselheiros, gestores e colaboradores.

Cordialmente,  
Aguinaldo Ballon  
Diretor-Presidente

#### 2. MENSAGEM DO DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Trabalho, experiência, foco, equipe e nunca deixar de acreditar que a união de esforços nos levaria a um sucesso projetado para o período pós-concessão dos serviços de saneamento. E os números que surgem no balanço financeiro de 2023 da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, a nossa CEDAE, comprovam que o leilão foi uma decisão acertada do governador Cláudio Castro e do secretário da Casa Civil, Nicola Miccione. O pioneirismo do certame comandado pelo Governo do Estado começou a render frutos para a CEDAE, para o governo e, principalmente, para toda a população fluminense.

O demonstrativo financeiro anual revela que, enfim, chegou a hora da virada de chave na CEDAE. É a prova de que, daqui pra frente, a Companhia vai se tornar uma empresa lucrativa e saudável, tendo em vista que a receita anual caiu pela metade após o leilão de concessão dos serviços. Diante do desafio imposto pelo novo escopo da CEDAE, a Companhia adotou um modelo de gestão utilizando as melhores práticas mundiais, cortando custos desnecessários, reorganizando processos de produção, buscando parcerias comerciais sólidas e atuando com inovação e tecnologia. Sempre norteada pelos princípios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e de governança). Tudo isso, claro, sem deixar um milímetro de lado as suas premissas de produzir água de qualidade e em quantidade para a população do estado do Rio de Janeiro.

O resultado positivo da gestão fica nitido ao esmiuçar os números do período. Para se ter uma ideia do trabalho desenvolvido internamente, o lucro líquido da Companhia deu um salto de 38.864%. Enquanto em 2022, um lucro de R\$ 1,08 milhão, em 2023, o balanço fechou com lucro líquido de pouco mais de R\$ 421 milhões.

Outro número impressionante foi a evolução do Ebitda. Se em 2022 apresentou um valor negativo de R\$ 395 milhões, com

margem de -12,9%, em 2023 pulou para pouco mais de R\$ 100 milhões positivos, com margem de 3,1%. Seguindo na mesma linha, o Ebitda Ajustado (incluindo receitas financeiras) consolida o trabalho focado da gestão: em 2022, fechou com R\$ 469 milhões, saltando para R\$ 1.09 bilhão, em 2023.

Como falado mais acima, os números não deixam margem para discussão. A contabilidade é uma ciência exata, e a virada de chave da CEDAE não vem da noite para o dia. É fruto do foco e do empenho de gestão e do trabalho em conjunto do seu qualificado corpo de colaboradores. Com menos receita, o segredo para atingir números robustos é baseado em alguns pilares, como a redução de despesas, a retirada de ressaldas do balanço anterior e a reversão das provisões. Aliado a isso, houve ainda um importante ajuste de rota, que trouxe melhoria de governança nas aplicações financeiras.

Outro fator primordial, que levou a empresa a uma de suas mais relevantes transformações, foi a efetivação do maior investimento em tecnologia nesses quase 50 anos de história. Aliado à premissa de que tecnologia é o caminho, houve uma mudança de velhas práticas e conceitos, com valorização dos profissionais do setor, tornando a gerência de TI parte integrante no planejamento e na tomada de decisões.

Vale destacar, também, outros três pontos de gestão que foram fundamentais para a CEDAE fechar 2023 com números tão expressivos. São eles: acordos com o Governo do Estado, que solucionaram dívidas com seu controlador; reinserção da CEDAE no radar das principais instituições financeiras, com disponibilização de informações sobre o atual modelo de negócios da Companhia; e melhoria da governança da Prece e da CEDAE Saúde, com reforma do Estatuto de ambas.

Uma mudança deste porte, é claro, não se atinge sozinho. É um esforço coletivo desse corpo técnico qualificado. Conquistado passo a passo. Por isso, agradeço aos comprometidos, experientes e incansáveis profissionais da CEDAE pela entrega diária. Também não poderia deixar de citar a importância da parceria com a Secretaria de Gabinete do Governo do Estado. Rodrigo Abel não mediu esforços na dura e gratificante tarefa de reconstruir essa empresa.

Além de todos já citados, é fundamental expressar minha gratidão ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Doutor Sérgio Sá, que foi professor e grande apoiador da gestão desta Diretoria Financeira durante o ano de 2023. Em nenhum momento, nos deixou esmorecer diante dos enormes desafios e obstáculos. E, como trabalho em equipe nos leva a grandes conquistas, estendo meus agradecimentos aos colegas Diretores Humberto de Mello Filho, Aguinaldo Ballon, Daniel Barbosa Okumura, Marco Aurélio Damato Porto e Diogo Mentor de Mattos Rocha.

Como é possível perceber nos números e nas medidas que levaram a este cenário, aquela CEDAE que não se sustentava nem tinha um modelo de gestão sustentável já são águas passadas. E a virada está só no começo.

Antônio Carlos dos Santos

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

#### 3. PAINEL DE INDICADORES

Descrição	Unidade	2023	2022	Var. %
Informações Financeiras				
Ativo	R\$/Milhares	15.452.961	15.013.386	2,93%
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	7.013.833	7.561.474	-7,24%
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	3.199.564	3.068.990	4,25%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(36.773)	(521.597)	-92,95%
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	497.798	559.125	-10,97%
EBITDA	R\$/Milhares	100.550	(395.144)	-125,45%
Lucro/(Prejuízo) Líquido	R\$/Milhares	421.595	1.082	38864,42%

Descrição	Unidade	2023	2022	Var. %
Informações Financeiras				
Estrutura de Endividamento				
Empréstimo e Financiamento	R\$/Milhares	408.818	416.827	-1,92%
Passivo Atuarial <sup>(1)</sup>	R\$/Milhares	386.386	412.633	-6,36%
Total Dívida Bruta	R\$/Milhares	795.204	829.460	-4,13%
Disponibilidade	R\$/Milhares	(2.246.479)	(2.340.034)	-4,00%
Total Dívida Líquida	R\$/Milhares	(1.451.275)	(1.510.574)	-3,93%
Dívida Líquida/EBITDA	R\$/Milhares	(14,43)	3,82	-477,75%
Dívida Líquida/PL	R\$/Milhares	(0,26)	(0,20)	30,00%
Indicadores Operacionais				
Volume de Água Tratada	1000m³	1.899.770	1.790.487	6,1%
Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água IN058	Kwh/1000m³	430	430	0,0%

#### 4. PERFIL DA COMPANHIA

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro e tem como acionista majoritário o Estado do Rio de Janeiro. Hoje, no novo cenário pós-concessão, a Companhia é responsável, principalmente, pelo serviço upstream, que compreende a reservação, a captação, a adução e o tratamento de água bruta, vendida às concessionárias. Atualmente, possui 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.



#### 5. IMPACTOS DA CONCESSÃO

Após os leilões de concessão ocorridos em 2021, as concessionárias Águas do Rio (Bloco 1 e 4), Iguá (Bloco 2) e Rio + Saneamento (Bloco 3), assumiram a prestação do serviço de saneamento. A CEDAE deixou, então, de prestar serviços de macroadução de água, transporte e tratamento de esgotos na Região Metropolitana e passou a ler, por foco, a prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta e adução de água tratada até os pontos de entrega às concessionárias (serviços upstream). Esta se tornou a atividade principal da Companhia, em atendimento aos contratos de fornecimento de água firmados com as concessionárias.

No ano de 2023, a CEDAE produziu um total de 1.899.770,465 m³ de água tratada, mantendo operação em 16 municípios (até dezembro de 2023), com responsabilidade pela captação de água bruta, tratamento e distribuição de água. Investimentos em treinamentos e capacitação de colaboradores nas áreas de meio ambiente, produção de água e segurança do trabalho fizeram parte das ações, que envolveram toda empresa no ano de 2023, com aproveitamento de 100% do corpo técnico.

A Companhia está atenta à importância da Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, buscando sempre o aprimoramento e o uso de tecnologias avançadas em suas operações, por meio de estudos constantes e implementação de melhorias, visando à garantia da segurança hídrica de seus usuários.

O monitoramento da qualidade da água, por meio de equipamentos de alta tecnologia nos laboratórios e da aquisição de embarcação com motorização e acessórios para o monitoramento do Rio Guandu e Lagoas, impactou de forma positiva os serviços prestados pela Companhia. A manutenção da Acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 (Requisitos Gerais para o Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração) resultou em maior confiabilidade, credibilidade e segurança para os resultados do monitoramento da qualidade da água publicados.

Em março de 2023, a CEDAE inaugurou o Laboratório de Investigação Biológica e Rastreamento da Água (LIBRA) - Laboratório de Pesquisa da Água com certificado de acreditação pelo Immetro, conferindo confiabilidade aos resultados dentro da norma ISO 17025:2017 e passando a ter avaliação periódica do sistema de gestão, das instalações e maior confiabilidade das análises. É o único laboratório de uma estação de tratamento de água no Estado do Rio com essa certificação pelo Immetro.

Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira da CEDAE Em resposta ao Novo Marco Legal do Saneamento e ao Decreto nº 11.598/2023, a CEDAE protocolou na AGENERSA, em 31 de dezembro de 2023, um requerimento para demonstrar sua capacidade de financiar a universalização dos serviços de saneamento até 2023 nos municípios onde mantém operação. Este passo é fundamental para a celebração de aditivos contratuais que permitam a adequação dos contratos existentes às metas do Novo Marco, sua extensão até 2048 e a inclusão de cláusula de transferência da concessão, visando ao reequilíbrio financeiro e à modernização da gestão dos serviços.

#### 6. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial em 2023 se apresentou de forma desafiadora, com a complexidade de obstáculos geopolíticos, recuperação dos efeitos da pandemia e o controle do nível de preços das economias avançadas e emergentes. Segundo o World Economic Outlook Update do Fundo Monetário Internacional (FMI), a expectativa é que a economia global tenha crescido 3,1% em 2023, taxa de crescimento inferior ao verificado em 2021, de 3,5%.

A redução da taxa global de expansão se deve à adoção de uma política monetária restritiva, que favoreceu o controle e o processo de redução das taxas de inflação, abrindo uma janela de oportunidade para o crescimento das economias nos próximos anos, com políticas monetárias e fiscais menos restritivas. Entretanto, devem ser considerados no balanço de riscos para uma recuperação de curto prazo, a possível escalada nos preços das matérias-primas devido a conflitos geopolíticos, sobretudo no Oriente Médio, causando uma inflação mais persistente, e o aprofundamento dos problemas do setor imobiliário na China.

No ambiente doméstico, conforme reportado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,9% em 2023, em comparação ao ano anterior, influenciado, sobretudo, pelo setor



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



agropecuário no lado da oferta e pelo consumo das famílias e setor externo pelo lado da demanda. Para 2024, a expectativa do FMI para o Brasil é de um crescimento menor do que o verificado em 2023, considerando a previsão de crescimento do PIB de apenas 1,7%. Segundo o Boletim Focus do Banco Central de 23 de fevereiro de 2024, a expectativa do mercado é que o PIB brasileiro cresça 1,75% em 2024, próximo ao estimado pelo FMI.

Em 2023, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou um aumento acumulado de 4,62%, abaixo dos 5,79% de 2022, e dentro da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O ciclo de contração monetária foi flexibilizado a partir da 256ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em agosto de 2023, com quedas de 0,50 pontos percentuais na taxa Selic. Ao final de 2023, a SELIC foi fixada no percentual de 11,75%, indicando que a política monetária a ser adotada pelo Copom em 2024, como ferramenta gestão macroeconômica, tende a continuar com reduções graduais na taxa de juros básico, como meio de apoiar na busca pelo centro da meta da inflação. No mercado de trabalho, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), houve uma queda na taxa de desocupação de 7,9% no quarto trimestre de 2022 para 7,4% no quarto trimestre de 2023.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) é estimado que, em 2023, a economia do Estado tenha crescido 3,4%, tendo em perspectiva que os investimentos dos setores de construção civil e a forte produção de petróleo e gás devam ter sido forças motrizes para o crescimento do PIB fluminense. Sobre o índice de preços, a região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou IPCA de 4,29% em 2023, inferior aos 6,65% verificados em 2022.

No contexto internacional, a agenda para 2024 se apresenta desafiadora, em razão da manutenção de algumas incertezas geopolíticas e do desempenho das principais economias mundiais para o próximo ciclo, o que pode influenciar diretamente na economia do país. No cenário interno, com o arrefecimento do nível de preços nos últimos meses, pode-se considerar a possibilidade de acomodação da atividade econômica interna, sinalizada pelos últimos indicadores divulgados pelo IBGE.

**7. SITUAÇÃO HÍDRICA**

A CEDAE, como responsável pelos sistemas de abastecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro e parte dos municípios do interior do Estado, mantém uma vigilância constante sobre os mananciais utilizados para fornecer água tratada à população. Esse monitoramento contínuo é essencial na tomada de decisões estratégicas, principalmente diante das crescentes oscilações na qualidade e na quantidade de água, que são cada vez mais frequentes e agravadas por eventos climáticos extremos associados às mudanças climáticas.

Tendo em vista a relevância estratégica Um dos principais focos de atenção é a bacia do Rio Paraíba do Sul, o principal curso d'água do Estado, que abastece várias localidades, incluindo a região metropolitana, através da transposição de suas águas para a bacia do Rio Guandu, realizada na Usina de Santa Cecilia, localizada no município de Barra do Piraí.

Na bacia do Paraíba do Sul, considerando o volume do Reservatório Equivalente - que consiste na soma dos volumes úteis dos reservatórios de Paraíbauna (SP), Santa Branca (SP) e Funil (RJ), no rio Paraíba do Sul; e pelo reservatório de Jaguari (SP), no rio Jaguari, que é afluente ao Paraíba do Sul - o ano de 2023 iniciou com vazões naturais muito superiores à curva de 2014, o pior ano da série histórica, com aporte de água suficiente para uma recuperação significativa dos volumes equivalentes armazenados nos reservatórios da bacia. Esse aumento substancial no volume de água armazenado nos reservatórios da bacia foi resultado da melhoria das condições hidrometeorológicas na região, impulsionada pelas chuvas e pelas práticas de operação dos reservatórios estabelecidas pela Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA n.º 1.382/2015.

Esse cenário permitiu atingir um armazenamento de quase 80% do volume útil do sistema ao final do período úmido. Seguiu-se a este um período seco bastante favorável, com algumas chuvas volumosas no início e no fim do ano, que permitiram pouca utilização do volume acumulado nos reservatórios da bacia durante este ciclo, mantendo, assim, o volume acumulado sempre próximo aos 80%, o que não acarretou riscos aos sistemas de captação dependentes desse manancial.

A transposição de águas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, que existe há mais de meio século, e implica em uma transferência de até 180 m3/s de água. Como reflexo da favorável situação hídrica da bacia do rio Paraíba do Sul em 2023, não houve necessidade de redução na deflúvia da transposição para o Rio Guandu devido à escassez hídrica e, consequentemente, abastecimento de água do Guandu não foi afetado quantitativamente por esse manancial.

Contudo, apesar dos resultados positivos em 2023, não podemos garantir que os volumes de chuva observados se repetirão nos próximos anos. Portanto, a CEDAE continuará a manter uma abordagem proativa e adaptativa para lidar com possíveis desafios futuros.

Em 2023 a CEDAE também manteve diversas ações que visaram a melhoria contínua da qualidade das águas captadas no rio Guandu. Isso inclui a operação da Unidade de Tratamento

(UTR) Queimados, a Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no espelho d'água a montante da captação, Bombeamento de até 3m³/s da rio Guandu para a Lagoa Grande do Guandu e a operação de boias flutuantes que controlam a proliferação das algas além de realizar mais de 500.000 análises de qualidade de água visando o monitoramento de qualidade dos mananciais utilizados pela CEDAE.

Em contraste com o Sistema do Paraíba do Sul interligado à bacia do Guandu, o Sistema Imunana-Laranjal, segundo maior sistema do Estado, cujas águas provêm das bacias dos Rios Macacu e Guapiacu, não dispõe de reservatórios de regularização. Isso o torna mais suscetível a períodos de estiagem, sendo recorrentes as restrições de disponibilidade hídrica no manancial, nos períodos de seca. No ano de 2023, foi preciso acionar o plano de contingência para estiagem, especificado no procedimento operacional padrão-POP de estiagem do Sistema, com acionamento de bombas complementares de recalque de fundo, de forma intermitente, visando compensar a redução temporária da oferta hídrica no manancial.

Em 2023, foram registrados quatro eventos de acionamento do procedimento no mês de agosto e quatro eventos no mês de setembro. Contudo, apesar das recorrentes estiagens sazonais, a menor disponibilidade hídrica no manancial não afetou a capacidade produtiva do sistema, mantendo estável a vazão produzida na Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, que é alimentada pelo manancial em questão.

Outro sistema de relevância para a Região Metropolitana é o Sistema Acari, que é composto por 5 subsistemas (São Pedro, Rio d'Ouro e Tinguá, no município de Nova Iguaçu, e Xerém e Mantiqueira, no município de Duque de Caxias). As captações desse sistema estão integralmente inseridas no interior da Reserva Biológica do Tinguá, uma unidade dedicada à preservação dos mananciais ali existentes, que começaram a ser explorados ainda na época do império. Mesmo estando localizados em áreas extremamente conservadas, o sistema registrou reduções de disponibilidade hídrica da ordem de 20% a 25%.

Já no interior do Estado do Rio de Janeiro, não foi verificado impacto significativo nas captações das unidades em que a CEDAE possui atividade, com exceções nos municípios de Teresópolis, que enfrentou eventos pontuais durante o período seco, e em São João da Barra, localizado próximo à foz do Rio Paraíba do Sul, área influenciada pela estiagem dos afluentes mineiros Rios Pomba e Muriaé. A menor velocidade das águas e o avanço da intrusão da língua salina (região de estuário) nos momentos de maré cheia acarretaram interrupções esporádicas na produção do sistema de São João da Barra. A CEDAE vem trabalhando no aperfeiçoamento dos seus modelos operacionais com o objetivo de mitigar esses riscos e melhorar os sistemas de produção.

Quanto à participação institucional em colegiados, a CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, inclusive participando do Grupo Técnico de Acompanhamento da Operação Hidráulica da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - GTAOH, no âmbito do Comitê de Bacia CEIVAP.

Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água, com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro.

Além disso, a Companhia contribui ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

Com base no exposto, a da CEDAE demonstra transparência e responsabilidade em relação à gestão da água e ao enfrentamento de eventuais crises hídricas.

**COMITÊ GUANDU**

A CEDAE participa ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, atuando em consonância com os objetivos da Companhia e levando contribuições técnicas para esses espaços de tomada de decisão. Em 2023, destacou-se a atuação na presidência do Comitê Guandu RJ, responsável pela gestão de recursos hídricos da região hidrográfica mais estratégica do Estado do Rio de Janeiro, onde está localizada a captação da ETA Guandu.

Destacaram-se também a atuação na presidência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) e no Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH) do Paraíba do Sul, garantindo a análise e internalização das informações dos reservatórios. Além disso, a Companhia atua fortemente em diversos outros órgãos de decisão, conselhos e associações relacionados ao sistema de recursos hídricos, saneamento ambiental e segurança hídrica.

Como resultado da participação ativa no Comitê Guandu, destacam-se as realizações estratégicas para a CEDAE:

- **Atualização do Plano de Contingência para abastecimento de água**  
O Plano de Contingência para Abastecimento de Água (Guandu) está sendo revisado e atualizado pelo Comitê Guandu em decorrência da parceria com a CEDAE. O documento técnico consiste em diretrizes integradas para lidar com emergências ambientais que ameacem o fornecimento de água para consumo público. O Plano é fundamental para segurança da operação, já que especifica procedimentos operacionais a serem adotados pela CEDAE em casos de emergência. Abrange a prevenção, preparação, resposta, recuperação e mitigação de acidentes que possam poluir mananciais superficiais, especialmente na área de contribuição hidrográfica para o Sistema Guandu, crucial para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando também a dependência da transposição de água de outras bacias.

- **PMMA's**  
O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim entregou os Planos Municipais de Mata Atlântica a 12 municípios em 2023. Os planos visam proteger, recuperar e usar de forma sustentável a Mata Atlântica, trazendo benefícios ambientais e sociais.

- Os documentos identificam áreas de vegetação nativa remanescente, causas de desmatamento e formas sustentáveis de uso da vegetação, inclusive em termos de benefícios ecossistêmicos relacionados à promoção da segurança hídrica. Assim, também são instrumentos técnicos importantes para a operação do sistema, sob um olhar de fortalecimento da infraestrutura verde para melhoria da qualidade e quantidade da água fornecida para a população.

- **Sanear Guandu**  
O Sanear é o maior programa de saneamento rural do país e tem o objetivo de evitar o lançamento de 10 milhões de litros de esgoto por dia na bacia do Rio Guandu, melhorando a qualidade da água captada pelo Sistema Guandu-Lameirão. As ações do Sanear são executadas pelo Comitê Guandu e operacionalizadas pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). O programa foi desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

- Desde o lançamento do Sanear Guandu até o fim de 2023, mais de R\$ 31,2 milhões foram investidos no programa, beneficiando 21.280 pessoas nos municípios de Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Piraí, Queimados, Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Rio de Janeiro e Seropédica, territórios estratégicos para o processo de universalização do saneamento na Região.

- **Observatório da Bacia**

O projeto de monitoramento foi modelado pelo Comitê Guandu e teve sua execução aprovada em 2023, integrando mais de 106 estações de monitoramento, estrategicamente distribuídas nas bacias, para gerar dados que forneçam panorama de informações sobre toda a região.

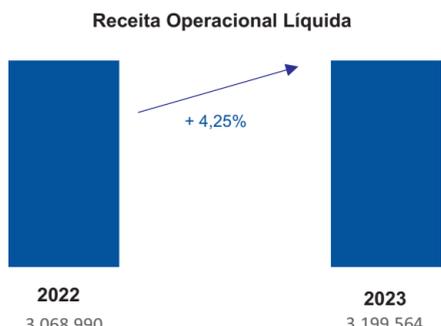
As estações garantirão dados precisos sobre diversos parâmetros hidrometeorológicos, desde pluviometria até a qualidade da água. Este monitoramento abrangente permitirá uma avaliação detalhada das condições das bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim.

A rede modelada integra as estações de monitoramento que já existiam, somando a elas 88 novas estações e ampliando significativamente a cobertura de monitoramento na região, possibilitando uma resposta rápida a qualquer alteração nas condições dos recursos hídricos.

**8. RESULTADO FINANCEIRO**

**RECEITA LÍQUIDA**

Receita líquida de 2023 totalizou R\$ 3.199.564, 4,25% superior ao ano de 2022, conforme gráfico apresentado abaixo:



O principal fator que influenciou o aumento da receita líquida nos períodos comparativos foi uma redução nos cancelamentos e estornos de faturas em 2023. Atualmente, a Companhia tem seu foco na prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta e adução de água tratada até os pontos de entrega às concessionárias (serviços upstream).

**CUSTOS E DESPESAS**

Em 2023, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 3.236.337 mil contra R\$ 3.590.587 mil no ano de 2022, decréscimo de 9,87%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição (R\$ Milhares)	2023	2022	Var. %
1. Pessoal	900.845	952.285	-5,40%
2. Material	277.190	255.985	8,28%
3. Serviços de Terceiros	923.196	1.052.232	-12,26%
4. Despesas Gerais	66.193	157.499	-57,97%
5. Depreciações e Amortizações	137.323	126.453	8,60%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	(63.434)	132.776	-147,78%
7. Provisão Contingências	859.765	686.585	25,22%
8. Provisão Atuarial	228.138	233.758	-2,40%
9. Outras Despesas/Receitas Operacionais	(92.879)	(6.986)	1229,50%
<b>Despesas e Custos Operacionais</b>	<b>3.236.337</b>	<b>3.590.587</b>	<b>-9,87%</b>

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

i. **Pessoal:** Os gastos com Pessoal em 2023 apresentaram redução de 5,40% em relação a 2022, a redução foi motivada principalmente em virtude do Plano de Demissão Voluntária - PDV - lançado pela Companhia no exercício de 2022.

ii. **Material:** Os gastos com material em 2023 apresentaram aumento de 8,28% em relação a 2022, motivados, basicamente, pelos produtos químicos utilizados no processo de tratamento de água.

iii. **Serviços de Terceiros:** Os gastos com serviços de terceiros em 2023 apresentaram redução de 12,26% em relação a 2022, principalmente em função da redução de serviços de operação de sistemas e consumo de energia elétrica.

iv. **Despesas Gerais:** Os gastos com despesas gerais em 2023 apresentaram redução de 57,97% em relação ao ano de 2022, em função da não realização de aporte à Cedae Saúde.

v. **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Em 2023 ocorreu uma redução de 147,78% da PCLD em relação a 2022, em função da mudança no modelo de negócios da Companhia, trazida pelos leilões de concessão dos Blocos 1, 2, 3 e 4.

vi. **Provisões Contingências:** O aumento de 25,22% ocorreu, principalmente, em função das execuções cíveis dos processos judiciais nº 0117367.33.2006.8.19.0001 - Construtora Queiroz Galvão S/A, nº 000415.34.2007.8.19.0001 - Vulcan Materiais Plásticos Ltda, nº 0162408.37.2017.8.19.0001, 0200263-17.1998.8.19.0001 Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A e 0276377-35.2014.8.19.0001 Delta Construções S.A.

vii. **Outras Despesas/Receitas Operacionais:** Esta aumento de 1229,50% foi principalmente em função da recuperação de despesas ocorrida em 2023.

**RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido reduziu 10,97% ou R\$ 61.327 comparado com o exercício anterior de R\$ 559.125 em 2022 para R\$ 497.798 em 2023, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	Exercícios		
	2023	2022	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>651.229</b>	<b>709.417</b>	<b>-8,20%</b>
Atualização monetária	291.096	287.673	1,19%
Rendimentos de aplicações financeiras	303.803	315.455	-3,69%
Atualização monetária do Ativo Financeiro	14.106	40.131	-64,85%
Juros auferidos	35.935	52.428	-31,46%
Multas por impuntualidade	2.465	11.249	-78,09%
Descontos obtidos e bonificações	3.824	2.481	54,13%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>153.431</b>	<b>150.292</b>	<b>2,09%</b>
Juros passivos s/parcelamentos tributários	67.696	87.857	-22,95%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	43.154	45.308	-4,75%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tribut.	38.457	220	17380,45%
Descontos concedidos	3.037	15.858	-80,85%
Outras	1.087	1.049	3,62%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>497.798</b>	<b>559.125</b>	<b>-10,97%</b>

i. **Receitas Financeiras:** A redução de 8,20% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior, é decorrente, principalmente, da atualização monetária do termo de compromisso do ativo financeiro, dos menores juros auferidos e multas por impuntualidade, pelo reflexo da concessão dos blocos 1, 2, 3 e 4.

ii. **Despesas Financeiras:** O aumento de 2,09%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, dos juros sobre obrigações tributárias.

**RESULTADO LÍQUIDO**

A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 421.595 em 2023, representando um acréscimo de 38864,42% em relação ao lucro de R\$ 1.082 registrado em 2022. Esse acréscimo decorre principalmente pelo redução do prejuízo operacional em comparação com o exercício anterior, conforme tabela a seguir:

(R\$ Milhares)	Exercícios		
	2023	2022	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(36.773)	(521.597)	107,05%
(+/-) Resultado Financeiro	497.798	559.125	-10,97%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(39.430)	(36.446)	-8,19%
<b>(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido</b>	<b>421.595</b>	<b>1.082</b>	<b>38864,42%</b>

**GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)**

Em 2023, a CEDAE apresentou aumento operacional consolidada de caixa de R\$100.550 contra a geração operacional consolidada (R\$395.144) em 2022, ou seja, um aumento de 125,45% (ou R\$ 495.694) ocorrida em função do aumento do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição (R\$ Milhares)	Exercícios		
	2023	2022	Var. %
(=) EBIT	(36.773)	(521.597)	-92,95%
Margem EBIT (%)	-1,1%	-17,0%	93,53%
(+) Depreciação e Amortização	137.323	126.453	8,60%
(=) EBITDA	100.550	(395.144)	125,45%
Margem EBITDA (%)	3,1%	-12,9%	124,03%

**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

No exercício social de 2023, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 421.595. Baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei Federal 6.404/76 e com base nos resultados do ano de 2023, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício – 2023	
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	21.080
(=) Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	400.515
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	100.129
Quantidade de Ações Ordinárias	629.072
Valor dos Dividendos por Ação Ordinária (R\$)	0,15917

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CDBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões, captadas junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizadas na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

No dia 27 de julho de 2022, a Companhia realizou a amortização antecipada do financiamento junto aos credores (BNDES e BNDESPar), no valor de R\$ 38.789.

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor 31/12/2023 (R\$ Milhares)	Vencimento
CCB FGTS 1ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5% a.a.	378.239	2038
CCB FGTS 2ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5% a.a.	27.597	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,7% a.a.	2.982	2041



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

**9. INOVAÇÃO**

Centro de Inovação Socioambiental - MANANCIAL  
Inaugurado em 2022, o Manancial - Centro de Inovação Socioambiental é um espaço que tem como missão envolver todos os colaboradores da CEDAE na jornada de fomento à cultura da inovação, a partir de um ambiente colaborativo de mais de mil metros quadrados. Contando com equipamentos inovadores espalhados por ambientes modernos e disruptivos. O conceito idealizador do Manancial como espaço dedicado ao desenvolvimento de soluções inovadoras e novos negócios sustentáveis se conecta com a aceleração e incubação de projetos de ciência, tecnologia e inovação, além do fomento a eventos alinhados à Agenda 2030 da ONU para discutir a preservação ambiental, segurança hídrica e soluções baseadas na natureza. Em síntese, o Manancial tem como objetivos:

- Ser um espaço de inovação socioambiental voltado para ciência, pesquisa, tecnologia e inovação direcionado à segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro e à tecnologia socioambiental.
- Apoiar projetos de soluções inovadoras.
- Estimular a criatividade e valorizar a transversalidade entre as operações da CEDAE e o conhecimento científico-tecnológico, com startups, ICT's, universidades e comunidades do entorno das operações da Companhia.
- Acompanhar e promover os resultados dos projetos de inovação apoiados com recursos da CEDAE e desenvolvidos no âmbito do Manancial, buscando melhorias e entrega de resultados sólidos à sociedade.
- Promover a educação ambiental através de ações de mobilização social e incentivo aos projetos de P&D, para criar soluções socioambientais inovadoras.
- Ser um espaço de experimentação, aprendizagem, aproximação com startups e universidades, a partir da transformação de pesquisas científicas em soluções de mercado".

**Projeto Iaguas**

A CEDAE firmou parceria com duas startups, VM9 e NOAH, e participou de um Edital de Seleção Pública de Subvenção Econômica à Inovação MCTI/FINEP/FNDCT nº 04/2022, promovido pela FINEP, na qualidade de Interviente Cofinanciadora do Projeto IAGUAS, aprovado em 1º lugar na categoria Cidades Inteligentes.

O Projeto IAGUAS se propõe a produzir uma moderna aplicação de Inteligência Artificial para digitalização do saneamento e amparo à gestão integrada de recursos hídricos com potencial de replicabilidade nacional e internacional. Com aplicação da Inteligência Artificial, o projeto desenvolveu um sistema de monitoramento inteligente da qualidade da água, baseado em um modelo computacional preditivo multivariável, com foco na identificação de anormalidades em mananciais e ETAs, para tomada de decisões antecipadas que garantam segurança hídrica com sustentabilidade econômica, alinhada aos princípios ESG (Ambiental, Social e de Governança).

O sistema será demonstrado no ambiente operacional da ETA Guandu, frente aos desafios de monitoramento desse sistema. Há acordo de Propriedade Intelectual firmado pelas startups no percentual de 24,9% a favor da CEDAE. Em dezembro de 2023, a Companhia realizou o aporte da contrapartida financeira de R\$ 314 mil, iniciando-se a fase de execução das atividades do Projeto IAGUAS, baseado no Termo de Outorga de Subvenção Econômica à Inovação assinado pelas partes interessadas.

**Programa BlueRio**

Em 2023, a CEDAE aderiu ao Programa BlueRio em busca de soluções inovadoras aos seus desafios operacionais. O Programa visa promover o desenvolvimento sustentável e a inovação no Estado do Rio de Janeiro, mediante parceria entre a SEAS/RJ, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a consultoria Beta-Brasil para atrair startups com soluções inovadoras para o setor da Economia Azul. Além da CEDAE, participam também outras empresas, como: Galp, Oceanpact, Porto Sudeste, Vibra Energia, Águas do Rio, Porto do Açú e Wilson Sons.

As startups foram escolhidas após as fases de "Pitch" previstas no Edital do "Blue Rio", e a realização do "Bootcamp", período de imersão dos grupos pré-selecionados para treinamentos dinâmicos e interações com a equipe técnica da Companhia, visando ao aperfeiçoamento dos projetos e do modelo de negócio para responder os desafios nas áreas de energia e saneamento propostos pela CEDAE. A Comissão de Seleção da Companhia, formada por empregados públicos dos variados setores técnicos da empresa, classificaram as seguintes startups para prosseguir à fase de Prova de Conceito (Poc):

• A CONFIRM B idealiza o fornecimento de um aplicativo e uma plataforma web, que, juntos, poderão absorver todas as regras do negócio do cliente conforme as normativas, adicionando automações e melhorias dos processos. Isso garantirá a melhor rastreabilidade e conformidade das informações coletadas, além do aumento da eficiência operacional. Sua aplicação está programada para ETA Laranjal, em São Gonçalo.

• A SCUBIC se propõe a solucionar o desafio proposto pela CEDAE por meio da criação de uma plataforma inteligente de controle e otimização de redes de distribuição de água, que utilize algoritmos inteligentes e dados disponíveis para prever as demandas de água e energia, gerando insights acionáveis (comandos) capazes de controlar bombas, válvulas e variadores de velocidade. O objetivo é minimizar os custos de energia e água, maximizar a eficiência das redes de abastecimento de água e diminuir as emissões de carbono.

• A ALLIGER se propõe a fornecer uma tecnologia de sensoriamento óptico fluidoico para monitoramento e otimização de processos de coleta, distribuição e tratamento de água. O software servirá para a integração de um ecossistema único que colete os dados, permitindo ações mais assertivas e eficientes. Assim, promoverá o uso inteligente de recursos, indo ao encontro dos objetivos da Economia Azul, cuja aplicação está planejada para ser desenvolvida no ambiente operacional da ETA Laranjal.

• A ORBITTY idealizou uma solução baseada em monitoramento de reservatório e oceanos, combinando imagens de satélite, algoritmos de visão computacional e inteligência artificial. Essa abordagem avançada permitirá o acompanhamento detalhado das condições das áreas monitoradas (incluindo dados históricos), com benefícios significativos para o manejo de água. Esta tecnologia poderá ser usada por empresas que gerenciam reservatórios, de saneamento básico, pesca, portos e pela indústria petrolífera.

**10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) fundamentam-se em estratégias corporativas concentradas em três pilares: meio ambiente, social e governança. A governança socioambiental tem se consolidado como um fator crítico para empresas que desejam alcançar a sustentabilidade a longo prazo e ganhar a confiança de investidores e stakeholders.

A CEDAE tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do planeta, formado por empresas e organizações que escolhem avançar no mercado por meio de um modelo sustentável e de impacto ESG em suas operações.

A partir da adesão ao Pacto, a Companhia se comprometeu a seguir os dez princípios universais baseados em direitos humanos e empresas, meio ambiente e anticorrupção, bem como contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são transversais às práticas da empresa e representam os compromissos a serem alcançados na Agenda 2030. Dentre os 17 ODS do Pacto Global, a Companhia decidiu priorizar oito, considerando questões pertinentes ao seu negócio e aos seus aspectos sociais, ambientais e econômicos que possam gerar valor a curto, médio ou longo prazo.

Diante da evolução e crescente importância do conceito ESG no cenário corporativo, é inegável a necessidade de incorporar essa abordagem de forma transversal e imbricada em todas as áreas de negócios. Ao longo da linha do tempo, observamos marcos significativos que evidenciam a relevância crescente do ESG no contexto empresarial, desde o Pacto Global até as Resoluções da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e os guias da ANBIMA e B3 mais recentes. A entrada em vigor da Resolução da CVM número 59 de 2021, em janeiro de 2023, representou um novo impulso para a integração das práticas ESG às estratégias da CEDAE. Tal reflexão baseia-se na crença de que a sobrevivência a longo prazo de uma organização e a capacidade de gerar lucros exigem a contabilização do impacto de suas decisões e ações no meio ambiente, na sociedade e em sua própria força de trabalho.

Na vanguarda da transformação socioambiental, foram incluídos no plano de negócios da CEDAE investimentos em infraestruturas, como as obras das novas Estações de Tratamento de Água (ETA) Tinguá, Xerém e Novo Guandu, e aquisições de equipamentos capazes de detectar pequenas alterações na água, como as cianobactérias, a fim de expandir a captação e venda de água potável com boa qualidade, que abordam os ODS nº 3, 6 e 9.

Considerando a necessidade de promover uma forte cultura de inovação e transformação sustentável, alinhada com as modernas práticas ESG, e o interesse da CEDAE em fortalecer sua posição como uma empresa que respeita e se preocupa com o meio ambiente e com as questões sociais, e ser referência em sustentabilidade, em 2023, a Companhia estruturou a área de Governança Socioambiental, com previsão estatutária, permeando por toda a cadeia estratégica da organização, com poder de tomada de decisão e orientação.

A implementação de uma Superintendência Executiva de Governança Socioambiental representa ir além da teoria, proporcionando que a agenda ESG seja aplicada de forma integrada, transversal, dinâmica, colaborativa e coletiva na CEDAE. Por fim, em dezembro de 2023, ano em que se comemorou os 48 anos de história da CEDAE, o Conselho de Administração aprovou a Política ESG, instrumento que irá basilar a jornada da Companhia em sua trilha de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental".

**Ações desenvolvidas em 2023:**

**Instituição da Comissão Permanente de Diversidade de Gênero da CEDAE**

Em maio de 2023, a Companhia instituiu a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), órgão colegiado de natureza plural, consultiva e deliberativa. A finalidade é a formulação e a proposição de ações, de diretrizes e medidas de governança corporativa referentes à promoção e defesa da diversidade e da igualdade de gênero. A iniciativa aborda os principais desafios globais nas áreas dos Direitos Humanos, do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, visando à erradicação da violência e da desigualdade, além da responsabilidade corporativa da Companhia de garantir que seus recursos humanos possam desfrutar de um ambiente corporativo de paz, com harmonia social e inclusão, na busca pelo reconhecimento no mercado interno e global de sua governança socioambiental.

**Programa Cedae Por Elas**

A CEDAE, engajada em cumprir os compromissos dos ODS 3, 5, 10 e 17, implementou o programa CEDAE Por Elas, em agosto de 2023, mediante mapeamento e diagnóstico elaborado por um grupo de trabalho formado por funcionárias da Companhia. A ação faz parte das estratégias da CEDAE para fomentar a igualdade de gênero, com foco no atendimento à mulher e suas interseções de raça, etnia, idade, religião, orientação sexual, classe social e cultura.

O CEDAE Por Elas é um programa voltado para o atendimento à mulher, proporcionando uma convivência coletiva, com promoção de ações de saúde e bem-estar, apoio e fortalecimento às mulheres, suporte à maternidade, estímulo ao aleitamento, realização de atividades individuais e em grupos, como rodas de conversa, encontros, práticas integrativas dentre outras, sendo um lugar de elo importante na conexão entre as mulheres.

**Lançamento do Programa de Restauração do Corredor Tinguá-Bocaina**

O Programa de conservação e restauração florestal no corredor Tinguá-Bocaina, lançado em 2023 com a parceria da The Nature Conservancy Brasil (TNC), Governo do Estado e municípios da região, representa uma resposta inovadora e necessária para lidar com os desafios ambientais e hídricos, pois contribui para a segurança hídrica na Região Hidrográfica do Guandu, essencial para o abastecimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Por meio da utilização do conceito de protagonismo das soluções baseadas na natureza para enfrentamento aos desafios climáticos, a CEDAE fortalece o engajamento na restauração florestal na bacia. São projetos de proteção e recuperação de mananciais concentrados estrategicamente na Região Hidrográfica responsável pelo abastecimento de 13 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

A área abrange nove municípios: Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Barra do Pirai, Pirai, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Rio Claro. O objetivo é promover o reflorestamento e a conservação do corredor ecológico que conecta a Reserva Biológica do Tinguá ao Parque Nacional da Serra da Bocaina. Essa região apresenta a maior ruptura do bioma da Mata Atlântica e abrange os Mosaicos da Serra dos Órgãos e do Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro, visando à proteção da biodiversidade, à manutenção dos recursos hídricos e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O Programa prevê intervenções diretas e indiretas da CEDAE, visando a restauração e conservação de 10 mil hectares até 2030 e 30 mil hectares até 2050, através do plantio de mudas da Mata Atlântica pelas equipes do Replantando Vida, contribuindo para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

**Adesão ao Portal da Mantiqueira**

Buscando trazer transparência e visibilidade aos plantios realizados pela CEDAE, a Companhia passou a utilizar em 2023 ferramenta que integra dados ambientais, resultados dos projetos e banco de áreas para restauração: o "Portal da Mantiqueira - TNC" (https://conservadordamantiqueira.org/portal).

O Portal permite o registro e o acompanhamento dos resultados do Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina, bem como os esforços empreendidos na regularização de obrigações legais ambientais, garantindo o acompanhamento de todas as ações de restauração ambiental da Companhia. Além disso, o Acordo de Cooperação Técnica com a ONG The Nature Conservancy (TNC) respalda e monitora essas ações, que incluem a execução do programa e uso do portal. A medida ainda evita a sobreposição com outros projetos ambientais no Estado.

A utilização do Portal da Mantiqueira representa avanço e modernização das ações ambientais da Companhia, por ser uma ferramenta de monitoramento, controle e avaliação da gestão territorial dos plantios e banco de áreas já restauradas e de áreas a restaurar no âmbito do Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina. A ferramenta ainda agrega as demais ações de recuperação ambiental da Companhia, garantindo o acompanhamento dos resultados dos programas e projetos executados pela CEDAE por órgãos de controle e por toda a sociedade

**Inauguração do Viveiro de Resende**

A inauguração ocorreu em agosto de 2023 dentro da Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, no distrito de Bulhões, em Resende. Com 1,7 mil metros quadrados (m²), o viveiro florestal de Resende será responsável por produzir 200 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica por ano, necessárias para o Programa de Conservação e Restauração Florestal do Corredor Tinguá-Bocaina, tendo por foco a segurança hídrica aliada às ações socioambientais da CEDAE.

**Diagnóstico dos Jovens Aprendizes da CEDAE**

A CEDAE possui um programa de Jovem Aprendiz consolidado e atuante há mais de 20 anos. Pensando na proposta de um projeto piloto inovador capaz de transformar a vida destes jovens que passam pela Companhia, foi realizado um diagnóstico dos participantes. O diagnóstico é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e a promoção de oportunidades significativas.

O questionário foi elaborado com critérios técnicos e trabalhado de forma anonimizada, protegendo os dados pessoais e sensíveis, utilizando os resultados apenas para fins de pesquisa agregada. O diagnóstico foi realizado durante os meses de agosto a outubro de 2023, com 108 entrevistas, cujos resultados foram consolidados em um relatório final e apresentados à alta administração.

**Aprendi na CEDAE**

A CEDAE lançou, em dezembro de 2023, o projeto Aprendi na CEDAE, objetivando potencializar o Programa Jovem Aprendiz e reforçando seu compromisso com as diretrizes ESG, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento profissional para a inclusão no mundo do trabalho.

O projeto disponibilizou 60 vagas para um processo formativo de 12 meses, sendo 50% das vagas disponíveis para jovens já atuantes na Cedae e 50% para jovens de extrema vulnerabilidade social e moradores dos bairros adjacentes da Cidade Nova".

A proposta do projeto é que haja um investimento integral no jovem, com incremento no processo de formação. Para tal, são realizadas capacitações teóricas e práticas para preparar o jovem para o mundo do trabalho e auxiliar na construção de um plano de desenvolvimento pessoal e profissional. A capacitação está estruturada em módulos temáticos, a saber: Tecnologia, Comunicação, Data Science, Saúde e Bem-estar, Direitos Humanos nas Empresas, Cidadania, Diversidade, Equidade e Inclusão.

Um aspecto fundamental do programa é a mentoria individual. Cada jovem tem auxílio na construção de seu plano de desenvolvimento individual, proporcionando orientação personalizada para o crescimento profissional e pessoal. Essa iniciativa reforça o compromisso da empresa com a responsabilidade social na sua política ESG e com a criação de oportunidades. Centros de Visitação Ambiental (CVAs) Guandu e Laranjal

O programa de educação ambiental, por meio de Centros de Visitação Ambientais (CVAs) em unidades operacionais da Companhia, visa promover mudanças na relação da comunidade (acadêmica e civil) com a CEDAE. Ao fortalecer a relação com o meio ambiente, com o patrimônio da empresa e com a vida saudável, é possível alcançar a sustentabilidade ambiental por meio de palestras e visitas nas etapas das ETAs.

O programa de educação ambiental por meio dos CVAs está em consonância com os ideais da Companhia e as políticas ESG adotadas pela empresa. Os CVAs possibilitam a realização dos seguintes objetivos: conectar a comunidade e a Companhia, atingindo diversos setores da sociedade; disseminar conhecimento e educação ambiental e tornar as experiências da visitação acessíveis a todos, com o fornecimento de transporte e atividades de cunho social. Nesse sentido, é possível relacionar as atividades realizadas com os ODS 4, 6, 10, 11, 12 e 17.

No ano de 2023, os CVAs das ETAs Guandu e Laranjal receberam 11.483 visitantes de 273 instituições diferentes, abrangendo 29 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

**Projeto Educação no Canteiro**

Preocupada com a redução das desigualdades através da educação, a CEDAE conta com equipes de trabalho social, que atua nos territórios onde a empresa possui frentes de obras, que dão suporte antes, durante e após as intervenções, com ações de desenvolvimento humano, educação ambiental e amparo social, como o Projeto Educação no Canteiro.

Tal projeto teve início em 2022 nos canteiros da obra do empreendimento de terraplanagem do Novo Guandu, com previsão de término para maio de 2023. O projeto ofereceu aulas às quintas-feiras no próprio canteiro, logo após a jornada laborativa, com a participação de 45 trabalhadores atendidos conforme as individualidades e necessidades.

As aulas foram ministradas por professora com formação em Pedagogia e com experiência na área de educação para jovens e adultos, além de uma professora assistente. No espaço, foram desenvolvidas atividades de escrita e leitura nas áreas de conhecimento pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

**Programa de Gestão de Gases de Efeito Estufa de unidades operacionais**

Em 2023, foram elaborados, pela equipe técnica da Assessoria de Gestão Ambiental da Companhia, os Inventários de Emissões Gases Efeito Estufa (IGEEs) relativo às emissões de 2022 dos sistemas Guandu-Lameirão, Imunana-Laranjal e do edifício-sede da CEDAE.

Neste mesmo ano, foi realizada a contratação do serviço de verificação dos IGEEs por Organismo Verificador (OV) independente, acreditado pelo INMETRO, para os IGEEs dos sistemas Guandu-Lameirão e Imunana-Laranjal referentes às emissões dos anos de 2020, 2021 e 2022.

Além disso, ainda em 2023, a CEDAE aderiu ao Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) - Ciclo 2023 e processou o Registro Público de Emissões (RPE) de todos os inventários já elaborados pela Companhia, contemplando o período de 2015 até 2022. O PBGHGP é a versão brasileira do protocolo de referência mundial para o relato de emissões de GEE e o RPE, uma plataforma on-line que permite que as empresas publiquem seus inventários de emissões de GEE e possui uma política de qualificação dos inventários, classificando-os com selo bronze (IGEEs parciais), prata (IGEEs completos) ou ouro (IGEEs completos e verificados). Foram publicados no RPE, os seis inventários dos sistemas de produção de água Guandu-Lameirão e Imunana-Laranjal referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 e todos obtiveram selo ouro. Foram recalculados, conforme a metodologia atualmente praticada, e publicados 16 IGEEs das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) Alegria, Pavuna, Barra da Tijuca e Penha, referentes aos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, quando ainda estavam sob a gestão da CEDAE, e todos obtiveram selo bronze.

**Busca por Certificação do Sistema de Gestão Ambiental**

O Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental visando à certificação da CEDAE na Norma ABNT NBR ISO 14.001:2015 foi continuado.

A certificação na norma ABNT NBR ISO 14001:2015 é um reconhecimento internacional que permitirá à Companhia melhorar seu desempenho ambiental, estabelecendo um equilíbrio entre as necessidades socioeconômicas e a preservação ambiental. A certificação dará continuidade a implementação de ações de sustentabilidade alinhadas à agenda ESG, permitindo alcançar os resultados pretendidos, agregando valor ao meio ambiente, à empresa e às partes interessadas.

Dentre as vantagens da certificação, destacam-se: o reflexo positivo da imagem e o reconhecimento da empresa frente aos clientes, fornecedores e investidores; maior competitividade da empresa no mercado; a redução dos custos, com a melhoria dos procedimentos de controle e aumento da eficiência; e a realização de operações com o cumprimento das legislações ambientais, o que evita multas e exigências de ações de compensação ambiental pelos órgãos ambientais.

**Gestão de Resíduos Sólidos**

Alguns ações diretamente relacionadas ao ODS 12 implantadas nesse exercício:

- Realização de palestras e treinamentos no Programa de Combate ao Aedes aegypti na Gerência Noroeste Fluminense e a expansão da abrangência do programa com inclusão de novas unidades administrativas, comerciais e operacionais da Companhia no programa, totalizando o monitoramento semanal de inspeção de focos potenciais de proliferação do mosquito e a eliminação dos mesmos, caso identificado alguma não conformidade em 58 unidades;
- Contratação de serviço externo para coleta, tratamento e descontinuação de 6.463 lâmpadas inservíveis armazenadas;
- Coleta e destinação de, aproximadamente, 6,5 toneladas de resíduos recicláveis à cooperativa que faz parte do projeto de Coleta Seletiva Solidária;
- Implantação de projeto de compostagem dos resíduos sólidos orgânicos geradas no prédio-sede, resultando na coleta e destinação de 2,7 toneladas de resíduos orgânicos transformados em adubo orgânico;
- Realização do 16º e 17º Leilão da Companhia, com obtenção de aproximadamente R\$ 1.300.000,00 de receita, por meio da organização dos 74 lotes de sucatas e inservíveis, e controle e emissão dos manifestos de resíduos (MTRs);
- Implantação e lançamento de programa de coleta seletiva na ETA Laranjal e realização de treinamentos de conscientização e de participação no programa aos colaboradores e terceirizados lotados nesta unidade operacional.
- Utilização da Água: A Companhia mantém instalada no seu prédio sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETAC), que possibilita o reaproveitamento de água de piaas, lavatórios, ar-condicionado e águas pluviais captadas das chuvas, que são reaproveitadas e usadas nos sistemas de descargas sanitárias e no tratamento dos jardins existentes ao redor do prédio.

**Eficiência Energética**

Com objetivo de redução significativa dos custos com energia elétrica, a CEDAE vem buscando iniciativas e aproveitando as oportunidades do mercado e vislumbrou no Mercado Livre de Energia um caminho. Por meio de negociações bilaterais, diretamente com geradores e comercializadores de energia, a CEDAE tem o objetivo de alcançar condições de maior economicidade em comparação ao cenário atual em que se encontra.

A Companhia concluiu o processo de contratação da empresa LIGHTCOM COMERCIALIZADORA DE ENERGIAS S.A. por meio de licitação ocorrida em setembro de 2023, para fornecimento de energia elétrica, iniciando em 2024, para as unidades que compõem o Sistema Imunana-Laranjal. Para as unidades que compõem o Sistema Guandu-Lameirão foi realizada a licitação em dezembro de 2023, com expectativa de conclusão do processo e assinatura do contrato no primeiro bimestre de 2024.

Com o intuito de buscar uma matriz energética mais limpa e verde, a CEDAE em sua primeira licitação no Ambiente de Contratação Livre optou por adquirir energia incentivada para fins de suprimento as unidades que compõem o sistema de Imunana / Laranjal, onde a partir do contrato assinado com a empresa LIGHTCOM Comercializadora de Energia, por meio de um termo de compromisso assinado pela empresa contratada, as fontes de geração de energia que irão atender ao contrato possuem baixo impacto ambiental, sendo as mesmas dos seguintes tipos: PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas a Biomassa e Usinas Eólicas.

**Programa Replantando Vida**

A CEDAE possui um grande protagonismo no emprego da mão de obra prisional, contribuindo sensivelmente para o papel do Estado em buscar o retorno produtivo destas pessoas para a sociedade.

O Programa Socioambiental Replantando Vida tem por objetivo contribuir para a restauração dos mananciais do Estado e a ressocialização de apenados do sistema prisional estadual por meio da oportunidade de trabalho, capacitação profissional, geração de renda e inclusão social. Atualmente, é a iniciativa que mais oferece oportunidade de trabalho para pessoas em cumprimento de pena no Brasil, disponibilizando 1.000 vagas para pessoas nos regimes fechado, semiaberto, aberto, prisão albeuge domiciliar e liberdade condicional. Ainda se consolida como a maior estrutura de produção e fomento de mudas florestais nativas da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

A CEDAE é a empresa que há mais tempo trabalha com a mão de obra prisional no Estado do Rio de Janeiro, desde 2001, e já recebeu 28 premiações nacionais e internacionais pelas atividades desenvolvidas pelo Replantando Vida, mostras do reconhecimento e credibilidade do trabalho socioambiental desenvolvido pela empresa.

Na vertente ambiental, o Replantando Vida atua tanto executando ações próprias de reflorestamento, como também fomentando outras iniciativas por meio do apoio gratuito com mudas florestais nativas da Mata Atlântica. Em 2023, as equipes do Replantando Vida executaram plantios em áreas de diversos municípios do Estado, como as cidades do Rio de Janeiro, Queimados, Paracambi, Miguel Pereira e Nova Iguaçu (Bacia do Rio Guandu); e Guapimirim e Cachoeiras de Macacu (Bacia da Baía de Guanabara). O programa mantém sete viveiros de mudas nativas da Mata Atlântica localizados na ETA Guandu, na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) São Gonçalo, no Reservatório Vítor Konder, na Caixa Velha da Tijuca, no Complexo do Alemão, na Colônia Penal Agrícola de Magé e no Presídio de Resende. As unidades, juntas, têm capacidade de produzir mais de 2,3 milhões de mudas por ano de mais de 260 espécies, das quais 40 ameaçadas de extinção.

Dentre as espécies cultivadas estão: cajá mirim, jatobá, jenipapo, jabuticaba, pitanga, aldrago, araribá, ipês, goiaba, embaúba, pau formiga, aroeira e pau-brasil.

Além de suprir as demandas dos projetos internos, os viveiros da CEDAE participam de outras iniciativas ambientais, oferecendo apoio a projetos e eventos de educação ambiental de prefeituras e organizações da sociedade civil de todo o Estado. Além disso, os viveiros cumprem a função de núcleo de educação ambiental, recebendo, nos centros de visitação da CEDAE, instituições de ensino dos mais variados níveis.

Em 2023, para estes projetos, foram disponibilizadas cerca de 215 mil mudas florestais nativas da Mata Atlântica, produzidas pelos viveiros da CEDAE, em prol das bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas bacias do Rio Paraíba do Sul, do Rio Guandu e do Rio Macacu. Estas mudas contribuirão para apoiar projetos em 49 municípios do Estado do Rio de Janeiro, além de dois de Minas Gerais e um de São Paulo.

**Diagnóstico do Replantando Vida**

A realização de um diagnóstico do Programa Replantando Vida torna-se uma ferramenta fundamental para avaliar o impacto deste programa na vida dos apenados envolvidos. A análise detalhada gerada por este diagnóstico é essencial para entender não apenas a eficácia do programa em termos de ressocialização e desenvolvimento de habilidades, mas também seu impacto ambiental e social mais amplo.

Por meio dos resultados, é possível medir o sucesso do programa na transformação das vidas dos apenados, fornecendo um caminho para a reintegração na sociedade. A partir de um questionário com mais de 100 perguntas, dividido em 16 blocos, foi possível traçar um perfil socioeconômico e suas características pessoais. O foco é entender as necessidades, os desafios e as aspirações dos trabalhadores do programa para contribuir com a criação de oportunidades e melhorias significativas em suas vidas.

A análise pode servir como uma ferramenta para ajuste dos rumos do programa ao identificar questões sobre a vida dos apenados que precisam de atenção especial. Dessa forma, o programa pode ser realinhado para atender melhor às necessidades dos apenados e alcançar os objetivos socioambientais de forma mais eficaz. Uma abordagem baseada em evidências por meio de dados é fundamental para a evolução e sustentabilidade do programa a longo prazo.

No total, a primeira etapa resultou na realização de 404 entrevistas, enquanto a segunda etapa adicionou mais 57 entrevistas, totalizando 461 participantes entrevistados. Este número de entrevistas forneceu uma base de dados sólida para a análise e avaliação do impacto do Programa Replantando Vida.

**Parcerias e Participações**

**- Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro**

Participação do titular e do suplente da área de ESG da CEDAE como representantes da Companhia. Este ano, as principais ações do Fórum foram: Minuta da revisão do Decreto que institui o FRJMC e Minuta do Regimento Interno do FRJMC.

**- Rede Comunidade Acolhedora**

Desde junho de 2023, a CEDAE compõe a Rede Comunidade Acolhedora, pacto pelo desenvolvimento territorial da Cidade Nova e adjacências. A Rede é composta por instituições de natureza pública e privada, com o objetivo de criar um consórcio comunitário para a realização de ações focadas no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, impactando na melhoria da qualidade de vida no território da Cidade Nova e adjacências.

A atuação na região deve-se ao fato de o desenvolvimento socioterritorial ser um dos principais objetivos das intervenções do setor de ESG da CEDAE. A sede da Companhia está localizada no bairro Cidade Nova, na região central do Rio de Janeiro, uma área que concentra grandes empresas, responsáveis por movimentar parte da economia da cidade. Ao mesmo tempo, porém, o território apresenta o menor índice de Progresso Social - IPS entre os mais de 160 bairros do município, de acordo com levantamento da Prefeitura do Rio realizado em 2022.

A partir dessas articulações, em 2023 foram realizadas ações focadas no desenvolvimento do território, sendo elas: ações socioambientais com público infantil/juvenil, atividades de fomento à geração de renda das mulheres empreendedoras do referido território, estruturação de um grupo de trabalho voltado para a temática da mulher.

**- Adesão ao 1Mio - Unicef**

A iniciativa "Um Milhão de Oportunidades" (1MIO), liderada pelo Fundo das Nações Unidas para Crianças - UNICEF, é uma aliança multissetorial que mobiliza empresas, sociedade civil, governos e especialmente jovens, para promover oportunidades de formação profissional, participação cidadã e trabalho decente para adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos em situação de vulnerabilidade. A adesão da CEDAE a esta iniciativa está vinculada aos princípios ESG da empresa e busca oferecer oportunidades para jovens em seus programas de Jovem Aprendiz e estágio, principalmente para moradores dos territórios no entorno das áreas de atuação da Companhia. Em menos de dois anos, o 1MIO já reúne mais de 100 empresas, 1.800 municípios e gerou mais de 200 mil oportunidades para a juventude brasileira. O UNICEF tornou-se, por meio desta adesão, parceiro no projeto Aprendi na CEDAE, lançado em dezembro de 2023 pela Companhia.

**11. GESTÃO DE PESSOAS**

A CEDAE conta com corpo técnico qualificado, dividido entre as carreiras administrativa, operacional e universitária, além de 285 jovens inseridos nos Programas Jovem Aprendiz e Estagiário e dos terceirizados administrativos, todos alocados em municípios do Estado do Rio de Janeiro.

**Remuneração e Benefícios**

Na CEDAE, a Política de Salário e Remuneração, assim como Gratificação de Chefia, são baseadas no Plano de Cargos e Salários e Tabela Salarial afetas aos cargos e funções da Organização. Assim, não há distinção de salário-base entre gêneros na Companhia. O aumento salarial dos colaboradores é linear e em percentuais iguais para todos, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho.

**UniverCedae - Treinamentos Presenciais**

A UniverCEDAE (Universidade Corporativa da CEDAE) possui uma Programação Anual de Treinamentos Presenciais, voltada para a capacitação da Área Operacional da empresa e tendo como principais focos a área de Saúde e Segurança do Trabalhador e o desenvolvimento técnico-operacional de seus colaboradores.

O ano de 2023 foi marcado pela construção de um laboratório didático na Unidade Operacional do Juramento, para a execução de treinamentos práticos dos trabalhadores que exercem suas funções em Espaço Confinado (NR-33) e em Altura (NR-35). O objetivo é proporcionar segurança e atender à legislação vigente, permitindo à CEDAE desenvolver seus próprios treinamentos, ministrados pelos colaboradores da Companhia que fazem parte do Programa de Instrutores Internos da empresa. Para isto, estes colaboradores recebem capacitação, gerando customização e economia para a empresa.



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Para minimizar custos e reduzir deslocamentos, a UniverCEDAE ampliou seu escopo, levando as salas de aula às unidades operacionais. Só no ano de 2023 foram inaugurados três postos avançados de ensino em unidades operacionais da empresa: no Juramento, no Lameirão e na ETA Guandu.

Além do Programa de Instrutoria Interna, a UniverCEDAE desenvolveu, ao longo do ano, parcerias com 15 instituições de ensino para a realização de parte de seus treinamentos.

No ano de 2023, a Companhia realizou um total de 84 treinamentos presenciais, capacitando um total de 1.657 colaboradores, perfazendo uma carga horária total de 30.422 horas.

Eventos/Palestras/Cursos Oferecidos:

Foram ofertados 28 eventos em 2023. Entre eles, podemos destacar os treinamentos de Brigada de Atendimento a Emergências; Básico de Instalações de Serviço com Eletricidade - NR-10; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio; Programa de Capacitação para Operadores de Elevatória; e Segurança para Trabalho em Altura - NR-35.

InovaUniverCEDAE e Eventos Internos para colaboradores

No ano de 2023, foi implementada a primeira plataforma de ensino à distância da CEDAE, a InovaUniverCEDAE. Foram concluídos 2.939 cursos on-line, com temas voltados para o desenvolvimento de soft skills (competências comportamentais) e ferramentas de apoio à performance, além de temas essenciais para o negócio da Companhia, como ESG, Governança etc.

Os cursos são disponibilizados por meio de trilhas de aprendizagem de acordo com a carreira, cargo e especialidade do colaborador concursado (carreiras: administrativa, operacional e universitária), para colaboradores extraquadros (cargos em comissão), estagiários e jovens aprendizes. Foram 20 trilhas de aprendizagem disponibilizadas para mais de 2.600 colaboradores, das quais destacamos: Administração e Liderança, voltada para os gestores que possuem equipes; e aprendizagem para colaboradores da carreira operacional, especificamente nas especialidades ligadas ao tratamento de água, core business da Companhia.

Desta forma, a CEDAE deu mais um passo na construção da cultura de desenvolvimento contínuo, valorizando e incentivando seus colaboradores a ampliarem seus conhecimentos também por meio da autoinstrução. Os cursos são disponibilizados por meio das ferramentas mais modernas de educação corporativa, podendo ser acessados pelo computador ou smartphone, tornando o conhecimento cada vez mais acessível e alinhando a Companhia às práticas mais atuais do mercado.

Ao longo do ano também foram realizados eventos internos presenciais com temas relevantes para os colaboradores, como saúde preventiva e outros. Destacamos: Burnout, Saúde Emocional na Maternidade, Paternidades, Inclusão e Diversidade, Carreira, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.

Programa de Estágio

O programa de estágio da CEDAE é lastreado na Lei nº 11.788/2008 e tem por meta possibilitar aos estudantes um contato direto com o mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma visão geral e específica do contexto organizacional. O programa disponibiliza até 285 vagas, sendo 50 para nível médio e 235 para nível universitário. Os estagiários cumprem jornadas diárias de seis ou quatro horas, com duração máxima de contrato de até dois anos.

Durante 2023, passaram pelo programa 432 estagiários, dos quais 199 ingressaram no programa durante o ano.

Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz, implantado em novembro de 2009, oferece formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos aprendizes. Em 2023, 231 jovens provenientes do Programa RioSólido/DEGASE exerceram as funções de auxiliar de escritório na CEDAE, dos quais 141 ingressaram no programa durante o ano.

### 12. OBRAS E INVESTIMENTO

No ano de 2022, devido aos desdobramentos do processo de concessão dos serviços públicos de saneamento ocorrido em abril de 2021, a CEDAE precisou se reinventar e investir em melhorias do seu processo produtivo. Desde 2022, a Diretoria Técnica e de Projetos (DTP) investe massivamente em projetos e obras para aumento e otimização da captação e produção de água potável. Além dos sistemas de produção, houve investimentos em sistemas de distribuição de água, coleta de esgoto e em melhorias técnicas e desenvolvimento tecnológico.

A CEDAE instituiu ao longo de 2023 a inserção do conceito Building Information Modeling (BIM) nas obras e projetos de engenharia. A modelagem da informação com modelos 3D inteligentes, conhecido como BIM, é a representação digital das características físicas e funcionais de todos os ativos dos sistemas de água e esgotos, com objetivo de promover uma transformação digital na engenharia de construção e operação das infraestruturas.

Em 2023, a área técnica da DTP concluiu um marco importante para o Sistema de Produção de Água de Ribeirão das Lajes: o projeto básico para implantação da Estação de Tratamento de Água do Sistema de Ribeirão das Lajes (ETA Lajes), com capacidade nominal de 5,5 m³/s, utilizando o processo de Flotação por Ar Dissolvido (FAD). Isso possibilitará o atendimento da legislação em vigor.

Ademais, visando à segurança hídrica e à melhoria operacional, à funcionalidade e à interligação dos sistemas, a CEDAE estrategicamente elaborou investimentos no médio/longo prazo para continuar realizando satisfatoriamente a produção de água no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, segue o detalhamento das obras realizadas:

#### PROGRAMA DE MELHORIAS NA ETA GUANDU - SISTEMA GUANDU

A Estação de Tratamento de Água do Guandu foi incluída no Guinness Book, o Livro dos Recordes, como a maior estação de tratamento de água do mundo em produção contínua. Por este motivo, é de fundamental importância que todos os componentes que fazem a estação funcionar adequadamente estejam em perfeito estado de funcionamento. Para isto, foram realizadas as seguintes ações em 2023:

- Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA - Nova Estação de Tratamento de Água;
- Reforma dos filtros na Velha Estação de Tratamento de Água - VETA;
- Contratação de Serviço de Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no Espelho D'Água a Montante da Captação da Estação de Tratamento de Água do Guandu;
- Reformas civis e Modernização dos flocluladores da VETA;
- Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 08;
- Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 14;
- Contratação de empresa especializada para realizar a recuperação civil, elétrica e mecânica da Barragem Auxiliar, Barragem Principal, Canal de Purga, Tomadas D'Água e do Retentor de Sólidos Flutuantes da ETA Guandu;
- Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de instalação com fornecimento de sistemas de remoção de lodo para os decantadores 7, 8 e 9 da VETA;
- Contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação de sistema mecânico do tipo turbina de fluxo axial para os flocluladores da NETA e da VETA da Estação de Tratamento de Água do Guandu.

#### PROGRAMA MAIS ÁGUA PARA A BAIXADA

Maior pacote de obras de infraestrutura em andamento no Estado, com investimentos de R\$ 3,4 bilhões. O Programa prevê a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água em Nova Iguaçu, com capacidade de produção de mais de 6 mil litros por segundo (l/s), o Novo Guandu. O projeto inclui também reservatório de 55 milhões de litros de água, atendendo não apenas a demanda atual, mas o crescimento estimado dos municípios da Baixada.

Na fase pré-concessão, o pacote de obras também incluiu a construção de duas Estações de Tratamento de Água, o assentamento de 58 km de adutora, implantação de sete elevatórias, a construção de oito reservatórios e o assentamento de 495 km de troncos e rede de distribuição, além da execução de cerca de 5 mil ligações domiciliares. As obras beneficiaram os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

Na fase pós-concessão, os novos investimentos estão sendo direcionados para ampliação do sistema de produção de água, principalmente em Xerém e Tinguá, além da continuidade da execução do sistema de produção Novo Guandu.

#### SISTEMA DE ABASTECIMENTO NOVO GUANDU

O Sistema de Abastecimento do Novo Guandu inclui a construção de uma Estação de Tratamento de Água que terá capacidade de produção de mais de 12 mil litros de água por segundo e um reservatório para 55 milhões de litros, a fim de atender cerca de 3 milhões de habitantes. O sistema do Novo Guandu inclui também a construção da adutora de água com 4 km de extensão. A obra do sistema de tratamento tem orçamento estimado entre R\$ 1,2 bilhões e R\$ 1,5 bilhões e será dividida assim:

- Contratação de terraplanagem para o reservatório Novo Marapicu - Etapa 1 - Fase 1;
- Construção do Reservatório Novo Marapicu, Tronco, Extravisor e Adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu;
- Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravisor da ETA do Novo Guandu;
- Implantação básica, terraplanagem e macrodrenagem da Nova ETA Guandu - Etapa 2 - Fase 1;
- Gerenciamento da obra do Sistema Novo Guandu

#### SISTEMA ACARI SUBSISTEMA TINGUÁ

- Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação do sistema de microfiltração com operação assistida e adequações civis na Unidade de Tratamento Tinguá
- Aquisição de três Equipamentos de desinfecção por Ultravioleta com capacidade de 325 l/s para ETA Tinguá - Nova Iguaçu - RJ
- Aquisição e instalação de três conjuntos motobomba, cada um com ponto de operação em 325 l/s e 28 mca, para ETA Tinguá - Nova Iguaçu - RJ

#### SUBSISTEMA XERÉM

O subsistema é composto pelas captações Hamilton, Fazenda, Cachoeira, Ribeiro, Mantiqueira, Guerra, Ancioto, João Pinto, Cova, Paraíso, Alfa, Perpétua e Registro, com produção média de 1.300 l/s e máxima de 1.600 l/s através das UTs Xerém I e II e UT Mantiqueira. Os projetos em andamento em 2023 são:

- Aquisição de tubos de aço carbono para a rede alimentadora de água bruta e adutora do sistema de tratamento de água de Xerém - Duque de Caxias
- Novo Sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA Xerém

#### SISTEMA RIBEIRÃO DAS LAJES

O Sistema é composto pela captação a jusante do reservatório de Lajes, após o turbinamento da Usina Hidrelétrica (UHE) de Fontes Novas. A água é transportada por adutoras até a UT Ribeirão das Lajes (Túnel IV), com produção média de 5.500 l/s, que abastece os municípios de Itaguaí, Japeri, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e parte do Rio de Janeiro. Os projetos em andamento em 2023 são:

- Complementação das Obras de Contenção do Talude (UT) Túnel IV - Paracambi;
- Elaboração de Projeto Executivo e Obra de Contenção para Estabilização da Encosta na UT Túnel IV - Paracambi;
- Projeto Básico funcional de uma interseção abrangendo a rodovia Presidente Dutra - BR 116 (km 217 + 900m) e a via de acesso à unidade de tratamento Túnel IV, situada no município de Paracambi.

#### DEMAIS LOCALIDADES

- Obras para ampliação do Sistema de abastecimento de águas da Zona Oeste - Guaratiba I;
- Aquisição de dois reservatórios em aço vitrificado com capacidade de 5.000 m³ cada para atender o sistema Guaratiba I;
- Obras para ampliação do Sistema de abastecimento de águas da Zona Oeste - Guaratiba II;
- Obras de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jardim Guanabara - Ilha do Governador;
- Contratação de Serviços de Gerenciamento e Supervisão de obras e serviços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

#### SISTEMA IMUNANA LARANJAL

O Sistema Imunana-Laranjal é composto pelo Canal de Imunana, que capta e leva a água dos rios Guapiaçu e Macacu até a elevatória de água bruta através de um canal no município de Guapimirim. A água é bombeada até a ETA do Laranjal, localizada em São Gonçalo. A estação é responsável por produzir cerca de 7.000 l/s de água potável. Após tratada, a água é conduzida pela adutora de água tratada até o reservatório Amendoeira, que atende aos municípios de Niterói, São Gonçalo, parte de Itaboraí, Ilha de Paqueta e aos distritos de Inoá e Itaipuaçu, em Maricá. Os projetos em andamento em 2023 são:

- Contratação de empresa especializada para a substituição dos módulos das colmeias dos decantadores 1, 2, 3 e 4 da ETA 1, e dos decantadores 8, 9, 10 e 11 da ETA 3, com fornecimento dos materiais;
- Contratação de empresa especializada para reforma dos Flocluladores da ETA 3 do Laranjal;
- Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 09;
- Reforma e reforço estrutural da curva do Tanque de Contato da ETA Laranjal.

#### ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Complementação das redes de esgotos do sistema Sarapuí, em Nova Iguaçu (CN 16/2018)

#### VÁRIOS SISTEMAS E LOCALIDADES

- Contratação de serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico sob demanda;
- Contratação sob demanda para prestação de serviços de sondagem;
- Serviço Especializado para realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR) da barragem Açude do Camorim, no Rio de Janeiro;
- Obtenção da Certificação PROCERT (Selo Verde) para o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Categoria Ação Socioambiental Responsável, no âmbito da DTP, da CEDAE;
- Contratação de serviços especializados para digitalização, vetorização, georreferenciamento, padronização e verificação dos dados cadastrais para aprimoramento do Cadastro Técnico GIS;
- Elaboração dos projetos básicos de esgotamento sanitário dos municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Japeri, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes, para reúso dos sistemas de tratamento da região hidrográfica do Guandu.

#### PROGRAMAS DE OBRAS

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO		Saldo 2024 R\$ milhares
Sistema Guandu Existente		847.861
Sistema Novo Guandu		2.617.471
Sistema Macaé e Interior		822.557
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA		
Sistema de Lajes		800.000
Sistema Laranjal		120.000
Sistema Acari		497.276
DIVERSOS	Vários Sistemas – Região Metropolitana	72.934
<b>TOTAL</b>		<b>5.778.100</b>

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - GUANDU EXISTENTE			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de Serviço de Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no Espelho D'Água a Montante da Captação da Estação de Tratamento de Água do Guandu		Em andamento	4.662
Contratação de empresa especializada para realizar a recuperação civil, elétrica e mecânica da Barragem Auxiliar, Barragem Principal, Canal de Purga, Tomadas D'Água e do Retentor de Sólidos Flutuantes da ETA Guandu		Em andamento	19.508
Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA - Nova Estação de Tratamento de Água		Em andamento	5.982
Reforma dos 72 filtros na Estação de Tratamento de Água do Guandu - VETA		Em andamento	280.408
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 08		Em andamento	20.372
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 14		Em andamento	27.072
Reforma dos Flocluladores da Estação de Tratamento de Água - VETA GUANDU		Em andamento	9.918
Ampliação do Sistema de Bombeamento de água para Lagoa Maior		Em licitação	13.672
Modernização dos decantadores 1,2,3,4,5 e 6 da VETA		Aguardando licitação	136.300
Fornecimento "on-line" de dados analíticos e operacionais para Sistema Guandu		Em fase de projeto	210.082
Implantação de Macromedição de vazão nas adutoras		Em licitação	119.885
Contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação de sistema mecânico do tipo turbina de fluxo axial para os flocluladores da NETA e da VETA da Estação de Tratamento de Água do Guandu		Concluída	-
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de instalação com fornecimento de sistemas de remoção de lodo para os decantadores 7, 8 e 9 da VETA - Velha Estação de Tratamento de Água do Guandu		Concluída	-
<b>TOTAL Guandu Existente</b>			<b>847.861</b>

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - NOVO GUANDU			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicu e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e vias de acesso ao Reservatório Novo Marapicu - Parte integrante do sistema Novo Guandu - Etapa 01 - Fase 01		Concluída	-
Implantação Básica, Terraplanagem e Macro drenagem da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu - Etapa 02 Fase 01 - do Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Em andamento	19.459
1ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	365.172
2ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	891.258
3ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	499.860
4ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	475.628
5ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	92.571

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - NOVO GUANDU			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Construção do Reservatório novo Marapicu, tronco, extravisor e adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu		Em andamento	260.573
Gerenciamento da obra do Sistema de Produção ETA Novo Guandu - Parte 01 - 12 m³/s e do Novo Reservatório do Marapicu - 57.000 m³ - Parte 01		Em andamento	9.864
Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravisor - Sistema de Produção ETA Novo Guandu			3.086
<b>Novo Guandu - Total</b>			<b>2.617.471</b>

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - MACAÉ / INTERIOR			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra será relicitado	148.236
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra será relicitado	396.253
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso financeiro	278.069
<b>Interior do Estado - Total</b>			<b>822.557</b>

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - LAJES			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Implantação do Sistema de Produção de Água de Ribeirão das Lajes - 5,5 m³/s		Em fase de projeto	800.000
Elaboração do Projeto executivo e obra para estabilização da encosta UT Túnel IV Paracambi		Concluída	-
Complementação das Obras de Contenção do Talude (UT) Túnel IV - Paracambi		Concluída	-
Projeto Básico funcional de uma interseção abrangendo a rodovia Presidente Dutra - BR 116 (km 217 + 900m) e a via de acesso à unidade de tratamento Túnel IV, situada no município de Paracambi		Concluída	-
<b>Lajes - Total</b>			<b>800.000</b>



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - LARANJAL			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de empresa especializada para Reforma dos Floculadores da ETA 3 do Laranjal		Em andamento	9.085
Remanejamento da 4ª Linha		Em fase de estudo	84.753
Serviço de reforma com reforço estrutural da curva do tanque de contato da Estação de Tratamento de Água do Laranjal		Concluída	-
Contratação de empresa especializada para a substituição dos módulos das colméias dos decantadores 1,2,3 e 4 da ETA 1 e dos decantadores 8,9,10 e 11 da ETA 3 da Estação de Tratamento de Água do Laranjal com fornecimento dos materiais		Concluída	-
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Preditiva, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 09		Em andamento	26.162
<b>Laranjal - Total</b>			<b>120.000</b>

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - ACARI			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Aquisição e instalação de 3 (três) conjuntos moto bomba, cada conjunto com ponto de operação em 325 l/s e 28 mca, para a ETA Tingüá – Nova Iguaçu – RJ		Em andamento	1.285
Aquisição de 3 (três) Equipamentos de Desinfecção por Ultravioleta com Capacidade de 325 L/S para ETA Tingüá - Nova Iguaçu - RJ		Em andamento	4.236
Sistema de microfiltração na unidade de tratamento de Tingüá		Em andamento	3.961
Construção do novo sistema de produção de água de Nova Iguaçu – ETA RIO D'Ouro	380.000	Em fase de projeto	263.826
Aquisição de tubos para as adutoras de água bruta e tratada do Sistema de Tratamento de Água de Rio D'Ouro – Japeri - RJ	380.000	Em fase de projeto	27.935
Aquisição de Sistema de Microfiltração Móvel para atendimento aos sistemas de abastecimento de água da Cedae, com vazão nominal de 650 l/s		Em andamento	17.633
Novo sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA XERÉM	240.000	Em andamento	178.400
Tubos de Aço de Xerém		Concluída	-
<b>Acari - Total</b>			<b>497.276</b>

VÁRIOS SISTEMAS - LOCALIDADE RIO DE JANEIRO			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de serviço especializado para a realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR 2023) da Barragem Açude do Camorim - Município do Rio de Janeiro – RJ.	Não aplicável		-
Contratação de serviço especializado para a realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR 2024) da Barragem Açude do Camorim - Município do Rio de Janeiro – RJ.	Não aplicável		31
Obras de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jardim Guanabara - Ilha do Governador	Não aplicável		2.153
Contratação sob demanda para prestação de serviços de topografia	Não aplicável		350
Contratação sob demanda para prestação de serviços de sondagem	Não aplicável		1.092
Contratação de Serviços de Gerenciamento e Supervisão das Obras e Serviços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Não aplicável		10.162
Contratação de Serviços Especializados para Digitalização, Vetorização, Georreferenciamento, Padronização e Verificação de Dados Cadastrais para Aprimoramento do Cadastro Técnico	Não aplicável		-

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Elaboração dos Projetos Básicos de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Japeri, Vassouras, Eng. Paulo de Frontin e Mendes, para Reuso dos Sistemas de Tratamento da Região Hidrográfica do Guandu	Não aplicável		-
Restauração do Chafariz da Glória	Não aplicável		1.200
<b>Região Metropolitana - Total</b>			<b>14.988</b>

BELFORD ROXO / DUQUE DE CAXIAS			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Concluída	-

**13. GOVERNANÇA CORPORATIVA**  
Transparência, equidade, responsabilização, sustentabilidade e integridade. Esses são os cinco princípios delineados pela 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, lançado em 2023. A atualização do Código reformou o compromisso da CEDAE, que, de maneira crescente, tem se mostrado atenta às questões relacionadas aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança e, em 2023, atuou para consolidar os princípios de governança corporativa nas suas práticas de negócio. A Companhia está empenhada em uma trajetória de evolução contínua, concentrando esforços para fornecer subsídios qualificados que embasam as tomadas de decisões e para atender de forma eficiente e ágil às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo. A concretização do engajamento da CEDAE com o fortalecimento da Governança e com a responsabilização socioambiental perante a sociedade pode ser evidenciada por meio das ações destacadas:

**CARTA ANUAL**  
Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

A carta desempenha o papel fundamental de comunicar os princípios, objetivos e diretrizes que orientam a gestão da CEDAE, estabelecendo-se como um instrumento essencial na promoção de uma administração eficiente, transparente e responsável. Seu propósito vai além da simples divulgação, atuando como catalisador para o desenvolvimento sustentável e o progresso da Companhia.

Nesta publicação, foram tratadas a realização das obras, reformas e recuperação civil das instalações para melhoria operacional dos sistemas Guandu, Laranjal e Acari, a atuação da Companhia na promoção de políticas públicas, as principais práticas de Governança Corporativa e o desempenho operacional e financeiro, dentre outros temas abordados.

Confira a publicação na íntegra no link a seguir: [https://storage.googleapis.com/site-cedae/Governan%C3%A7a/Carta%20Anual%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20e%20de%20Governan%C3%A7a\\_%2022\\_2022\\_final.pdf](https://storage.googleapis.com/site-cedae/Governan%C3%A7a/Carta%20Anual%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20e%20de%20Governan%C3%A7a_%2022_2022_final.pdf)

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE**  
A média que as questões ambientais e sociais robustecem a Governança, assumindo um papel de destaque nas práticas da Companhia, intensifica-se seu comprometimento em divulgar de maneira mais abrangente os resultados em sustentabilidade. Com o intuito de garantir a confiabilidade e transparência, a Companhia passou por um processo de asseguarização realizado por auditores independentes, com o objetivo de avaliar a precisão, confiabilidade e conformidade com as normas e padrões estabelecidos das informações apresentadas no Relatório de Sustentabilidade.

**PESQUISA DE MATERIALIDADE**  
O processo consistiu na realização de uma pesquisa online composta por 26 questões, baseada na consulta aos temas materiais referentes à atividade de tratamento de água e saneamento do framework SASB (Sustainability Accounting Standards Board) - conjunto de padrões que promove a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores - e no benchmarking com os pares nacionais do setor de tratamento e produção de água.

As questões da pesquisa foram divididas em seis tópicos e abrangeram assuntos pertinentes à sustentabilidade e aos aspectos sociais, ambientais, de governança: ESG, Meio Ambiente, Capital Social, Capital Humano, Modelo de Negócio e Inovação e Liderança e Governança. O resultado da pesquisa revelou que a materialidade foi definida a partir da priorização de 10 temas materiais considerados relevantes para as operações da CEDAE, segundo a percepção dos stakeholders internos e externos e o alinhamento com os indicadores estratégicos da Companhia e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável do Pacto Global da ONU.

**COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO - COP**  
A elaboração da Comunicação de Progresso (COP) representa um requisito obrigatório para todas as empresas vinculadas ao Pacto Global da ONU. Essa prática anual envolve a divulgação de resultados que demonstram a evolução na jornada de sustentabilidade. Apesar dos desafios técnicos enfrentados pelo Pacto Global em 2023, que resultaram no adiamento da entrega dos resultados, a CEDAE cumpriu os documentos e materiais, visando atender às exigências estabelecidas.

**REVISÃO DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RILC**  
Com o propósito de garantir a conformidade legal com a Lei 14.133/2021, promover eficiência operacional e aumentar a transparência nos processos de contratação, a CEDAE empreendeu, no ano de 2023, a publicação da atualização do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Tal iniciativa visa impulsionar uma gestão mais responsável e alinhada com as necessidades em constante transformação da Companhia.

**DESTAQUES:**  
• Previsão expressa de contratação de soluções inovadoras e oportunidade de negócios, conforme entendimento do TCU, além da conformidade com a Lei Estadual nº 9.089/2022 que instituiu o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, à luz do Marco Legal da Inovação.

• Previsão do Planejamento de Contratações Anual.

• Previsão da realização de Due Diligence de fornecedores antes da adjudicação/homologação ou aprovação por parte da autoridade competente.

• Inclusão de uma nova seção para regulamentar as contratações de energia elétrica que é regida pela legislação do setor elétrico brasileiro e demais normas e resoluções da ANEEL.

• Inclusão de exigências de qualificação técnica e a possibilidade de ser exigido qualificação técnica-operacional, como boa prática, com fundamento nas novas previsões contidas na Lei 14.133/2021.

**PORTAL DE GOVERNANÇA**  
Em 2023, a CEDAE adquiriu uma solução de software baseada em nuvem com o objetivo de aprimorar os serviços de secretariado nos órgãos da administração societária da Companhia. Essa contratação proporcionou uma gestão mais ágil e eficaz das reuniões dos comitês e colegiados

estatutários, bem como a administração de documentos e informações relacionados a assuntos tratados, garantindo confidencialidade e fácil acesso. O intuito foi facilitar uma tomada de decisão mais eficiente no ambiente organizacional. Deste modo, os órgãos da administração societária da CEDAE (Diretoria, Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento e Conselho Fiscal) podem realizar a gestão das deliberações, os fornecimentos de documentos e informações referentes aos assuntos tratados nas reuniões, com controle de acesso e segurança da informação.

**INDICADORES**  
Por meio de um trabalho sinérgico com a área de Planejamento Estratégico, no ano de 2023, a equipe de Governança Corporativa da CEDAE estruturou os seus principais indicadores. O objetivo primordial foi proporcionar dados mensuráveis que contribuíssem para a avaliação, monitoramento e aprimoramento do desempenho da Companhia.

**MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS**  
Alinhada à atualização da Política de Gestão de Riscos à nova realidade da Companhia, após o Leilão de Concessão para a Prestação dos Serviços de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água em 2022, e ao lançamento da NBR 17080 em 2023, que versa sobre o "Plano de Segurança da Água - PSA", a Gerência de Gestão de Riscos em conjunto com as Diretorias iniciou a atualização das Premissas de Impacto e Probabilidade, Apetite, Tolerância e Classificação/Grau de Riscos.

**MATRIZ DE RISCOS DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA IMUNANA-LARANJAL**  
Tomando como base a Matriz de Riscos Estratégicos aprovada pelo Conselho de Administração, a Gestão de Riscos em conjunto com Controles Internos, com a proposta de auxiliar a Auditoria Interna da Companhia, concluiu o mapeamento e a análise do processo relacionado à planta do sistema Imunana-Laranjal, em seus procedimentos de adução de água, resultando na Matriz de Riscos de Elevatórias, onde estão relacionados os riscos desta atividade, sua classificação, controles e contingências.

**COMPLIANCE**  
**PACTO PELA INTEGRIDADE DO INSTITUTO ETHOS**  
A CEDAE mantém sua adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos em consonância com os princípios universais do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2022. Mais de mil empresas em todo o território nacional brasileiro fazem parte dessa iniciativa.

A empresa tem mobilizado seus recursos de maneira proativa, comprometida com o referido engajamento, visando estimular a integridade, a ética e as boas práticas. Com base nisso, foram elaboradas ações voltadas para a divulgação dos fundamentos de conformidade entre os stakeholders, incluindo a implementação de normas e políticas, estratégias de comunicação e treinamento, gestão de riscos, estabelecimento de controles internos, condução de auditorias internas e investigações. Essas ações serão continuamente desenvolvidas ao longo do ano de 2024.

**PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)**  
A CEDAE permaneceu como Participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), destacando-se pela contribuição e aplicação de padrões exemplares de integridade na Administração Pública. A empresa foi reconhecida como incentivadora dos princípios de integridade e ética, no âmbito do programa patrocinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

**TREINAMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO**  
A CEDAE promoveu, no ano de 2023, treinamento aos Administradores e Conselheiros, ministrado na plataforma virtual da REVVO.

Foram oferecidos cursos sobre os temas: Anticorrupção; ESG - Estratégias para sustentabilidade empresarial; Gestão de Riscos Corporativos; Assédio Moral, Diversidade e Inclusão; Empresas Inclusivas e o Viés do Inconsciente; Compliance Inovador; Lavagem de Dinheiro; LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados; Liderança Engajadora; Prevenção de Fraudes Corporativas; Segurança da Informação.

**POLÍTICAS, NORMAS E PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS**  
Foram revisados e atualizados, sob a coordenação da Gerência de Compliance, o Código de Ética e Conduta, trazendo como novos princípios éticos a atuação com cidadania na promoção do bem público, a busca pelo desenvolvimento sustentável, o respeito aos Direitos Humanos, o combate ao trabalho infantil e análogo ao escravo, além de um item inteiro dedicado à violência no trabalho e ao Programa de Integridade e Compliance.

O esforço contínuo de atualização e proposição de Políticas Institucionais das áreas de Governança da CEDAE foi mantido e dessa forma após aprovação do Conselho de Administração da CEDAE, foram publicadas, no ano de 2023, as atualizações de três políticas, a saber: Política de Identidade, Política de Aplicações Financeiras e Política de Privacidade e Proteção de Dados.

Ademais, foram publicadas duas novas Políticas: a de Patrocínios, buscando impactar positivamente a sociedade e fomentar iniciativas relevantes nas áreas ambiental, cultural, social, educacional, econômica, de inovação e tecnologia, e a de ESG (Ambiental, Social e Governança), tendo como premissas o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social e as boas práticas de Governança Corporativa.

**PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE**  
O Programa de Integridade e Compliance da CEDAE segue elevando gradualmente seu nível de maturidade. Dando continuidade, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2023, o novo Programa de Integridade e Compliance, cuja estrutura incorpora aspectos dedicados especificamente às medidas anticorrupção. O foco da integridade se utiliza dos mesmos pilares e mecanismos, com o objetivo de prevenir, detectar e remediar quaisquer atos lesivos contra a administração pública.

Além disso, vale ressaltar que a colaboração entre a gestão de riscos, os controles internos e a auditoria interna, bem como a utilização da ferramenta de Background Check, propiciou a execução de testes de Compliance mais eficientes. Essa ação integrada contribuiu para a redução dos riscos relacionados a fraudes e corrupção, especialmente no contexto das contratações e renovações contratuais conduzidas pela Companhia. Sobre as dimensões do Programa destacam-se as seguintes ações:

**DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE INTEGRIDADE**  
Sendo a prevenção um dos pilares do Programa de Integridade e Compliance, a CEDAE seguiu com seu Plano de Comunicação e Treinamento, orientando os colaboradores sobre os princípios éticos e de integridade e promovendo uma cultura pautada nesses valores.

Segundo essa linha, os treinamentos visaram à elaboração de conteúdo para capacitação do público operacional, estagiários e jovens aprendizes com trilhas de aprendizagem em compliance e comunicados direcionados à disseminação da cultura ética. Foram ministradas palestras ampliadas a todos os colaboradores, com foco em violência no trabalho, tendo como base as orientações de conduta previstas no novo Código de Ética e Conduta da Cedae, englobando assédio moral, sexual e atitudes discriminatórias.

Além disso, com o novo esboço trazido pela Lei 14.457/22, que inseriu a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPAA) nos fluxos e nas atividades de combate ao assédio sexual e outras formas de violência, os treinamentos de compliance passaram a ser pré-requisito para que os colaboradores eleitos possam tomar posse de seus mandatos.

Foram realizados 44 eventos de capacitação (um aumento de 150% em relação ao ano anterior), totalizando 533 colaboradores treinados no ano (um aumento de 160% em relação ao ano anterior).

**CANAL DE ÉTICA**  
Trata-se de sistema dedicado à gestão e investigação de denúncias, operado pela Cedae, com o propósito de garantir que todas as ações e comportamentos em dissidência (reais ou potenciais) com o Código de Ética e Conduta sejam devidamente examinados.

Nesse processo é assegurada a investigação imparcial, a ampla defesa e o contraditório, a possível responsabilização dos colaboradores ou terceiros envolvidos, a reparação dos danos à empresa e a implementação de medidas corretivas para mitigar riscos e prevenir futuras violações.

Visando garantir um tratamento adequado às denúncias recebidas, a Cedae se utiliza de uma ferramenta externa. A partir de 2023, tal função passou a ser exercida pela empresa especializada Aliant, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. A empresa foi contratada por meio de um procedimento licitatório e está disponível para todos, nos seguintes canais:

• Via telefone: 0800 718 0303 de segunda a domingo, 24h por dia.  
• <https://canaldeeitica.com.br/cedae/>

O uso do Canal de Ética deve ser feito de forma criteriosa, e a denúncia falsa ou infundada constitui infração grave prevista na Política de Consequências da Cedae. A ferramenta deve ser utilizada sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

O recebimento e a classificação das denúncias é realizado por esse canal externo, o qual assegura a possibilidade do anonimato dos denunciantes, denúncias sigilosas e sigilo do conteúdo denunciado.

Toda a estruturação e supervisão do Canal de Ética é realizada pela Comissão de Ética da Companhia, órgão colegiado e multidisciplinar, composto por empregados do quadro permanente, que tem por missão analisar as situações investigadas e opinar sobre medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

Durante a investigação, é garantido absoluto sigilo, confidencialidade e proteção institucional aos colaboradores envolvidos em todas as fases da administração e análise das denúncias.

Objetivando que os compromissos assumidos pela Companhia em prol da integridade e combate à corrupção sejam cumpridos, e que as denúncias sejam regularmente apuradas, foi instituída a Comissão Permanente de Apuração (CPA), composta por empregados do quadro permanente da CEDAE, com dedicação exclusiva de seus integrantes às investigações corporativas recebidas. O Canal de Ética recebeu 125 denúncias ao longo de 2023 e desde a implementação, em novembro de 2019, foram registrados 894 casos.

A sustentação do Comitê de Ética, apoiado pelo Comitê Permanente de Apuração e pelos Representantes Locais das Diretorias, concluiu a análise de um total de 115 denúncias em 2023, que resultaram na aplicação de medidas disciplinares e ações de remediação.

Desde a sua implantação, o Canal de Ética apresentou o seguinte desempenho, conforme demonstração do quadro abaixo:

Nov 2018 - Dez 2023	Quantidade de denúncias	Percentual
Inaplicáveis	217	22,05%
Improcedentes	412	41,87%
Procedentes	301	30,59%
Em apuração	54	5,49%
<b>Total</b>	<b>984</b>	

**AVANÇOS NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**  
Em 2023, a CEDAE avançou no seu projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com o objetivo de assegurar a conformidade legal e, também, conscientizar os colaboradores internos a respeito da importância da privacidade de dados nos dias de hoje.

Neste contexto, a empresa realizou um mapeamento, revisão e avaliação da matriz de riscos de privacidade e proteção de dados. A conscientização contínua sobre as regras de privacidade e proteção de dados pessoais foi uma prioridade, com a realização de workshops direcionados aos colaboradores e jovens aprendizes, tais como "RH linearante" e "Compliance e LGPD". Por meio do canal DPO (Data Protection Officer/Encarregado de Dados), a CEDAE administrou uma variedade de consultas, desde ofícios até informações sobre contos de água, assegurando o direcionamento adequado para os canais competentes. Além disso, houve uma atualização significativa dos cerca de 120 Registros das Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA), uma tarefa contínua da assessoria dedicada à adequação à lei. A área também conduziu um monitoramento constante para manter a Política de Privacidade atualizada, com a última atualização em março de 2023.

A orientação sobre processos que envolvem a transferência de dados pessoais para as novas concessionárias, em virtude do contrato de concessão e do período de operação assistida, foi outro foco permanente, tendo sido elaborados relatórios de impacto à proteção de dados pessoais em relação às transferências.

A CEDAE também se dedicou ao desenvolvimento de uma ferramenta própria de gestão dos ROPAs para auxiliar na conformidade com a LGPD. A administração do sistema GRCH Archer foi crucial para garantir disponibilidade, segurança e eficiência, permitindo que as operações de Governança, Riscos e Compliance fossem executadas de maneira eficaz. Por fim, o portal LGPD passou por revisões e atualizações para melhorar a usabilidade e eficácia. Estes esforços refletem o compromisso contínuo da CEDAE com a conformidade regulatória, a segurança de dados e a transparência em suas operações.

No fim de 2023, buscando a melhoria contínua do processo de adequação interna, a Companhia selecionou um profissional especializada para assumir a função de Encarregado de Dados/DPO.

**GESTÃO DE RISCOS**  
O adequado gerenciamento de riscos é fundamental para que a CEDAE possa cumprir sua missão com excelência e atingir as metas estabelecidas no planejamento estratégico, bem como as expectativas dos acionistas.

A Gestão de Riscos da CEDAE tem o objetivo de gerenciar e controlar as potenciais ameaças à Companhia, seja qual for a forma de manifestação. Isso implica planejamento visando melhor tratamento dos riscos com a finalidade de minimizar os impactos, caso estes venham a se materializar. Trata-se de uma estratégia que envolve o trabalho de se antecipar a possíveis situações indesejáveis, buscando responder com rapidez aos eventos, incertezas e mudanças de cenários.

A Companhia realiza, de forma alinhada com a cadeia de valor e os objetivos estratégicos, a identificação dos principais riscos a que está exposta, levando em consideração a continuidade da execução das atividades fins, classificando-os quanto ao impacto e probabilidade. As informações levantadas são apresentadas por meio de Matriz de Riscos, almejando dar suporte à Alta Administração para tomada de decisão quanto à priorização ao tratamento.

Os fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimentos estão expressos no item 4.1 do Formulário de Referência (Formulário de Referência - CEDAE). Este documento reúne todas as informações referentes ao emissor, como atividades, fatores de risco, administração, estruturas de capital, dados financeiros, comentários dos administradores sobre esses dados, valores mobiliários emitidos e operações com partes relacionadas.

O trabalho da Área de Riscos está em consonância com o plano de ações formulado pela Diretoria Externa. Neste plano, as prioridades são relacionadas aos pontos identificados no Relatório de Recomendação referentes ao exercício precedente e posterior monitoramento à implementação deles.

Os riscos considerados estratégicos são acompanhados pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a forma de tratamento adequada por meio de ações preventivas e mitigatórias para evitar a materialização dos eventos identificados. Tais riscos são definidos pela Diretoria Executiva juntamente com o setor responsável, sendo a validação e aprovação final feita pelo Conselho de Administração. O objetivo é aprimorar a gestão com o maior nível de segurança possível, por meio de planos de contingência, visando aos efeitos adversos que possam impactar a Companhia, no caso de materialização.

Todas as ações são embasadas na Política de Gestão de Riscos, que estabelece princípios, diretrizes, competências e conceitos a serem observados e seguidos pela Gestão de Riscos da CEDAE. Para a realização das atividades, são adotados como referência os padrões e princípios estabelecidos no modelo internacional COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework 2004), as normas ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT ISO GUIA 73:2009. Em 2023, a NBR 17080/2023, sendo esta última referente ao "Plano de Segurança da Água - PSA" que passou a fazer parte da nova versão da Política de Gestão de Riscos a ser aprovada.

Considerando o novo cenário, a área de Gestão de Riscos e as Diretorias da Companhia, de maneira integrada, iniciaram a revisão e reavaliação das Premissas de Impacto e Probabilidade, Apetite, Tolerância e Classificação/Grau de Riscos, levando em conta, inclusive, a nova NBR 17080/23, que trata do "Plano de Segurança da Água - PSA", para posteriormente atualizar/revisar a Matriz de Riscos Estratégicos e Operacionais.

**CONTROLES INTERNOS**  
A Área de Controles Internos possui sinergia com o trabalho de gerenciamento de riscos. A partir das principais observações e documentos produzidos pela Área de Riscos, com o mapa de calor e o apetite a riscos da Companhia, a Área de Controle Interno oferece segurança e previsibilidade aos gestores, por meio da otimização das atividades com o estabelecimento de medidas preventivas e mitigatórias, operadas em conformidade com as normas e diretrizes, objetivando obter um processo mais eficaz e eficiente.

É fundamental destacar o Controle Interno como um importante aliado da Governança da CEDAE, uma vez que sua função não se limita a complementar o gerenciamento de riscos. O setor também desempenha um papel fundamental na identificação de pontos de melhoria de processos, colaborando para o alcance dos propósitos da Companhia e para a produção de informações que viabilizam o acompanhamento da gestão pela Alta Administração, dos cidadãos e da sociedade civil.

A Política de Controles Internos da CEDAE, fundamentada no framework COSO-ICIF, tem como finalidade aprimorar a Governança Corporativa. Essa política se baseia na articulação contínua entre gestores de processos, os responsáveis pela identificação dos riscos e execução dos controles, os auditores internos e a Alta Administração. Essa colaboração visa alcançar a efetividade e os objetivos estratégicos, garantir a confiabilidade e obter uma fonte relevante e essencial para fornecer informações e dar suporte aos atos decisórios.

**AUDITORIA**  
A Auditoria Interna, órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, desempenha um papel fundamental na avaliação independente dos riscos inerentes aos processos da Companhia. O objetivo principal é garantir que esses riscos sejam geridos de forma adequada por meio do diagnóstico dos dispositivos de controle, contribuindo assim para agregar valor e melhorar as operações da CEDAE.

As diretrizes e atribuições da Auditoria Interna são estabelecidas na Política Institucional de Auditoria Interna, que passa por análise da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração. Sua atuação é coordenada com os gestores responsáveis pelos processos avaliados e com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Privacidade e Proteção de Dados, em conformidade com o modelo de governança proposto pelo IIA - The Institute of Internal Auditors e com a Lei 13.303/2016.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2023 foram orientados a partir da Matriz de Riscos Estratégica da Companhia e por solicitações do Comitê de Auditoria Estatutário. Os processos analisados foram categorizados por tipo de risco, abrangendo atividades operacionais, financeiras, contábeis, administrativas e tecnológicas, como tratamento de água e adução de água bruta e tratada, contas a receber, segurança patrimonial e estrutura do data center. Esses trabalhos resultaram na identificação de oportunidades de melhoria e na elaboração de planos de ação correspondentes, os quais são acompanhados até a efetiva implementação.

Os resultados desses trabalhos foram apresentados ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva com o objetivo de gerar valor para a gestão da Companhia.

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**  
O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.

No decorrer do ano de 2023, a área de Planejamento Estratégico empreendeu esforços significativos para desenvolver e implementar o Escritório de Gerenciamento de Projetos Prioritários da Companhia (EGPP). Esta iniciativa visa monitorar e gerenciar projetos alinhados aos objetivos estratégicos da CEDAE. Por meio de um sistema personalizado de acompanhamento, adaptado às necessidades específicas da organização e aderente às melhores práticas de gestão de projetos, o EGPP assume a responsabilidade de proporcionar uma visão integrada das iniciativas da Companhia.

A implantação do Escritório tem como principal objetivo centralizar as informações dos projetos prioritários da CEDAE com o intuito de fornecer subsídios para a alta administração tomar decisões embasadas em informações atualizadas e organizadas. Ademais, espera-se que este projeto colabore para o fortalecimento da cultura de gerenciamento de projetos na companhia e proporcione uma visão integrada dos projetos em andamento. O principal objetivo é aumentar a eficiência e eficácia no gerenciamento de projetos, garantindo que as iniciativas sejam concluídas dentro do prazo, orçamento e escopo planejados. Além disso, o EGPP CEDAE busca melhorar a qualidade dos projetos, promover a adoção de melhores práticas e metodologias de gerenciamento, e aumentar a capacidade de entrega da organização como um todo.

Este fluxo contínuo e estruturado de dados revelou-se essencial para subsidiar as decisões executivas em meio à dinamicidade do ambiente externo. Além disso, a área de Planejamento Estratégico concentrou esforços no desdobramento tático da estratégia da Companhia, acompanhando de perto as ações transversais conduzidas por todas as Diretorias. Periodicamente, são gerados relatórios que não apenas contribuem para o aprimoramento das ações, mas também permitem ajustes necessários no curso dessas iniciativas.

Essa abordagem estratégica e proativa do setor evidencia o compromisso da Companhia com o fortalecimento do processo de planejamento e acompanhamento e controle dos projetos em execução, em consonância com as boas práticas de mercado, mantendo o seu alinhamento com os objetivos de médio e longo prazo.

Como decorrência das atividades de planejamento executadas ao longo de 2023, observou-se a necessidade de a Companhia iniciar um novo ciclo de planejamento estratégico, contemplando novos eixos estruturais e de extrema importância para um processo de adaptação e

modernização, tendo em vista as significativas mudanças ocorridas no modelo de negócio da CEDAE.

14. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE  
Esclarecemos que nossa Política de Relacionamento com os auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que, em 2023, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. não prestou outros serviços à CEDAE além da auditoria das demonstrações financeiras.

### 15. AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) expressa seus sinceros agradecimentos. Ao acionista majoritário da Companhia, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do governador Cláudio Castro, e à Secretaria de Estado da Casa Civil, representada pelo secretário Nicola Miccione, pelo apoio constante, direcionamento estratégico e investimentos fundamentais ao alcance dos objetivos.

Ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e aos acionistas minoritários, pela confiança, parceria e contribuições em momentos decisivos.

Aos colaboradores, por emprestarem diariamente à Companhia seu talento e competência, com paixão e comprometimento.

As concessionárias, fornecedores e demais parceiros de negócios pelo empenho em torno da busca comum por um trabalho de excelência.

A população fluminense, razão de ser da Companhia, pela compreensão e confiança na qualidade da água que Companhia produz.

E a todos que de alguma forma participam desta jornada, a CEDAE reafirma seu compromisso como segurança hídrica, a proteção do meio ambiente e a construção de um futuro sustentável para todos.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022		2023	2022
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.246.479	2.340.034	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	15.871	14.732
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.013.921	891.065	Empreiteiros e fornecedores	76.514	100.990
Estoques	23.627	18.566	Salários a pagar	4.710	10.105
Tributos a recuperar (Nota 14)	76.184	99.389	Passivo atuarial (Nota 19)	121.936	204.282
Outros	14.983	14.343	Tributos a recolher (Nota 14)	48.680	272.711
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.375.194</b>	<b>3.363.397</b>	Parcelamentos tributários (Nota 15)	87.423	44.905
<b>Não circulante</b>			Juros sobre capital próprio	1	1
Ativos financeiros concessões – ERJ (Nota 10)	3.057.303	2.786.821	Dividendos a pagar (Nota 21.c)	100.129	6.703
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	2.119.963	2.161.191	Outros parcelamentos (Nota 20)	66.097	66.097
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	111.128	99.598	Provisões de encargos trabalhistas	146.173	155.308
Contas a receber de clientes (Nota 8)	221.129	97.668	Agência Reguladora – Agenera	37.698	37.762
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 17)	414.924	314.377	Adiantamento de Cliente – Teresópolis (Nota 01)	76.715	-
Transações com partes relacionadas (Nota 9)	-	286.318	Outras contas a pagar	32.929	105.989
Outros	18.886	24.572	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>814.876</b>	<b>1.019.585</b>
	5.943.333	5.770.545	<b>Não circulante</b>		
Intangível e ativo de contrato (Nota 11)	6.063.640	5.810.243	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	392.947	402.095
Imobilizado (Nota 12)	70.794	69.201	Parcelamentos tributários (Nota 15)	214.258	77.209
	6.134.434	5.879.444	Outros parcelamentos (Nota 20)	107.636	107.636
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>12.077.767</b>	<b>11.649.989</b>	Provisão para contingências (Nota 16)	3.636.710	3.527.432
	15.452.961	15.013.386	Passivo atuarial (Nota 19)	3.218.796	2.259.464
			Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 9)	26.944	26.944
			Outras contas a pagar (Nota 18)	26.961	31.547
			<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7.624.252</b>	<b>6.432.327</b>
			<b>Patrimônio líquido (Nota 21)</b>		
			Capital social	3.727.174	3.035.162
			Reserva de capital	-	13.964
			Reservas de lucros	3.472.071	3.728.253
			Outros resultados abrangentes	(185.412)	784.095
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.013.833</b>	<b>7.561.474</b>
			<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>15.452.961</b>	<b>15.013.386</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 22)	3.199.564	3.068.990
Custo dos serviços prestados (Nota 23.a)	(1.745.497)	(1.924.740)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.454.067</b>	<b>1.144.250</b>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais (Nota 23.b)	20.833	(184.634)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23.c)	(516.649)	(489.965)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	(995.024)	(991.248)
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(36.773)</b>	<b>(521.597)</b>
Receitas financeiras (Nota 24.b)	651.229	709.417
Despesas financeiras (Nota 24.a)	(153.431)	(150.292)
<b>Lucro/Prejuízo antes da contribuição social</b>	<b>461.025</b>	<b>37.528</b>
Contribuição social (Nota 17.a)	(39.430)	(36.446)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>421.595</b>	<b>1.082</b>
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído) por ação (em reais) (Nota 21.b)	0,670	0,002

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>421.595</b>	<b>1.082</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 19)	(94.519)	51.655
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde (Nota 19)	(860.543)	157.067
Prêmio de aposentadoria (Nota 19)	-	(3.095)
Contribuição social diferidos (Nota 19)	85.956	(18.507)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(869.106)</b>	<b>187.120</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>(447.511)</b>	<b>188.202</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.015.828	13.964	185.258	3.215.237	943.242	-	7.373.529
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	187.120	-	187.120
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	19.334	-	-	(19.334)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	346.267	(346.267)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.082	1.082
Reserva legal (Nota 21.e)	-	-	54	-	-	(54)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(257)	(257)
Reserva de lucros (Nota 21.e)	-	-	-	771	-	(771)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.035.162	13.964	185.312	3.542.941	784.095	-	7.561.474
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(869.107)	-	(869.107)
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	692.012	(13.964)	-	(678.048)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	100.400	(100.400)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	421.595	421.595
Reserva legal (Nota 21.e)	-	-	21.080	-	-	(21.080)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(100.129)	(100.129)
Reserva de lucros (Nota 21.e)	-	-	-	300.386	-	(300.386)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.727.174	-	206.392	3.265.679	(185.412)	-	7.013.833

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes da contribuição social	461.025	37.528
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	137.323	126.395
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	43.154	45.308
Juros sobre parcelamentos	48.518	-
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	57.635	41.263
Baixa de bens do imobilizado	-	5
Provisão para contingências	859.765	686.585
Passivo atuarial	228.138	233.758
Atualização monetária das contas a receber	(14.106)	(40.132)
Atualização Monetária - Ativo Financeiro Concessões ERJ	(128.778)	(143.228)
Impairment - Ativo Financeiro Concessões ERJ	-	18.070
Prov.p/perdas - Ativo Financeiro Concessões Teresópolis	14.347	-
Atualização Passivo atuarial Prece	-	46.594
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 22.b)	(63.434)	132.776
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(12.223)	(8.456)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(154.807)	(144.266)
	1.476.557	1.032.200
<b>Diminuição (aumento) nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(168.777)	(99.475)
Estoques	(5.061)	(6.034)
Tributos a recuperar	23.205	(1.229)
Depósitos e bloqueios judiciais	196.035	68.486
Contas a receber de partes relacionadas	(5.386)	-
Ativo Financeiro Concessões ERJ	150.000	-
Outros	5.047	3.288
<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>		
Empreiteiros e fornecedores	(24.890)	13.693
Salários a pagar	(5.395)	2.840
Impostos e contribuições a recolher	(245.483)	5.413
Parcelamentos tributários	170.865	(47.193)
Outros parcelamentos	-	(57)
Provisões de encargos trabalhistas	(9.144)	(625)
Provisão para contingências	(750.487)	(496.569)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(346.030)	(297.810)
Agência Reguladora – AGENERSA	(64)	(564)
Adiantamento de Clientes – Teresópolis	76.715	-
Outras contas a pagar	(78.542)	44.464
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(1.017.392)</b>	<b>(811.372)</b>
Contribuição social paga	(88.886)	(69.987)
Juros pagos	(35.215)	(38.717)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>325.064</b>	<b>112.124</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de intangível, ativo de contrato e imobilizado	(406.661)	(379.777)
Títulos e valores mobiliários	693	8.996
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(405.968)</b>	<b>(370.781)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de financiamentos	(15.948)	(61.162)
Pagamento de Dividendos	(6.703)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(22.651)</b>	<b>(61.162)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(93.555)</b>	<b>(319.819)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.340.034	2.659.853
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.246.479	2.340.034

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
<b>Receitas</b>		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	3.324.617	3.189.462
Outras receitas	10.772	26.937
Provisão para perdas de créditos esperadas	63.434	(132.776)
<b>Total</b>	<b>3.398.823</b>	<b>3.083.623</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Material aplicado	(258.681)	(237.109)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(991.626)	(1.078.926)
Perda e recuperação de valores ativos	(864.979)	(888.698)
<b>Total</b>	<b>(2.115.286)</b>	<b>(2.204.733)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.283.537</b>	<b>878.890</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>		
Depreciações e amortizações	(137.345)	(141.866)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>1.146.192</b>	<b>737.024</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	651.229	709.417
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.797.421</b>	<b>1.446.441</b>
<b>Pessoal e encargos</b>		
Remuneração direta	850.571	932.605
Benefícios	691.371	754.970
FGTS	117.315	134.952
	41.885	42.683
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	326.510	322.761
Estaduais	324.603	321.104
Municipais	892	639
	1.015	1.018
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	198.745	189.993
Aluguéis	149.772	134.390
	48.973	55.603
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos	100.129	257
	100.	



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações Gerais

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Após a transferência dos serviços nos municípios integrantes dos blocos 1, 2, 3 e 4, referente à Concorrência Internacional 001/2020 mencionada no subtópico 1.1 a seguir, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia passou a operar os serviços de abastecimento de água em apenas 17 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 7 municípios.

Em 31 de dezembro de 2023, apresentamos vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis (*)	Água e esgoto

(\*) Em 30 de novembro de 2023 foi celebrado o Termo de Reversão dos Bens Afetos aos serviços de água e esgotamento sanitário ao município de Teresópolis pela Cedae, sendo apurado um valor indenizatório pelos bens não amortizados, conforme critérios definidos pela Agensera, no âmbito do SEI-220007/005878/2023, da Deliberação nº3255 de 26/2017 e nas metodologias constantes da NR nº03, aprovada pela ANA, por meio da Resolução nº161 de 03/08/2023.

O valor da indenização em R\$127.858, ocorrerá em duas parcelas, sendo R\$76.715 (já paga no exercício de 2023, classificado como adiantamento de clientes, correspondente a 60% e R\$51.143 correspondente a 40%, conforme Cláusulas nº 3.2 e 3.3 do referido Termo de Reversão. A Companhia constituiu um Impairment de R\$ 14.347 (Nota 25) e operou essa concessão até o dia 06 de janeiro de 2024 como operação assistida, conforme previsto no Termo de Reversão. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil do intangível utilizado nos cinco municípios relativos aos contratos que estavam vencidos totalizavam R\$137.832 (R\$157.548 em 31 de dezembro de 2022), tendo gerado receita de R\$130.994 (R\$130.567 em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado.

As concessões em termos de número de economias (\*) estão assim apresentadas em 31 de dezembro de 2023:

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
1 Macaé	81.506	2011	2041
2 Itaperuna	36.168	2008	2038
3 Mangaratiba	13.884	2013	2043
4 Bom Jesus do Itabapoana	11.305	2011	2041
5 Sapucaia	6.812	2010	2035
6 Itaiva	4.696	2012	2042
7 Barra do Pirai	4.234	2006	2036
8 Cardoso Moreira	3.886	2002	2027
9 Eng. Paulo de Frontin	3.483	2008	2048
10 Laje do Muriaé	2.639	2013	2043
11 Santa Maria Madalena	2.091	2009	2039
12 Varre-Sai	1.313	2009	2039

(\*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

#### 1.1. Leilão de concessão

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia, o qual previa que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Estado, que eram de responsabilidade da Companhia, passaram para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

Os serviços que antes eram prestados, em regra, pela CEDAE foram divididos em duas etapas: a etapa upstream (serviços de reservação, captação, adução e tratamento de água bruta) e a etapa downstream (serviços de adução, reservação e distribuição de água tratada ao usuário final, bem como de coleta e tratamento de esgotos e disposição final de efluentes). A CEDAE permaneceu como prestadora da etapa upstream na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), ao passo que a etapa downstream foi desestatizada, por meio de licitação. Já, no âmbito dos demais municípios do interior, todas as etapas (upstream e downstream) foram delegadas a concessionárias privadas.

As áreas geográficas de atuação da CEDAE foram divididas em quatro grandes blocos, que foram leiloados separadamente. Cada um abrange uma região da capital e um conjunto de municípios.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado concorrência pública para a concessão dos serviços de saneamento básico, que teve o seguinte resultado: (i) Blocos 1 e 4 - vencidos pela Águas do Rio; e (ii) Bloco 2 - vencido pela Iguá Saneamento. Nota-se que naquela oportunidade, dos quatro blocos definidos para a contratação dos concessionários privados, apenas um deles, o Bloco 3, não registrou oferta qualquer de lance durante o leilão e, consequentemente, restou deserto o procedimento para a área estabelecida.

Posteriormente, em 11 de agosto de 2021, foram assinados os contratos de concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e as sociedades de propósito específico criadas pelas licitantes vencedoras dos leilões (Consórcio Iguá e Consórcio Aegea), coletivamente denominadas "Concessionárias" em cumprimento ao Edital. Segundo a cláusula oitava de tais contratos, o período de operação assistida do sistema teria a duração de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvando-se, nas subcláusulas 8.11 e 8.12, respectivamente, a possibilidade de antecipar ou postergar o prazo de tal operação.

Diante da ausência de licitantes interessados no Bloco 3, em 08 de novembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro, remodelando-o, publicou Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021, passando o referido Bloco a conter os seguintes Municípios: (Rio de Janeiro (Bairros da AP-5), Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itaitiaia, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Pirai, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis e São José de Ubá). Em 29 de dezembro de 2021, foi realizado o leilão para a concessão dos serviços de saneamento básico do Bloco 3, arrematado pela sociedade empresária SAAB Participações II S/A ("Águas do Brasil").

Nesse cenário, quanto aos Blocos 1 e 4, foi assinado Termo de Encerramento Antecipado da Operação Assistida e Transferência do Sistema, no qual ficou acordada a data de 1º de novembro de 2021 para a eficácia do Termo de Transferência do Sistema. Quanto ao Bloco 2, o Termo de Transferência foi celebrado em 07 de fevereiro de 2022. Por fim, com relação ao Bloco 3, foi assinado em 29 de julho de 2022 o Termo de Encerramento da Operação Assistida e a Transferência do Sistema ocorreu em 01 de agosto de 2022.

A Companhia já realizou todo o processo de registro contábil das baixas do ativo intangível, bem como o reconhecimento do ativo financeiro relativo à indenização/ressarcimento dos ativos de concessão reversíveis, conforme detalhado na Nota 10.

#### 1.2. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 1º de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira Engenharia Ltda ("RC") e Emissão Engenharia e Construções Ltda ("Emissão"), respectivamente.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes à investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutária, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa, com ferramentas e recursos adicionais, complementar o trabalho efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto, em 01 de junho de 2021, foi assinado o contrato com consultoria especializada em investigação forense, Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. Os serviços foram executados conforme prazo acordado e o Relatório Final foi emitido em 23 de fevereiro de 2022. As constatações reveladas pela consultoria não geram impacto contábil, ou seja, não repercutem nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e foram encaminhadas ao Comitê de Auditoria para encaminhamentos e providências cabíveis.

Durante todo o processo de investigação, a Administração da Companhia apresentou diversas iniciativas, como: (1) acompanhamento processual; (2) colaboração com as autoridades; (3) investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância; (4) contratação de consultores especializados em análises forenses; e (5) acompanhamento "shadow" do trabalho de análise forense pela Auditoria Independente. Tais medidas são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

#### 1.3. Programa de Demissão Voluntária - PDV

O PDV 2022 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 09 de maio e 23 de maio de 2022, rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados. O referido PDV teve uma adesão de 158 funcionários, sendo estes desligados ao longo do mês de junho de 2022 e o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no próprio mês.

Em 16 de outubro de 2023, a Companhia expediu a Ordem de Serviço NR/ADM nº 16.099/00, que estabeleceu os critérios de adesão ao Plano de Demissão Voluntária 2023 - PDV 2023.

O PDV 2023 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 17 de outubro a 16 de novembro de 2023 (prorrogado até 16 de dezembro de 2023), rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados, na forma e proporção definidas na ordem de serviço acima mencionada, tendo 289 adesões deferidas, sendo estes desligados ao longo do mês de dezembro de 2023 e o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no próprio mês.

#### 1.4. Imunidade tributária

Conforme divulgado na Nota 17, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Civil Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obteve pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia. Conforme nota técnica do escritório Sacha Calmon datada de 10 de fevereiro de 2023, a Companhia manteve posicionamento a ação provável, mas não praticamente certo, visto que a Fazenda Nacional continua recorrendo em todas as ações, com possibilidade de alteração nos entendimentos firmados, que ainda não transitaram em julgado.

#### 2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCTs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor (exceto pela reavaliação de ativos ocorrida em 2006), e no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2024 aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

#### 2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

#### 2.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### a) Ativos financeiros

#### 2.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

#### 2.3.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

#### c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

#### d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

#### 2.3.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### 2.3.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira;

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

#### b) Passivos financeiros

#### 2.3.5. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

2.3.6. Mensuração subsequente  
Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e  
(ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.3.7. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado  
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.  
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.  
Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.  
Aos passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.3.8. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)  
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.  
O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.  
Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13.

2.3.9. Desreconhecimento  
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.10. Compensação de instrumentos financeiros  
Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.4. Contas a receber de clientes  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.  
As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas.  
A provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.  
O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques  
Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de águas e esgotos e materiais para obras (investimentos) são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.6. Depósitos judiciais  
Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível  
A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.  
O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.  
A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.  
Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 11.  
As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2023, a Companhia não recebeu doações de intangíveis. Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros.

2.7.1. Contratos de concessão  
A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;  
(ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;  
(iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou  
(iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.  
A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras, relativo aos municípios que atualmente a Companhia está operando.  
Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação  
A Companhia possui 5 (cinco) contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais três deles (Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	2023	2022
Teresópolis	127.685	146.985
São João da Barra	1.691	1.681
Porciúncula	129	141
	<b>129.505</b>	<b>148.807</b>

A Companhia vem prestando serviços a outros 2 (dois) municípios (Angra dos Reis e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para esses municípios. Os ativos intangíveis relacionados à prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 11.1):

	2023	2022
Angra dos Reis	7.038	7.259
Quissamã	1.289	1.329
	<b>8.327</b>	<b>8.588</b>

2.7.3. Licenças de uso de software  
As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

2.8. Imobilizado  
Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12.  
Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receber denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros  
Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.  
Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.  
A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal n. 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.10. Empreiteiros e fornecedores  
As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais  
Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (accruals) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões  
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.  
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Contribuição social corrente e diferida  
As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.  
Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.  
Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.  
A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.  
A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.  
A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria  
Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III, Prece IV e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.  
A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais.

a.1) Plano de Benefício Definido ("BD")  
O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.  
As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) Plano de Contribuição Definida ("CD")  
Para o plano de contribuição definida (Prece III, IV e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 19).

a.2.1) Plano de Contribuição Variável ("CV")  
O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.  
No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial. A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.  
O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

a.3) Plano de assistência médica  
A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanecer trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) Prêmio de aposentadoria  
A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.  
(ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio  
O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.  
Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

2.16. Gastos ambientais  
Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente ("Inea"), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita  
a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto  
As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto.  
As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, abatimentos e descontos.  
As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.  
As receitas pelo fornecimento de água tratada para os blocos 1, 2, 3 e 4 são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos.  
A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.  
Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas  
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Pasep") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

c) Receita financeira  
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes  
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.  
Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento  
Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperadas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstração dos fluxos de caixa  
A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada separando as seguintes atividades:  
" Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;  
" Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e  
" Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados





## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

### Cenário II

Passivo financeiro	TR	410.443	409.996	409.550
CCB - Subcréditos	INPC	389.806	388.873	387.941
Prece		800.249	798.869	797.491
Total				

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2024		Redução da taxa em	
	25%	50%		
CDI - trimestral	2,24%	1,68%		1,12%
TR - trimestral	0,44%	0,33%		0,22%
INPC - trimestral	0,97%	0,72%		0,48%

Os índices utilizados tiveram como fonte:

CDI - <https://calculadorarendafixa.com.br/#>

TR - [https://www.portalbrasil.net/tr\\_mensal/](https://www.portalbrasil.net/tr_mensal/)

INPC - <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7063#n1/all/n7/all/n6/all/v/68/p/202312/c315/all/dv/68%2021/1+p+v,c315/resultado>  
Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e contas movimento	9.721	2.385
Aplicações financeiras	2.236.758	2.337.649
	2.246.479	2.340.034

Aplicações financeiras	Modalidades	2023	2022
BTG Pactual	Fundos Renda Fixa	820.310	-
Caixa Econômica	Fundos Renda Fixa	422.828	635.164
Itaú	Fundos Renda Fixa	401.285	-
XP	Fundos Renda Fixa	214.660	-
Santander	Fundos Renda Fixa	146.097	645.254
Master	CDB	206.212	-
Banco do Brasil	Fundos Renda Fixa	-	655.123
Bradesco	Fundos Renda Fixa	-	384.788
	Fundos Renda Fixa ou CDBs	25.366	17.320
Total		2.236.758	2.337.649

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em instrumentos financeiros, segundo as diretrizes estabelecidas na Política de Aplicações Financeiras da CEDAE. Dessa forma, as alocações financeiras são realizadas em ativos financeiros de alta liquidez, de baixo risco e em moeda nacional.

Todas as aplicações podem ser resgatadas em até um dia útil (D+1), sendo que a maioria é resgatável em D+0. A maior parte das alocações finais dos fundos alocados é realizada em títulos públicos indexados à taxa SELIC. As alocações em títulos privados realizadas tanto por meio dos fundos investidos como diretamente pela CEDAE são restritas àqueles nos quais o emissor seja classificado como grau de investimento, para aplicações no Brasil, segundo o menor rating que possua entre as agências classificadoras Fitch, Standard&Poor's e Moody's. Em 2023 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,98% do CDI, equivalente a 13,43%.

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$303.803 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$315.454 em 2022) (Nota 24. b).

### 7. Títulos e valores mobiliários

Não Circulante	Natureza	2023	Rentabilidade	2022	Rentabilidade
Fundo de Investimento imobiliário Caixa Cedae (Ficcc)	Fundo Invest. Renda Fixa	57.980	12,91%	51.351	12,48%
Fundo de Investimento em cotas Fundações - Novo Guandu (Fic)	Fundo Invest. Renda Fixa	39.477	12,48%	35.096	11,82%
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Ficc")	Fundo Invest. Imobiliário	7.349	10,72%	7.289	1,45%
Outros	Fundo Invest. Renda Fixa	6.322	12,69%	5.862	12,24%
		111.128		99.598	

\* Os fundos de investimentos possuem prazo de vencimento indeterminado.

### 8. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber faturadas (Antes do Leilão dos Blocos)	17.504.502	17.691.962
Contas a receber - Concessionárias	1.164.819	884.578
Parcelamentos	349.618	255.933
Consumo a faturar	2.905	6.488
	19.021.844	18.838.961
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.1)	(17.786.794)	(17.850.228)
Contas a receber de clientes	1.235.050	988.733
Circulante	1.013.921	891.065
Não circulante	221.129	97.668
	1.235.050	988.733

#### 8.1. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2023, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.364.545	181	127.857	17.591	1.510.174
Vencidas em até 30 dias	12.173	1	2.578	3.413	18.165
Vencidas de 31 a 60 dias	16.802	-	7	1.027	17.836
Vencidas de 61 a 90 dias	8.841	-	24	973	9.838
Vencidas de 91 a 180 dias	24.477	-	35	5.235	29.747
Vencidas mais de 180 dias	15.809.226	236.373	64.481	803.783	16.913.863
Grandes clientes	906.260	-	-	-	906.260
Arrecadação a Disc.	(384.039)	-	-	-	(384.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.758.285	236.555	194.982	832.022	19.021.844

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.112.020	295	32.190	4.461	1.148.966
Vencidas em até 30 dias	15.242	45	4.101	1.242	20.630
Vencidas de 31 a 60 dias	12.871	1	4.091	1.186	18.149
Vencidas de 61 a 90 dias	22.495	161	4.248	1.603	28.507
Vencidas de 91 a 180 dias	72.075	12.006	12.438	6.145	102.664
Vencidas mais de 180 dias	15.914.552	224.791	133.345	813.609	17.086.297
Grandes clientes	876.209	-	-	-	876.209
Arrecadação a Disc.	(442.461)	-	-	-	(442.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.583.003	237.299	190.413	828.246	18.838.961

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 31/12/2023	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	0,04%	100%	100%	100%
Vencidas em até 30 dias	0,08%	100%	100%	100%
Vencidas de 31 a 60 dias	0,11%	100%	100%	100%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,06%	100%	100%	100%
Vencidas de 91 a 180 dias	0,15%	100%	100%	100%
Vencidas mais de 180 dias	99,12%	100%	100%	100%
Grandes clientes	94,06%	100%	100%	100%

Taxa de atraso em 31/12/2022	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	19,98%	41,38%	3,87%	81,69%
Vencidas em até 30 dias	77,32%	62,54%	66,11%	89,20%
Vencidas de 31 a 60 dias	87,37%	75,40%	50,07%	96,34%
Vencidas de 61 a 90 dias	88,12%	84,66%	56,69%	94,90%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,37%	91,20%	74,62%	97,28%
Vencidas mais de 180 dias	97,22%	99,41%	99,53%	99,54%
Grandes clientes	95,65%	-	-	-

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.363.999	-	-	-	1.363.999
Vencidas em até 30 dias	12.164	-	-	-	12.164
Vencidas de 31 a 60 dias	16.784	-	-	-	16.784
Vencidas de 61 a 90 dias	8.836	-	-	-	8.836
Vencidas de 91 a 180 dias	24.440	-	-	-	24.440
Vencidas mais de 180 dias	138.990	-	-	-	138.990
Grandes Clientes	53.876	-	-	-	53.876
Arrecadação a Disc.	(384.039)	-	-	-	(384.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.235.050	-	-	-	1.235.050

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	889.840	173	30.944	817	921.774
Vencidas em até 30 dias	3.457	17	1.390	134	4.998
Vencidas de 31 a 60 dias	1.626	-	2.043	43	3.712
Vencidas de 61 a 90 dias	2.672	25	1.840	82	4.619
Vencidas de 91 a 180 dias	5.500	1.057	3.157	167	9.881
Vencidas mais de 180 dias	442.426	1.326	626	3.742	448.120
Grandes Clientes	38.090	-	-	-	38.090
Arrecadação a Disc.	(442.461)	-	-	-	(442.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	941.150	2.598	40.000	4.985	988.733

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	(17.818.178)
Constituição (Nota 23.b)	(742.837)
Reversão (Nota 23.b)	710.787

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.850.228)
Constituição (Nota 23.b)	(289.932)
Reversão (Nota 23.b)	353.366

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.786.794)
---------------------------------	--------------

### 9. Transações com partes relacionadas

#### i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista

Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	69.893	50.466
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	-	4.795
	69.893	55.261
Não circulante		
Ativos Financeiros Concessões - ERJ (Nota 10)	3.057.303	2.786.821
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.1)	-	286.318
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	64.335	111.853
	3.121.638	3.184.992

	2023	2022
Passivo		
Circulante		
Prece (d)	(35.943)	(198.960)
Cedae Saúde (d)	(28.934)	(5.322)
	(64.877)	(204.282)

	2023	2022
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (c)	(26.944)	(26.944)
Prece (d)	(324.559)	(252.679)
Cedae Saúde (d)	(2.742.946)	(1.971.386)
	(3.094.449)	(2.251.009)

Saldo líquido	32.205	784.962
---------------	--------	---------

	2023	2022
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	(228.138)	(233.758)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (e)	30.969	49.470
Provisão para perdas de crédito esperada	(69.893)	(190.413)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (f)	(1.537)	(4.942)
	(268.599)	(379.643)

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.

(b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais.

(c) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.

(d) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 19.

(e) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.

(f) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

#### ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Salários e encargos sociais	8.159	7.780
Plano de assistência médica	81	68
Planos de aposentadoria e pensão	75	26
Outros	285	255
	8.600	8.129

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2023.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

#### iii) Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Em 31 de dezembro de 2023, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" na rubrica intangível e ativo de contrato (Nota 11).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(12.481)	637	2.086	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuçu	62.385	(70.348)	(3.503)	(11.466)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(25.942)	(3.046)	(9.970)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(171.269)	16.742	54.799	07/04/202



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



**11. Intangível e ativo de contrato**

	Taxa de	Amortização		Valor contábil	
	amortização (%)	Custo	acumulada	2023	2022
Contratos em negociação para renovação	12	217.163	(79.331)	137.832	157.395
Contratos programas	3	16.732	(9.367)	7.365	7.935
Contratos concessão	7	42.953	(16.132)	26.821	27.697
Município do Rio de Janeiro	10	2.595.368	(825.474)	1.769.894	1.824.580
Intangíveis não afetos	12	03.523	(1.103.890)	599.638	653.972
Marcas e patentes	7	126	(68)	58	66
Ativo de contrato (obras em andamento)	-	2.522.037	-	2.522.037	2.138.598
		<b>8.097.902</b>	<b>(2.034.262)</b>	<b>6.063.640</b>	<b>5.810.243</b>

	2022	Adições (*)	Baixas	Amortização	Créditos Fiscais	Prov. Perda Teresópolis	Transferências Ativo Intangível	2023
Contratos em negociação para renovação (i)	157.395	-	-	(5.236)	-	(14.327)	-	137.832
Contratos programas (ii)	7.935	-	-	(570)	-	-	-	7.365
Contratos de concessão (iii)	27.697	45	-	(921)	-	-	-	26.821
Município do Rio de Janeiro (iv)	1.824.580	-	-	(54.687)	1	-	-	1.769.894
Intangíveis não afetos (v)	1.653.972	6.370	-	(73.296)	18	-	12.569	1.599.633
Marcas e patentes	66	-	-	(8)	-	-	-	58
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	2.138.598	396.076	-	-	-	-	(12.637)	2.522.037
	<b>5.810.243</b>	<b>402.491</b>	<b>-</b>	<b>(134.718)</b>	<b>19</b>	<b>(14.327)</b>	<b>(68)</b>	<b>6.063.640</b>

	2021	Adições (*)	Amortização	Créditos Fiscais	Transferências	Transferências s ativo financeiro	2022
Contratos em negociação para renovação (i)	162.626	7	(5.238)	-	-	-	157.395
Contratos programas (ii)	9.767	-	(589)	-	-	(1.243)	7.935
Contratos de concessão (iii)	99.930	-	(2.165)	-	-	(70.068)	27.697
Município do Rio de Janeiro (iv)	2.507.527	110	(57.468)	15.445	-	(641.034)	1.824.580
Intangíveis não afetos (v)	1.773.396	9.69	(73.639)	18	-	(55.500)	653.972
Marcas e patentes	76	-	(10)	-	-	-	66
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.772.941	65.653	-	-	-	-	2.138.598
	<b>6.326.263</b>	<b>375.471</b>	<b>(139.109)</b>	<b>15.463</b>	<b>-</b>	<b>(767.845)</b>	<b>5.810.243</b>

(\*) As adições ocorridas no exercício de 2023 totalizaram R\$402.491 com recursos próprios, (R\$400.999 em 2022 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava em 17 municípios no Estado do Rio de Janeiro (17 em 31 de dezembro de 2022). Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1). A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa. Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2023, permaneciam em fase de negociação cinco contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$137.832 em 31 de dezembro de 2023 (R\$157.548 em 2022) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$79.331 (R\$74.093 em 2022). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.8.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Os contratos de concessão e de programa celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Ativo de contrato (Obras em andamento)

As obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$2.522.037 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.138.598 em 2022). Desse montante R\$1.616.948 mil referem-se a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão que tiveram os seus encerramentos antecipados nos exercícios de 2021 e 2022 pelas Concorrências 001/2020 e 01/2021 e que já foram transferidas para as concessionárias que operam atualmente as concessões, não sendo abrangido pelo Termo de Compromisso com o Governo do Rio de Janeiro celebrado em 17 de abril de 2023, conforme nota explicativa 10 a).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes de R\$100.400 (R\$346.267 em 2022) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 21.g).

Em 31 de dezembro de 2023, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$9.930 (R\$238.278 em 2022) (Nota 17).

**12. Imobilizado**

	Taxa de	Depreciação		Valor contábil	
	depreciação (%)	Custo	acumulada	2023	2022
Terrenos	-	50.438	-	50.438	50.438
Edificações	4	17.609	(10.198)	7.411	8.056
Máquinas, equipamentos e instalações	10	23.355	(12.241)	11.114	9.133
Móveis e utensílios	10	4.479	(3.523)	956	875
Computadores	20	8.094	(7.647)	447	178
Veículos	20	2.295	(2.280)	15	20
Benfeitorias	2	1.052	(639)	413	453
Máquinas, tratores e similares	20	1.249	(1.249)	-	48
		<b>108.571</b>	<b>(37.777)</b>	<b>70.794</b>	<b>69.201</b>

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2023 estão demonstradas a seguir:

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Prov. Perda Teresópolis	Transferência Ativo Imobilizado	2023
Terrenos	50.438	-	-	-	-	-	-	50.438
Edificações	8.056	-	-	(645)	-	-	-	7.411
Máquinas, equipamentos e instalações	9.133	3.597	-	(1.636)	-	(20)	40	11.114
Móveis e utensílios	875	203	-	(150)	-	-	28	956
Computadores	178	369	-	(100)	-	-	-	447
Veículos	20	-	-	(5)	-	-	-	15
Benfeitorias	453	-	-	(43)	3	-	-	413
Máquinas, tratores e similares	48	-	-	(48)	-	-	-	-
	<b>69.201</b>	<b>4.169</b>	<b>-</b>	<b>(2.627)</b>	<b>3</b>	<b>(20)</b>	<b>68</b>	<b>70.794</b>

	2021	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências Ativo Financeiro	2022
Terrenos	53.830	-	-	-	-	(3.392)	50.438
Edificações	8.987	-	-	(648)	-	(283)	8.056
Máquinas, equipamentos e instalações	6.447	4.039	(5)	(1.243)	-	(105)	9.133
Móveis e utensílios	805	231	-	(161)	-	-	875
Computadores	822	13	-	(657)	-	-	178
Veículos	-	23	-	(3)	-	-	20
Benfeitorias	511	-	-	(44)	4	(18)	453
Máquinas, tratores e similares	99	-	-	(51)	-	-	48
	<b>71.501</b>	<b>4.306</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.807)</b>	<b>4</b>	<b>(3.798)</b>	<b>69.201</b>

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

13. Empréstimos e financiamentos

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Cabe mencionar, que os referidos bens não geraram até a data das demonstrações contábeis qualquer desembolso para a Companhia.

	2023	2022	Vencimento	Taxa
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)	378.239	385.757	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)	27.597	28.053	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)	2.982	3.017	2041	8,7% + TR a.a.
	<b>408.818</b>	<b>416.827</b>		

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003.

	2023	2022
Circulante	15.871	14.732
Não circulante	392.947	402.095
	<b>408.818</b>	<b>416.827</b>



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



Os financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

A movimentação dos financiamentos é dada como segue:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	416.827	471.398
Juros e variação monetária	43.154	45.308
Amortizações	(15.948)	(61.162)
Juros pagos	(35.215)	(38.717)
Saldo	408.818	416.827

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	2023	2022
2025	15.871	14.732
2026	15.871	14.732
2027 em diante	361.205	372.631
	392.947	402.095

Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2).

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$ 1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$ 1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$ 570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$ 3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense, tais obras foram transferidas para a concessão referente ao bloco 4 e na construção do Complexo Guandu 2, com que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também estão sendo usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras.

No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído deste financiamento era de R\$378.239 (R\$385.757 em 2022).

Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído deste financiamento era de R\$27.597 (R\$28.053 em 2022).

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído deste financiamento era de R\$2.982 (R\$3.017 em 2022).

### 14. Tributos a recuperar e a recolher

	2023	2022
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	75.115	98.379
Pasep e Cofins	1.069	1.010
Impostos, taxas e contribuições a recolher	76.184	99.389
IRRF e CSLL (ii)	14.661	239.450
Pasep e Cofins a recolher (iii)	14.227	12.872
Pasep e Cofins (iv)	18.885	19.781
ISS a recolher	907	608
	48.680	272.711

(i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 17.

(ii) Refere-se a Contribuição Social s/o Lucro Líquido e IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 25 de janeiro de 2024.

(iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2023, com vencimento em 25 de janeiro de 2024.

(iv) Refere-se a Pasep e Cofins diferidos sobre as contas faturadas de água e esgoto para órgãos públicos.

### 15. Parcelamentos tributários

	2023	2022
Refis IV (a)	33.533	68.617
Refis da Copa (b)	48.860	53.497
Parcelamento Simplificado - SRFB (c)	219.288	-
	301.681	122.114
Circulante	87.423	44.905
Não circulante	214.258	77.209
	301.681	122.114

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	2023	2022
2025	54.121	39.773
2026	54.121	8.168
2027 em diante	106.016	29.268
	214.258	77.209

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

#### (a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2023 no valor de R\$3.265, correspondente a 170ª parcela.

	2023	2022
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	185.194	182.070
Amortizações	(433.001)	(394.793)
	33.533	68.617

#### (b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2023	2022
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	41.855	38.278
Amortização	(79.751)	(71.537)
	48.860	53.497

#### (c) Parcelamento Simplificado - SRFB

A Companhia reconheceu em seus registros contábeis os impactos financeiros e contábeis em virtude dos leilões de concessão realizados pelo ERJ em 30/04/2021 e 29/12/2021, ocasionando o reconhecimento da CSLL no valor de R\$ 189.497. Em novembro de 2023, a companhia aderiu ao parcelamento Simplificado - SRFB, referente à CSLL de 2021, no prazo de 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, com término previsto para outubro de 2028.

	2023	2022
Valor da adesão (principal)	224.818	-
Juros	2.001	-
Amortizações	(7.531)	-
	219.288	-

### 16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências

#### a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas	1.098.948	965.878
Cíveis (i)	945.624	1.125.499
Tributárias (ii)	75.391	69.814
	2.119.963	2.161.191

#### b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2023	2022
Cíveis (i)	2.682.698	2.632.039
Trabalhistas (ii)	863.570	809.208
Tributárias (iii)	90.442	86.185
	3.636.710	3.527.432

As movimentações das provisões relativas ao exercício de 2023 estão apresentadas como segue:

Natureza da contingência	2022	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2023
Cíveis	2.632.039	1.147.309	(450.201)	(646.449)	2.682.698
Trabalhistas	809.208	207.380	(48.981)	(104.038)	863.569
Tributárias	86.185	14.893	(10.635)	-	90.443
	3.527.432	1.369.582	(509.817)	(750.487)	3.636.710

Natureza da contingência	2021	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2022
Cíveis	2.484.497	851.970	(347.645)	(356.783)	2.632.039
Trabalhistas	773.943	188.794	(13.743)	(139.786)	809.208
Tributárias	78.976	11.765	(4.556)	-	86.185
	3.337.416	1.052.529	(365.944)	(496.569)	3.527.432

(\*) Contém atualização monetária.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o valor líquido de R\$859.765 (R\$686.585 em 2022) e tem como contrapartida a conta de "Constituição de provisão para contingências líquida" no grupo de "Outras despesas operacionais" (Nota 25).

Os objetos das causas classificadas como perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

#### (i) Ações cíveis

	2023	2022
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	413	569
Demais ações	415	546
Desabastecimento	499	289
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	-	418
Total dos Juizados Especiais Cíveis	1.327	1.822

	2023	2022
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	1.287.752	1.083.886
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	342.692	547.141
Demais ações	293.704	276.259
Descumprimentos de contratos	421.268	441.821
Cobranças indevidas	164.735	232.950
Acidentes vazamentos/bueiro	25.003	30.753
Licitação	146.217	1.490
Cortes indevidos	-	15.917
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	2.681.371	2.630.217

#### Total das ações cíveis

	2023	2022
	2.682.698	2.632.039

(a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.

(b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.

(c) As ações cíveis denominadas "Cobranças indevidas" contemplam reclamações envolvendo consumo/faturamento elevado, estimativa e outros, que tiveram processos envolvendo valores de execução expressiva, aumentando o provisionamento no objeto em questão.

(d) A rubrica "Descumprimento de contratos" sofreu expressiva elevação em função dos processos judiciais movidos pela Construtora Queiroz Galvão 0117367-33.2006.8.19.0001 e Consórcio Operação Contínua 0162408-37.2017.8.19.0001 em status de execução, impactando fortemente o provisionamento das causas cíveis em 2021.

#### (ii) Ações trabalhistas

	2023	2022
Desvio de função	132.386	111.478
Incremento salarial	177.124	190.766
Progressão horizontal	124.326	117.581
Horas extras	135.640	123.635
Demais ações	194.751	152.895
Reintegração/reintegração aposentado	49.247	48.884
Retenção salarial	23.210	23.490
Equiparação/diferenças salariais	8.000	22.762
Enquadramento e reequacionamento	18.885	17.717
	863.569	809.208

#### (iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820).

Cabe destacar que a matéria de fundo discutida nos autos (conceito de insumos para fins do creditamento das contribuições do PIS e da Cofins) hoje se encontra pacificada no âmbito da jurisprudência nacional em face do julgamento do RESP 1.221.170/PR submetido à sistemática de Recursos Repetitivos e de observância obrigatória no âmbito do CARF, conforme artigo 62, § 2º do RICARF - "Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade. (...)".

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos sobre a classificação das chances de perda relativamente ao Processo Administrativo nº 16682.721140/2012-75 (PIS/Cofins - MPF 07.1.85.00- 2011-00782-0), a Companhia decidiu por reverter a provisão no valor de R\$193.556. O referido processo no atual exercício, encontra-se classificado como probabilidade de perda "Possível".

#### c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.835.547 (R\$1.775.554 em 2022), sendo R\$379.003 de ações trabalhistas, R\$507.306 de ações cíveis e R\$949.238 de ações tributárias (R\$363.435, R\$496.487 e R\$915.632, respectivamente, em 2022). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	2023	2022
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	129.765	122.893
Progressão horizontal por antiguidade	21.618	22.003
Reintegração	38.236	39.098
Enquadramento	2.761	3.969
Isonomia salarial	2.131	2.352
Outros	184.492	173.120
	379.003	363.435

	2023	2022
Riscos cíveis		
Esgoto	189.230	188.566
Cobrança indevida	603	19.985
Contratos	52.726	106.649
Posse de imóvel	62.580	120.352
Outros	202.167	119.977
	507.306	555.529

	2023	2022
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	616.683	621.103
IRPJ e CSLL	276	265.039
Outros	332.279	29.490
	949.238	915.632

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atinjam o montante de R\$36.731 em 31 de dezembro de 2023 (R\$36.731 em 31 de dezembro de 2022), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

#### c.1) Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA

(I) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC

(II) Serão considerados válidos os pagamentos já realizados com a utilização da TR (ou IPCA-E ou qualquer outro índice), não ensejando qualquer rediscussão;



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2023	291.276	303.032	(238.278)	(72.948)	31.295	314.377
Perda atuarial	83.225	-	-	-	-	83.225
Provisão para contingências	-	9.604	-	-	-	9.604
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	9.930	(13.702)	-	(13.702)
Ativo intangível	-	-	-	-	-	9.930
Outras perdas	-	-	-	-	11.490	11.490
Em 31 de dezembro de 2023	<b>374.501</b>	<b>312.636</b>	<b>(228.348)</b>	<b>(86.650)</b>	<b>42.785</b>	<b>414.924</b>

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2022	304.081	285.908	(272.525)	(59.942)	63.676	321.198
Perda atuarial	(12.805)	-	-	-	-	(12.805)
Provisão para contingências	-	17.124	-	-	-	17.124
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(13.006)	-	(13.006)
Ativo intangível	-	-	34.247	-	-	34.247
Outras perdas	-	-	-	-	(32.381)	(32.381)
Em 31 de dezembro de 2022	<b>291.276</b>	<b>303.032</b>	<b>(238.278)</b>	<b>(72.948)</b>	<b>31.295</b>	<b>314.377</b>

a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	461.025	29.528
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	(41.491)	(2.658)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(7.295)	(16.620)
Outros	9.356	(17.168)
Contribuição social no resultado do exercício	<b>(39.430)</b>	<b>(36.446)</b>
Contribuição social corrente	(54.021)	(48.131)
Contribuição social diferido	14.591	11.685
Contribuição social no resultado do exercício	<b>(39.430)</b>	<b>(36.446)</b>

b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade. A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.805.826 (Dois Bilhões e Oitocentos e Cinco Milhões e Oitocentos e Vinte e Seis Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

c) Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ" A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de indébito tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.427.919 (Um Bilhão e Quatrocentos e Vinte e Sete Milhões e Dezenove e Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

18. Outras contas pagar

	2023	2022
Provisão para licença prêmio (a)	14.664	19.525
Outras contas a pagar	12.297	12.022
	<b>26.961</b>	<b>31.547</b>

(a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$16.339 em dezembro de 2023 (R\$20.654 em 2022) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$14.664 no passivo não circulante (R\$19.525 em 2022).

19. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2023	2022
Plano de previdência complementar - Prece (a)	143.268	39.006
Divida Prece	386.386	412.633
	<b>529.654</b>	<b>451.639</b>
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.771.890	1.976.708
Prêmio aposentadoria (c)	39.198	35.399
	<b>2.811.078</b>	<b>2.012.107</b>
	<b>3.340.732</b>	<b>2.463.746</b>
Circulante	121.936	204.282
Não circulante	3.218.796	2.259.464
	<b>3.340.732</b>	<b>2.463.746</b>

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários PRECE I, PRECE II, PRECE IV, PRECE III e PRECE CV, sendo os planos PRECE I e PRECE II estruturados na modalidade de benefício definido, os planos PRECE III e IV estruturados na modalidade de contribuição definida e o plano PRECE IV estruturado na modalidade de contribuição variável (ativos classificados na modalidade de contribuição definida e os assistidos na modalidade de contribuição definida para os optantes pela renda financeira e na modalidade de benefício definido para os optantes pela renda vitalícia). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Participantes	2023		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	44	639	315
Prece II	-	174	47
Prece III	489	2	11
Prece CV	801	1.783	2.052

Participantes	2022		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	57	593	393
Prece II	-	185	56
Prece III	467	2	11
Prece CV	832	1.772	2.156

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição são necessários 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.

- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.

- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais,

tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontra incorporado no passivo não circulante.

Para a massa remanescente no plano PRECE I, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração estava contemplada no projeto da Estratégia Previdenciária, que tinha como principal objetivo a redução dos riscos atuariais dos planos de benefícios administrados pela PRECE. A nova migração foi aprovada através da Portaria nº 814, de 07/12/2021, publicada no DOU em 14/12/2021, e teve o período de opção vigente de março/2022 a maio/2022. Após o atingimento das metas estabelecidas pela PREVIC para a efetivação da migração, o novo plano foi operacionalizado a partir da competência de agosto/2022. Ao todo, cerca de 60% da massa e do patrimônio dos planos PRECE I e II foi migrado para o plano PRECE IV, representando a migração de mais de 1.500 pessoas para o novo plano. No momento da migração, dois equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE I, montando o valor de R\$ 295.139. Desse montante, foi realizada a transferência de dívida para o PRECE IV proporcionalmente a parcela migrante, o que correspondeu ao valor de R\$ 188.767, remanescendo no plano de origem o valor de R\$ 106.372.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$69.237) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$97.842).

**Plano Prece II**  
Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Para a massa remanescente no plano PRECE II, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração do plano PRECE II estava condicionada também a migração do plano PRECE I, ou seja, àqueles que fossem vinculados ao PRECE II só poderiam migrar para o PRECE IV se migrassem também com o PRECE I.

No momento da migração, quatro equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE II, sendo que destes somente os dois primeiros ainda possuíam saldo remanescente de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que nos dois últimos equacionamentos a Companhia realizou a quitação do montante devido à vista. O valor total da dívida de equacionamento existente no PRECE II antes da efetivação da migração para o PRECE IV montava o valor de R\$ 41.618, sendo que desse valor R\$ 28.011 foi transferido para o novo plano, e R\$ 13.607 remanesceu no plano de origem.

Em 31 de dezembro de 2023 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$8.755) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$11.479).

**Plano Prece CV**  
O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2023 foram constituídas provisões atuariais no montante de R\$143.268, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$292.355) está maior que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$149.087).

**Plano Prece III**  
Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

**Plano Prece IV**  
O plano PRECE IV está estruturado na modalidade de contribuição definida e foi criado em 2022 para contemplar os participantes e assistidos dos planos PRECE I e II que optaram por sua transferência na migração realizada no ano de 2022. Por ter sido criado exclusivamente para receber os migrantes, o plano PRECE IV encontra-se fechado para novas adesões.

O novo plano possui características muito parecidas com o plano PRECE III, tendo destaque entre elas a possibilidade de alteração anual de modalidade, a oferta de saque à vista de até 25% do saldo acumulado no momento da concessão da aposentadoria, possibilidade de inclusão de qualquer pessoa como beneficiária sem a necessidade de comprovação de relação de parentesco, faixa de contribuição para escolha do participante, dentre outras.

O plano PRECE IV foi efetivado no mês de agosto/2022, sendo realizada na referida competência a transferência das dívidas de equacionamento registradas no plano de destino proporcionalmente à massa migrante. Ao todo foi transferido um montante de R\$ 216.000, sendo R\$ 188.000 oriundos do plano PRECE I e R\$ 28.000 oriundos do plano PRECE II. No mês da implementação do novo plano, a Companhia realizou o adiantamento para o plano PRECE IV de parte da dívida transferida, pagando à vista o montante de R\$ 54.000, para dar liquidez aos saques assumidos com os optantes pela migração.

Em 31 de dezembro de 2023 os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE montam o valor de R\$127.978.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde  
A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE - Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2023 e 2022.

Participantes	2023	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	2.807	5.914

Participantes	2022	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	3.392	6.076

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente. Em julho de 2022, foi aprovado pela Caixa de Assistência dos Empregados da Cedae - Cedae Saúde e pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, a contratação do Bradesco Saúde S.A., pela Cedae Saúde, para prestação de serviços médico hospitalares aos seus beneficiários. Os planos oferecidos pelo Bradesco Saúde aos beneficiários da Cedae Saúde iniciaram sua cobertura a partir do dia 01 de agosto de 2022.

Como impacto deste processo será a redução do risco da operação do serviço assistencial da Entidade por meio da contratação de uma operadora de mercado com maior capilaridade de prestação de serviços com redução de custos de sua operação, associado ao ganho de escala da operadora de mercado contratada pela Entidade. Além disso, o impacto sobre a Patrocinadora está relacionado com a mitigação de risco futuro de novos aportes à Entidade e o impacto sobre os beneficiários está relacionado com a ampliação da rede credenciada disponível para acesso.

(c) Prêmio de aposentadoria  
Em 31 de dezembro de 2023, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.255 participantes (2.353 em 2022) (Nota 2.14. a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2023	2022
Plano de benefícios (Prece)	229	60.472
Plano de assistência (Cedae Saúde)	256.860	255.873
Prêmio aposentadoria	31.595	2.241
	<b>288.684</b>	<b>318.586</b>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2023	2022
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.763.371	2.877.679
Valor justo dos ativos do plano	(582.780)	(616.204)
Passivo atuarial líquido	<b>3.180.591</b>	<b>2.261.475</b>



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2022	(312.907)	(61.260)	-	(150.115)	(2.131.924)	(30.623)	(2.686.829)
Custo do serviço corrente	93	-	75	(2)	(14.916)	(1.453)	(16.203)
Custo com juros	(23.722)	(9.734)	(49)	(65.608)	(178.831)	(2.475)	(280.419)
Rendimentos esperados dos ativos	3.676	6.052	196	52.940	-	-	62.864
Contribuições da patrocinadora	29.562	6.545	96	20.505	255.873	2.241	314.822
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	242.389	52.750	(318)	(40.533)	93.091	(3.089)	344.290

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2022	(60.909)	(5.647)	-	(182.813)	(1.976.707)	(35.399)	(2.261.475)
Custo do serviço corrente	24	-	-	(1)	(20.477)	(1.468)	(21.922)
Custo com juros	(10.391)	(3.590)	-	(60.911)	(180.071)	(3.051)	(258.014)
Rendimentos esperados dos ativos	4.736	3.066	-	43.996	-	-	51.798
Contribuições da patrocinadora	229	-	-	-	256.861	31.595	288.684
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(2.926)	(2.605)	-	(92.628)	(851.486)	(30.017)	(979.662)

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2023	(69.237)	(8.776)	-	(292.357)	(2.771.880)	(38.340)	(3.180.591)
Custo do serviço corrente	24	-	-	(1)	(20.477)	(1.468)	(21.922)
Custo com juros	(10.391)	(3.590)	-	(60.911)	(180.071)	(3.051)	(258.014)
Rendimentos esperados dos ativos	4.736	3.066	-	43.996	-	-	51.798
Contribuições da patrocinadora	229	-	-	-	256.861	31.595	288.684
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(2.926)	(2.605)	-	(92.628)	(851.486)	(30.017)	(979.662)

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2023	(69.237)	(8.776)	-	(292.357)	(2.771.880)	(38.340)	(3.180.591)
Custo do serviço corrente	(23)	-	-	-	20.477	1.468	21.922
Juros sobre obrigações atuariais	74.891	180.072	-	-	3.051	258.014	458.974
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	108.493	851.486	-	-	30.017	989.996	1.999.986
Contribuições dos participantes	37.866	-	-	-	-	-	37.866
Benefícios pagos	(133.650)	(256.861)	-	-	(31.595)	(422.106)	(822.106)
Em 31 de dezembro de 2023	953.149	2.771.882	-	-	38.340	3.763.371	7.526.442

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2022	828.130	-	-	828.130
Rendimento esperado dos ativos	62.864	-	-	62.864
Ganho atuarial dos ativos do plano	(197.828)	-	-	(197.828)
Contribuições da patrocinadora	56.708	-	-	56.708
Contribuições dos participantes	53.670	-	-	53.670
Benefícios pagos	(187.341)	-	-	(187.341)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2024:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	236	-	127	-	-	363
2. Participantes	1.131	420	-	-	-	1.551

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2024	23.926	7.375	113.648	133.055	4.497	282.501
2025	23.038	6.995	108.656	133.350	2.071	274.110
2026	22.136	6.625	103.720	133.642	2.990	269.113
2027	21.257	6.266	98.860	134.804	3.082	264.269
2028 ou posterior	93.389	26.411	425.081	828.951	25.024	1.398.856
Duração (em anos)	8,89	8,52	6,35	5,47	8,59	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Premissa	Prece I				Prece CV			
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)		Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)	
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(9.878)	(8,45)		Aumento de 1,0%	(48.882)	(6,18)	
	Redução de 1,0%	11.471	9,81		Redução de 1,0%	61.456	7,77	
Taxa de desconto	Cedae Saúde				Prêmio de Aposentadoria			
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)		Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)	
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(2.998)	(6,60)		Aumento de 1,0%	(345.192)	(12,45)	
	Redução de 1,0%	3.421	7,53		Redução de 1,0%	452.419	16,32	
Taxa de desconto	Cedae Saúde				Prêmio de Aposentadoria			
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)		Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)	
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(29)	(3,16)		Aumento de 1,0%	(2.439)	(6,36)	
	Redução de 1,0%	32	3,40		Redução de 1,0%	2.754	7,18	

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	Cedae Saúde	
Taxa de desconto ao ano - %	3,35	5,35	5,22	5,29	5,47	5,35
Crescimento salarial - %	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,07
Inflação - %	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Fator capacidade - %	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
Aging Factor - %	-	-	-	-	2,50	-
Inflação Médica - %	-	-	-	-	2,50	-

Hipóteses demográficas

	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável
Tábua de entrada de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Americana	Não Aplicável	Mercer Disability segregada por sexo e desgravada em 30%
Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Experiência Prece 2016/2020 (**)	Experiência Prece 2016/2020
Composição familiar - ativos	(*)	(*)	(*)	Não Aplicável	Família Real	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Não Aplicável

(\*) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho.  
(\*\*) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho e um filho com 16 anos.

20. Outros parcelamentos

	2023	2022
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.043	122.043
General Electric do Brasil (b)	50.735	50.735
Outros	955	955
	173.733	173.733
Circulante	66.097	66.097
Não circulante	107.636	107.636
	173.733	173.733

(a) Indústria Antártica do Sudeste  
Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999.  
(b) General Electric do Brasil  
A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Electric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio

de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Electric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada).

21. Patrimônio líquido

a) Capital social  
Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$3.727.174 (R\$3.035.162 em 2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2022). Em 14 de agosto de 2023, a Companhia aumentou seu capital social em R\$692.012 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais e reserva de capital, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social por quantidade de ações está assim distribuída:

	2023		2022	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.118	99,9996	629.069.118	99,9996
Outros	2.490	0,0004	2.490	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



b) Resultado por ação  
Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2023.  
O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.  
O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	421.595	1.082
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	0,67	0,002

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio  
O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	421.595	1.082
Reserva legal - 5%	(21.080)	(54)
	400.515	1.028
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(100.129)	(257)
<b>Distribuição proposta</b>		
Dividendos a pagar	(100.129)	(257)
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	0,15917	0,00041

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 foi totalmente capitalizado em 14 de agosto de 2023, autorizado pela AGE e 31 de dezembro de 2022 (R\$13.964 composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento).

e) Reserva de lucros e reserva legal  
Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.  
A Companhia no exercício de 2023 apurou um excesso das reservas de lucros frente ao valor do capital social no montante de R\$300.386 e, conforme prescreve a mencionada lei à assembleia geral de acionistas irá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital ou na distribuição de dividendos.  
A reserva legal é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal é de R\$206.392 (R\$185.312 em 31 de dezembro de 2022).

A seguir a composição da reserva de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	206.392	185.312
Retenção de lucros (*)	3.265.679	3.542.941
<b>Reserva de lucros</b>	<b>3.472.071</b>	<b>3.728.253</b>

(\*) a reserva de lucros é composta: (i) reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.; e (ii) reserva para retenção de lucros: que é formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976.

e) Reserva estatutária  
Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia.  
Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.

f) Outros resultados abrangentes  
A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 31 de dezembro de 2023, foram de R\$100.400 (R\$346.267 em 31 de dezembro de 2022), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Serviço de fornecimento de água dos blocos 1, 2, 3 e 4 (a) (b)	2.967.119	2.470.322
Serviços de distribuição de água	357.498	719.140
Receita bruta de serviços	3.324.617	3.189.462
Tributos sobre faturamento	(125.053)	(120.472)
	3.199.564	3.068.990

(a) Conforme firmado nos contratos de interdependência entre a Cedae e as novas concessionárias, será efetuado o pagamento pelo fornecimento de água entregue até o término do quarto ano da concessão, o qual será faturado mensalmente. Atualmente, as concessionárias pagam o valor de R\$1,70/m3 de água e partir do quinto ano da concessão será pago o valor de R\$1,63/m3, sendo esses valores reajustados pelos índices e prazos aplicáveis. A Cedae deverá disponibilizar os volumes mínimos de água estipulados pela agência reguladora (Agensera) para cada bloco durante os 3 primeiros anos de concessão. Em até 60 dias antes do término estipulado para encerramento do terceiro ano da concessão, a concessionária enviará a Agensera o planejamento estimado de demanda de volume mínimo de água potável a ser fornecido pela CEDAE.

(b) Em julho de 2023 a CEDAE assinou o Termo de Compromisso originado da solicitação da Águas do Rio, concessionária do Bloco 4, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando uma redução do valor das faturas a serem cobradas referentes ao faturamento da venda de água tratada. Essa solicitação, conforme justificativa da concessionária, deve-se por ter sido identificado um número substancial de usuários com tarifa social na área de concessão do Bloco 4, que segundo a concessionária, excedia o previsto no Edital de concessão, resultando em um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em acordo realizado entre governo do Estado e a Concessionária, com o aceite da CEDAE, formalizado através do Termo de Compromisso, houve a concordância no diferimento temporário do pagamento das faturas em 22% do valor total limitada pelo

tempo necessário para que a agência reguladora realize os ajustes necessários na tarifa de água, a fim de manter o benefício da tarifa social para as 1.263.600 pessoas residentes na área de concessão do bloco 4. O ressarcimento dos valores diferidos, conforme termo de compromisso, é garantido pelo Estado do Rio de Janeiro.

23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais  
a) Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Energia Elétrica	(553.877)	(691.262)
Custos com serviços de terceiros	(190.354)	(203.922)
Custos com pessoal	(588.103)	(648.359)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(137.345)	(141.916)
Custos com material	(274.901)	(253.105)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	22	15.463
Outras	(939)	(1.639)
	(1.745.497)	(1.924.740)

b) Despesas comerciais

	2023	2022
(Constituição)/Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas líquida (Nota 8.1)	63.434	(32.050)
Perdas de créditos sem expectativa de recuperabilidade	-	(100.726)
Despesas com serviços de terceiros	(21.753)	(27.397)
Despesas com pessoal	(20.661)	(23.965)
Despesas com material	(68)	(42)
	(119)	(454)
	20.833	(184.634)

c) Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal	(292.081)	(279.961)
Despesas com serviços de terceiros	(157.212)	(129.651)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	-	(19.414)
Despesas com material	(2.221)	(2.838)
Outras	(65.135)	(58.101)
	(516.649)	(489.965)

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo nos exercícios de 2022. A Cedae Saúde no exercício de 2023 conseguiu equilibrar sua situação financeira, e com isso não foi necessário realizar aporte extraordinário.

24. Resultado financeiro  
a) Despesas financeiras

	2023	2022
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(43.154)	(45.308)
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(67.696)	(87.857)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias (i)	(38.457)	(220)
Descontos concedidos	(3.037)	(15.858)
Outras	(1.087)	(1.049)
	(153.431)	(150.292)

(i) O aumento se deu em virtude dos juros e atualização monetária da CSSL que foi parcelada em 2023, conforme nota explicativa 15.

b) Receitas financeiras

	2023	2022
Atualização monetária	183.690	193.581
Atualização monetária Ativo Financeiro (Nota 10)	128.778	143.227
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	303.803	315.454
Multas por impropriedade	2.465	11.249
Juros auferidos	28.670	43.425
Descontos obtidos e bonificações	3.823	2.481
	651.229	709.417

25. Outras despesas operacionais, líquida

	2023	2022
Outras receitas operacionais	12.026	26.937
Demais receitas operacionais	93.621	6.072
Reversão de provisões	27.538	11.354
Recuperação de despesas judiciais	133.185	44.363
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências, líquida (Nota 16(b))	(859.765)	(686.585)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)	(228.138)	(233.758)
Despesas fiscais	(3.711)	(3.914)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(19.097)	(107.618)
Impairment concessão Teresópolis	(14.347)	-
Outras	(3.151)	(3.736)
	(1.128.209)	(1.035.611)
	(995.024)	(991.248)

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência			
	De	Até	2023	2022
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	11/09/2023	11/09/2024	288.715	288.715
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	24/08/2023	24/08/2024	1.800	1.800

Aguinaldo Balon  
Diretor-Presidente

Antonio Carlos dos Santos Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Daniel Barbosa Okumura Diretor da Região Metropolitana	Marco Aurélio Damato Porto Diretor da Região do Interior	Diogo Mentor de Mattos Rocha Diretor Jurídico	Humberto de Mello Filho Diretor Técnico e de Projetos	Renato Ferreira Coelho Assessor de Controladoria Contador - CRC-RJ089799/O-3
--	---	---	--	--	--

**PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2024**

Senhores Acionistas,

- O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.
- Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., datado em 26 de março de 2024. O referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.
- Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

<b>LEONARDO DA SILVA MORAIS</b> Presidente do Conselho Fiscal CPF nº. 052.450.977-88	<b>LILIANE FIGUEIREDO DA SILVA</b> Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 057.465.807-67	<b>AROLDRO RODRIGUES GONÇALVES NETO</b> Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 131.004.697-20	<b>THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO</b> Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 727.289.497-00	<b>SINVAL DE OLIVEIRA FILHO</b> Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 003.941.307-15
--	---	--	--	--

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA/2024**

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2023, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2023, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de março de 2024, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Luiz Antônio da Silva Lima Presidente	Irineu dos Santos - Membro	Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond Membro	Daniel Antunes de Azevedo - Membro	Paulo César Candido Werneck Membro
--	-------------------------------	--	---------------------------------------	---------------------------------------



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



### DELIBERAÇÃO N.º 001/2024

Senhores Acionistas,  
O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como os Relatórios da Auditoria Externa BDO RCS, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2023, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2023 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Sérgio Cabral de Sá  
Presidente

Homero das Neves Freitas Filho  
Vice-Presidente

Aguinaldo Ballon  
Membro

José Arley Lima Costa  
Membro

Marcus Vinicius Fernandes Dias  
Membro

Marcos Sampaio Fialho  
Membro

Oswaldo Serrano de Oliveira  
Membro

Felipe de Melo Fonte  
Membro

Ricardo Lessa Carrazedo  
Membro

Jorge Luiz Ferreira Briard  
Membro Representante dos Empregados

Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira  
Membro Rep. Acionistas Minoritários

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE  
Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Ausência de baixa dos ativos de contratos de concessão abrangidos pelas Concorrências Internacionais 001/2020 e 01/2021

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém registrado em seu balanço patrimonial na rubrica de ativo de contrato (obras em andamento) o montante de R\$2.522.038 mil, dos quais R\$1.616.948 mil são referentes a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão que tiveram os seus encerramentos antecipados nos exercícios de 2021 e 2022, como resultado das Concorrências Internacionais 01/2020 e 01/2021, promovidas pelo controlador da Companhia, o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("GERJ"). Adicionalmente, os respectivos ativos (obras em andamento) não foram abrangidos pelo Termo de Compromisso para Pagamento de indenização de ativos, firmado em 25 de abril de 2023, junto ao GERJ e Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e não estão mais sendo operados pela Companhia. Consequentemente, o ativo de contrato e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$1.616.948 mil em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A operação Águas Claras ainda está em curso e neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### Ativo intangível e ativo de contrato

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2023 nas rubricas de ativo intangível e ativo de contrato, o montante de R\$6.063.640 mil. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato e ativo intangível da concessão. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) avaliação quanto ao direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, além da aderência ao "Novo Marco Legal do Saneamento Básico", consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação da estrutura, implementação e a avaliação e entendimento dos controles internos chave existentes relacionados à adição de infraestrutura, amortização de ativos intangíveis, administração e gerenciamento dos contratos de concessão. Aplicamos procedimentos de testes amostrais para verificação de documentação suporte de adições e de sua elegibilidade à capitalização. Avaliamos a transferência de ativos em construção para ativos em operação e avaliamos a aderência dos contratos de concessões à respectiva norma contábil. Efetuamos visitas às principais obras em andamento e questionamos seus responsáveis acerca da existência de indicativos de impairment. Com relação à aderência ao novo marco legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis mediante reuniões e entrevistas com os responsáveis chave da Companhia a respeito do tema, em especial com os Assessores Jurídicos da Companhia, acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia mantém contratos vencidos e passou a realizar a prestação de serviço direta.

Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo intangível, bem como a avaliação de indícios de perda nos contratos e dos potenciais impactos do novo marco do saneamento básico são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### Depósitos Judiciais e Provisão para contingências

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujos saldos estão assim representados: Depósitos Judiciais - R\$2.119.963 e Provisão para Contingências - R\$3.636.710 em 31 de dezembro de 2023.

Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e da Companhia, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.

Devido à relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

i) Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; ii) obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; iii) avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; iv) avaliação da suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Depósitos Judiciais e Passivos Contingentes, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### Reconhecimento de Benefícios Pós-Emprego

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui o montante de R\$3.340.732 mil, relativo benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos dos Planos, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Benefícios Pós-Emprego, consideramos apropriadas os julgamentos e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 12 de junho de 2023, com ressalvas quanto ao mesmo assunto descrito na "Base para opinião com ressalva" e relacionado a contas a receber com partes relacionadas que estavam em negociação com o GERJ - Governo do Estado do Rio de Janeiro, regularizado no exercício corrente, com a repactuação em 28 de dezembro de 2023 do 8º Termo

Aditivo com o Estado, conforme nota explicativa 10 b).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

" Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

" Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

" Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

" Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

" Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 RJ 001837/F-4

Fernando Eduardo Ramos dos Santos Contador  
CRC 1 GO 014553/O-0 - RJ



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

**Balanco Social 2023**  
Criação da área de Governança Socioambiental e Política ESG da CEDAE  
Se princípios ESG (Ambiental, Social e Governança, da sigla em inglês) são essenciais para as empresas alcançarem sustentabilidade e confiança de investidores e stakeholders. As organizações que implementam as práticas ESG de forma efetiva tendem a obter vantagens competitivas, atrair investimentos responsáveis e ampliar sua base de clientes. E a CEDAE é uma delas. A Companhia tomou-se signatária do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do planeta. Com isso, se comprometeu a seguir os dez princípios universais baseados nos Direitos Humanos e do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, além de contribuir para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 da ONU. Deles, a Companhia elegeu oito como prioritários, considerando questões pertinentes ao seu negócio.  
Para garantir que tais valores não se limitem à teoria e produzam resultados práticos em toda a estrutura de decisão e operação da Companhia, a CEDAE criou em 2023 sua área ESG. Isso reforça o alinhamento da Companhia às melhores práticas de mercado e contribui para a retenção de talentos, aumento da inovação e aprimoramento da imagem institucional da empresa. Em dezembro, a CEDAE aprovou sua Política ESG, instrumento que passou a nortear as interações da Companhia com seu meio social - empregados, terceirizados, fornecedores, clientes, comunidades locais e cidadãos fluminenses -, visando garantir emprego, saúde, inclusão, diversidade, progresso econômico-social e assegurar a preservação do meio ambiente e a satisfação dos consumidores, empresas parceiras e acionistas. A seguir, as principais ações e programas socio ambientais desenvolvidos ao longo de 2023:

1. Comissão Permanente de Diversidade e Gênero  
Para responder a demandas que apontavam necessidade de um debate sistemático e permanente sobre as questões de gênero, sexualidade, raça e outros marcadores da diferença no âmbito da CEDAE, a Companhia instituiu a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), órgão colegiado de natureza plural, consultiva e deliberativa, que visa formular e propor ações, diretrizes e medidas de governança corporativa para promoção e defesa da diversidade e da igualdade de gênero.

2. Programa CEDAE Por Elas  
Engajada em cumprir os ODS 3, 5, 10 e 17, e fomentar a igualdade de gênero, a Companhia criou o Programa CEDAE Por Elas, a partir de diagnóstico elaborado por um grupo de funcionárias. Trata-se de um programa voltado para o atendimento à mulher, proporcionando uma convivência coletiva, promoção de ações de saúde e bem-estar, suporte à maternidade, estímulo ao aleitamento, realização de atividades individuais e em grupos, criando um elo importante na conexão entre as mulheres. Atua em três linhas de intervenções principais: Convivência Coletiva, Escuta Especializada da Mulher e Salas de Aleitamento.

3. Programa de Restauração do Corredor Tingüá-Bocaina  
Lançado em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC), com o Governo do Estado e municípios da região, o Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tingüá-Bocaina é uma resposta inovadora e necessária aos desafios ambientais e hídricos. São projetos de proteção e recuperação de mananciais concentrados estrategicamente na Região Hidrográfica responsável pelo abastecimento de 13 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

O Programa prevê a restauração e conservação de 10 mil hectares até 2030 e 30 mil hectares até 2050, contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. O reflorestamento e a conservação do corredor ecológico que conecta a Reserva Biológica do Tingüá ao Parque Nacional da Serra da Bocaina vão proteger a biodiversidade, garantir a manutenção dos recursos hídricos e promover o desenvolvimento sustentável na região que apresenta a maior ruptura do bioma da Mata Atlântica e abrange os Mosaicos da Serra dos Órgãos e do Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro. A área abrange nove municípios: Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Barra do Piraí, Piraí, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Rio Claro.

3.1 Replanteio de mudas  
Ao longo de 2023, a Companhia disponibilizou um total de 214.870 mudas florestais para instituições parceiras e produtores rurais, bem como plantios próprios realizados pelos apenas atendidos no Programa Replantando Vida. Estas ações de fomento de plantios abrangeram 49 municípios do Estado do Rio de Janeiro e 2 de São Paulo. As parcerias ampliam o alcance das ações ambientais da Companhia, colocando-a como uma das principais instituições de fomento da restauração florestal no estado.

3.2 Viveiros Florestais  
A CEDAE mantém sete viveiros florestais que produziram 231.676 mudas nativas da Mata Atlântica em 2023. O mais novo foi inaugurado em agosto na Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, no distrito de Buiões, em Resende. Com 1,7 mil m<sup>2</sup>, é o segundo viveiro da CEDAE instalado dentro de uma penitenciária e produzirá 200 mil mudas por ano. Os viveiros da CEDAE são devidamente registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Também foi importante a consolidação do uso de lodo do esgoto como substrato para a produção de mudas florestais nos viveiros, o que minimizou a dependência de insumos externos, diminuiu o custo de produção e aumentou a qualidade das mudas, além de ser uma forma sustentável de usar os resíduos do tratamento de esgotos.

4. Programa Jovem Aprendiz  
O Programa Jovem Aprendiz oferece formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos jovens. A aprendizagem se dá mediante a realização de atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Durante o ano de 2023, participaram do programa 231 jovens, provenientes do Programa RioSólidário/DEGASE, que atuam na Companhia como auxiliares de escritório. Os jovens cumprem jornada diária de seis horas e recebem remuneração mensal, vale-refeição, vale-transporte e seguro de vida.

4.1 Diagnóstico dos Jovens Aprendizes da CEDAE  
Há mais de 20 anos, a CEDAE mantém seu programa de Jovem Aprendiz consolidado e atuante. Pensando em realizar um projeto piloto inovador e capaz de transformar a vida dos jovens que passam pela Companhia, foi realizado um diagnóstico dos Jovens Aprendizes da Companhia. Trata-se de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e a promoção de oportunidades significativas, para compreensão das necessidades, aspirações e desafios específicos enfrentados pelos jovens e ainda contribui para estruturar o programa de maneira mais eficiente. O diagnóstico também ajuda a avaliar o impacto das ações implementadas, assegurando que produzam resultados positivos para os jovens e suas comunidades.

4.2 Aprender na CEDAE  
Para potencializar o programa Jovem Aprendiz, foi lançado o projeto Aprender na CEDAE, reforçando o compromisso da Companhia com as diretrizes ESG, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento profissional para a inclusão no mundo do trabalho. Foi organizada uma metodologia para ampliar o processo de aprendizagem para que os jovens possam aproveitar ao máximo os múltiplos saberes existentes na Companhia. Foram abertas 60 vagas para um período de 12 meses, metade para jovens que já atuavam na CEDAE e metade, vagas novas, para moradores dos bairros adjacentes da Cidade Nova. Um aspecto fundamental do programa é a mentoria individual, com orientação personalizada para elaboração do plano de desenvolvimento profissional e pessoal de cada jovem.

5. Replantando Vida  
O programa promove a ressocialização e a inserção dos apenados em regime semiaberto, aberto, prisão domiciliar e liberdade condicional do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro no mercado de trabalho. A mão de obra, fruto de parceria com a Fundação Santa Cabrini, é empregada na operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, nos serviços gerais e administrativos, na produção de mudas, no trabalho de reflorestamento e nas oficinas de costura.

Durante o ano de 2023 foram contratados 479 colaboradores apenados, e a empresa fechou o ano com um total de 730. Entre as mulheres apenadas, 11 trabalharam na oficina de costura e foram responsáveis pela confecção de 36.636 saquinhos de TNT para acondicionar as mudas distribuídas em eventos de educação ambiental e 11.801 bolsas promocionais. Em 2023, a oficina de costura também produziu 40.449 peças variadas para equipamentos de proteção (EPIs), além de fornecer camisas e bolsas para eventos internos.

5.1 Diagnóstico do Replantando Vida  
A realização de um diagnóstico do Programa Replantando Vida é fundamental para avaliar o impacto do programa na vida dos apenados. A análise detalhada é essencial para entender não apenas a eficácia do programa em termos de ressocialização e desenvolvimento de habilidades, mas também seu impacto ambiental e social mais amplo.

Também pode contribuir para eventuais correções dos rumos do programa, para que alcance seus objetivos de forma mais eficaz. Além disso, o diagnóstico pode ser uma referência da experiência que a CEDAE adquiriu no processo de utilização da mão de obra prisional. Ao compartilhar histórias de sucesso e os impactos positivos do Replantando Vida, a Companhia pode inspirar outras empresas e instituições a adotarem práticas semelhantes.

6. Projeto Educação no Canteiro de Obras  
Foi desenvolvido nos canteiros da terraplanagem do Novo Guandu e, ao fim de 2023, duas turmas haviam concluído o curso, totalizando 45 alunos. Oferecida aulas no próprio canteiro, logo após a jornada, e os trabalhadores eram atendidos de acordo com suas necessidades individuais. As aulas foram ministradas por uma professora com formação em Pedagogia e experiência em educação para jovens e adultos e uma professora assistente. Livros do curso de Educação de Jovens e Adultos serviram de apoio para oferecer alfabetização e preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCJA.

7. Centros de Visitação Ambientais (CVAs)  
O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nos Centros de Visitação Ambientais (CVAs) do Guandu e de Imunana-Laranjal recebeu, em 2023, 11.483 visitantes, de 273 instituições de 29 municípios fluminenses. Os números demonstram o alcance e o impacto positivo do programa que promove educação ambiental de qualidade para milhares de crianças e jovens e está alinhado aos ODS da ONU.

8. Programa de monitoramento de qualidade dos mananciais - análises laboratoriais  
A Companhia realizou 488.021 análises laboratoriais bacteriológicas, microbiológicas, biológicas e físico-químicas de amostras de água. Além disso, o laboratório central coletou 45.459 amostras de água, que geraram 533.480 análises para atendimento das demandas externas das concessionárias privadas que atuam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Gestão de Pessoas  
1. Programa de Readaptação Profissional  
O objetivo do programa é receber colaboradores que se encontram em auxílio-doença, encaminhados pela Previdência Social, solicitando a indicação de uma nova atividade laboral. Os colaboradores são avaliados pela Comissão Permanente de Readaptação do Setor de Medicina do Trabalho e Serviço Social da Companhia, e, se aprovados pelo médico do trabalho para o programa, são inseridos em cargos de atribuições compatíveis com sua capacidade laborativa e treinados para o desenvolvimento de novas atividades que respeitem as limitações apontadas pela Previdência Social. Este programa é realizado em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e registrou um processo em 2023.

2. Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)  
O programa viabiliza interações, acompanhamento ambulatorial, tratamento psicológico e atendimentos em clínicas especializadas para os colaboradores participantes e é direcionado ao tratamento de problemas relacionados à dependência química de álcool e outras drogas. O Serviço Social da CEDAE faz o acompanhamento de todas as etapas do tratamento, estabelece o diálogo com as chefias dos colaboradores, com Recursos Humanos e CEDAE Saúde, realizando, quando necessário, visitas domiciliares e hospitalares. Também assessora os colaboradores e seus familiares em relação ao afastamento pela Previdência. Em 2023, foram 11 colaboradores para acompanhamento e 24 para tratamentos.

3. Treinamentos  
Durante o ano de 2023, foram realizados treinamentos presenciais e à distância, entre cursos, palestras e workshops, abrangendo as áreas administrativa, gerencial, comportamental, operacional, compliance e segurança do trabalho. Foram concluídos 2.939 cursos on-line e 4.341 colaboradores foram beneficiados, sendo 2.684 à distância e 1.657 presencial, num total de 30.422 horas/aulas. Esses treinamentos foram realizados em parcerias externas com instituições como, SEST/SENAT, IBGC, ABRH Brasil, COAD e APERJ, entre outras.

4. Estágios  
Durante o ano de 2023, passaram pela CEDAE 432 estagiários, dos quais 199 ingressaram nesse período. Os benefícios concedidos pela Companhia aos estagiários são: bolsa-auxílio, auxílio-refeição, auxílio-transporte e seguro de vida. O estágio é de seis horas diárias e duração máxima de 2 anos. O programa oferece oportunidade de inserção no mundo do trabalho e vivência de situações práticas capazes de enriquecer a carreira profissional. O estágio também é um importante instrumento na gestão de pessoas, pois permite captar os estudantes com grande potencial empreendedor, contribuindo para o capital intelectual da Companhia.

5. Bolsas de Estudos  
Foram disponibilizadas 400 bolsas de estudos na modalidade de reembolso para os colaboradores e seus dependentes. O objetivo é estimular colaboradores e dependentes a estudar, a fim de manter e atualizar os talentos existentes no quadro funcional e, por consequência, a melhorar na qualidade dos trabalhos profissionais. As bolsas são para os cursos do ensino fundamental, médio, médio profissionalizante ou universitário. O valor do benefício foi de até R\$ 770,37.

6. Instrutoria Interna  
O Programa de Instrutoria Interna contou com a adesão de colaboradores que atuaram nos treinamentos de capacitação de operador de elevatória, segurança e saúde nos espaços confinados, segurança para trabalho em altura, noções sobre elaboração de inventários de gases de efeito estufa e operacionalização da identificação de fontes e coleta de dados e operação em pontes rolantes. É desenvolvido na Universidade Corporativa UniverCedae, que aproveita colaboradores como voluntários para transmitir os conhecimentos acumulados ao longo de suas carreiras profissionais.

Em 2023 foi implementada a primeira plataforma de ensino à distância, a InovaUniverCedae, e concluídos 2.939 cursos on-line, disponibilizados em sistemas para 2.684 colaboradores.

7. Saúde e Segurança do Trabalho  
A CEDAE contou, em 2023, com 32 profissionais, sendo 18 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança, 2 médicos do trabalho, 2 enfermeiros do trabalho, 4 assistentes sociais e 2 agentes administrativos. Nesse período, foram ministrados 53 treinamentos para 484 colaboradores em diversas áreas, como prevenção e combate a incêndio, práticas seguras no ambiente de trabalho e espaço confinado, entre outros.

A equipe elaborou 110 Programas de Gerenciamentos de Riscos Ambientais, com objetivo de prevenir acidentes e doenças relacionadas aos riscos identificados no programa. Também foram realizadas 423 avaliações ambientais nos colaboradores conforme exposição, além de 21 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) com a realização de 3 SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), uma no prédio sede, uma na Estação e Tratamento de Água Imunana-Laranjal (ETA Laranjal) e outra no laboratório Otávio Kelly. Em 2023, ocorreram 70 acidentes de trabalho, sendo 55 acidentes típicos, 12 de trajeto e 3 de doença ocupacional.

8. Benefícios  
8.1 Saúde e Assistência Médica  
A Companhia oferece assistência médica para promover o atendimento das necessidades de seus colaboradores e dependentes. Para isso, mantém, juntamente com os colaboradores participantes, a Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE - CEDAE Saúde, constituída na modalidade plano de saúde de autogestão. Em 2023, a rede de credenciamentos dos profissionais de saúde, até então vinculados à CEDAE Saúde, passou a ser administrada pelo Bradesco Saúde. A operadora passou a dar cobertura a 24.327 colaboradores, sendo 11.077 ativos, 9.394 dependentes e 3.856 agregados. Outras atividades de medicina preventiva são também realizadas pela CEDAE Saúde para o quadro de colaboradores, sendo as principais detalhadas a seguir.

O Programa de saúde Ocupacional (PROSAO) realiza exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, além de exames de monitoramento pontuais solicitados pelo médico do trabalho e exames complementares, que são realizados para constatar a ausência de fatores de riscos nos colaboradores. Em 2023, foram atendidos pelo programa 3.392 colaboradores.

O Programa de Reducação Alimentar é voltado para todos os colaboradores ativos com sobrepeso ou obesidade, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância na mudança de hábitos alimentares inadequados e no estilo de vida. Foram beneficiadas 163 pessoas ao longo do ano.

condutas terapêuticas. Nos casos em que há indicação cirúrgica, é oferecido todo o acompanhamento definido pelo protocolo de Cirurgia Bariátrica, garantindo, sem custo para colaboradores, consultas e exames requeridos no período pré e pós-cirúrgico. É oferecido ainda acompanhamento multidisciplinar no período pós-cirurgia por 12 meses.

O Programa de Hipertensão Arterial foi criado para atender os colaboradores já diagnosticados com a doença. O objetivo do programa é reduzir fatores de risco; evitar a progressão da doença para casos de maior gravidade, como infarto do miocárdio; viabilizar a compra de medicamentos de acordo com a prescrição médica; e acompanhamento e monitoramento por equipe multidisciplinar. No ano de 2023, 812 colaboradores das CEDAE participaram do programa.

O Programa Diabetes Mellitus é direcionado aos colaboradores já diagnosticados que aderiram ao programa. O objetivo do programa é reduzir os fatores de riscos para prevenir a progressão da doença, melhorar o acesso à compra de medicamentos e o acompanhamento e monitoramento por equipe multidisciplinar. No total, houve 489 pessoas atendidas pelo programa em 2023.

Em 2023, foi realizada a campanha de vacinação contra a gripe influenza que alcançou 2.373 pessoas; 2.249 colaboradores, 44 jovens aprendizes e 80 colaboradores apenados. Foram também realizadas campanhas sobre o Dia mundial da hipertensão - Cuide bem do seu coração - com 123 presenças; Outubro Rosa - Saúde da Mulher: Prevenir é a melhor Alitude, com 812 participantes; Novembro Azul - Precisamos falar sobre a saúde do homem - com presença de 487 colaboradores; e Dezembro Laranja - Medidas preventivas e os cuidados que precisamos ter para combater o câncer de pele - com 138 presentes totalizando 1.560 colaboradores participantes.

8.2 Auxílio Creche e Pré-Escolar  
O benefício é concedido aos colaboradores com filhos de até 6 anos e 11 meses de idade, com reembolso mensal no valor unitário de até R\$ 834,82 para creche e jardim pré-escola. Em 2023, foram contemplados 272 colaboradores, com 303 dependentes beneficiados.

8.3 Auxílio Filho ou Dependentes com necessidades especiais  
O valor do auxílio mensal reembolsável é de até R\$ 1.306,27 para cada filho ou dependente. O auxílio tem por finalidade auxiliar no custeio das despesas dos colaboradores que possuam filhos especiais ou dependentes reconhecidos como tal pela Previdência Social oficial ou tutelados na forma da Lei, cuja deficiência seja enquadrada pela legislação específica e atestada pela junta médica da Companhia e da CEDAE Saúde. O objetivo é proporcionar melhor qualidade de vida aos dependentes e tutelados de qualquer origem, natureza e gravidade. No ano de 2023 foi concedido a 118 beneficiários.

8.4 Auxílio Refeição  
Os colaboradores da CEDAE receberam o vale-refeição por dias trabalhados, em quantidade máxima de 24 vales, com o valor mensal total de R\$ 1.177,92, sendo R\$ 981,60 de vale-refeição e R\$ 196,32 para ticket café da manhã, todos contemplados no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2022/2023) e beneficiando todos os colaboradores das áreas operacional, comercial, administrativa e financeira. A Companhia também concede o vale-alimentação (cesta básica) no valor mensal de R\$ 522,51 a todos, de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Este ano, o valor desembolsado pela Companhia foi de R\$ 64.948,98.

8.5 Auxílio Transporte  
Em 2023, foram contemplados com o auxílio 1.608 colaboradores de forma opcional e fornecido pelos órgãos oficiais Setransol, Sindpass e Fetransporte. A Companhia oferece aos seus colaboradores o auxílio transporte para o itinerário residência-trabalho-residência após a jornada de trabalho através dos meios oficiais de transportes do Estado do Rio de Janeiro. Em 2023, o valor desembolsado pela Companhia neste programa foi de R\$ 7.048.627.

8.6 Previdência Complementar  
A Companhia possibilita aos seus colaboradores, de forma facultativa, contribuir para a previdência complementar, para que, no futuro, possam desfrutar de uma complementação na aposentadoria e assegurar, conforme a opção escolhida, pensão aos seus beneficiários, objetivando dar maior qualidade de vida na fase pós-laborativa. A Companhia contribui de forma paritária com os colaboradores que participam de um dos planos da PRECE, utilizando esse benefício como ferramenta de política de recursos humanos. No ano de 2023, houve 67 adesões de colaboradores da Companhia ao plano PRECE 3, o único plano administrado pela PRECE aberto para novas entradas.

Sobre as saídas da Companhia e as opções realizadas nos planos de benefícios, foram observados 163 desligamentos dos planos com pagamento da reserva resgatável ou portabilidade e 161 aposentadorias concedidas no ano. É importante lembrar que os movimentos de desligamentos ou concessão de benefícios ao longo de 2023 foram ocasionados em sua quase totalidade pelo movimento remanescente dos desligamentos da Companhia pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) realizado ao final de 2021, bem como pelo PDV realizado no primeiro semestre de 2022.

8.7 Programa Maternidade Cidadã  
A Companhia libera suas colaboradoras para a amamentação de seus filhos recém-nascidos por mais 60 dias além da licença-maternidade oficial, contados do término da licença prevista no art. 7º da Constituição Federal. Após o retorno ao trabalho e com os filhos já sendo alimentados por outros meios além da amamentação, as colaboradoras retomam suas atividades mais tranquilas e seguras. Além de ser uma prática de liderança humanizada, esta reintegração está em linha com o ODS 5. Em 2023 foram beneficiados sete colaboradoras e dois colaboradores.

9. Ações Ambientais Corporativas  
9.1 Reutilização da Água  
A Companhia mantém em seu prédio-sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETAC), que possibilita o reaproveitamento de água de piscinas, lavatórios, ar-condicionado e águas pluviais captadas das chuvas. São usadas nos sistemas de descargas sanitárias e no tratamento dos jardins.

9.2 Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas.  
Iniciado no prédio-sede, o programa Coleta Seletiva foi estendido para as unidades da Gerência Guandu-Lameirão, que receberam coletores de resíduos e caçambas para armazenamento de recicláveis. A ação visa conscientizar os colaboradores quanto à separação e descarte adequados dos resíduos por meio de palestras de sensibilização. Em 2023, o programa destinou mais de 6,5 toneladas de resíduos recicláveis para a Cooperativa de Catadores e pretende aumentar este volume em 2024.

A área de Gestão Ambiental também implementou campanhas para estimular a destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais diversos recicláveis.  
O projeto de compostagem orgânica no prédio sede gerou 2,7 toneladas de resíduos transformados em adubo orgânico.

A Companhia incentiva a coleta seletiva de maneira permanente nos locais de trabalho, tanto de resíduos quanto de pilhas e baterias; cartuchos e toners de impressora; resíduos eletrônicos; medicamentos vencidos e lâmpadas, entre outros.

9.3 Melhoria da Qualidade da Água Captada para Tratamento  
A CEDAE realiza o monitoramento de dezenas de mananciais do Estado do Rio de Janeiro, para garantir a segurança hídrica e a qualidade da água que será distribuída para a população. Em 2023 foram realizadas 2.473 análises de qualidade no manancial do Sistema Imunana-Laranjal e 94.132 análises no Sistema Guandu.

No Sistema Guandu, a Companhia adotou a tecnologia de boias de ultrassom para combater algas nas lagoas de captação de água, evitando a proliferação da geosmina. Foram instaladas oito boias, que formam uma barreira de ultrassom que submerge as algas e impede que voltem à superfície, evitando que absorvam luz solar para fazer a fotossíntese. A tecnologia elimina 90% das algas. As boias são abastecidas de maneira sustentável, por meio de placas fotovoltaicas.

9.4 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental  
Durante o ano de 2023, foram requeridas 19 outorgas e licenças, das quais 13 foram concedidas. A Companhia busca exercer suas atividades alinhada com o desenvolvimento econômico-social e com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Considera fundamental a regularização das unidades operacionais, e trabalha continuamente para o seu licenciamento ambiental de forma a garantir melhores condições de vida à população e atender plenamente às legislações federal, estadual e municipal vigentes. Durante o ano de 2023, foram requeridas 19 outorgas e licenças, das quais 13 foram concedidas.

As principais licenças ambientais recebidas em 2023 foram as seguintes:  
- Licença Ambiental Integrada das Obras de Implantação da ETA Xerém, para atender à crescente demanda e modernizar o sistema de abastecimento de Duque de Caxias. O projeto visa ao aumento da produção de água tratada para atender 450 mil habitantes.

- Licença Municipal de instalação da Nova ETA Macaé: Para ampliar o fornecimento de água potável e manter a qualidade operacional do Sistema de Abastecimento de Água de Macaé, que terá capacidade de tratamento de 1600 l/s.  
- Autorização ambiental para operação do sistema de bombeamento de 3m<sup>3</sup>s de água bruta do Rio Guandu para a Lagoa Maior, com objetivo renovar a água da lagoa, propiciando a melhoria da qualidade da água captada pela ETA Guandu

10. Relacionamento com a Sociedade  
10.1 Tarifa Social  
Em 2023, a CEDAE operou com a tarifa social de R\$ 3,378 por m<sup>3</sup> pelo fornecimento de 6 m<sup>3</sup> de água para os clientes de baixa renda nos municípios onde atua. Além de mais 100% desse valor para a coleta de esgoto. Assim, a Companhia proporciona à população carente o acesso aos serviços de saneamento básico, com a consequente melhoria de sua qualidade de vida, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 25.438/99.

A tarifa social oferecida pela CEDAE é aproximadamente 40% inferior às tarifas normalmente praticadas em sua área de atuação. Em 2023, após a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto, 205.847 habitantes foram beneficiados pelo programa. Também manteve a isenção das tarifas de água e esgoto para organizações com finalidades sociais.

10.2 Ouvidoria Geral - Aproximação com a Sociedade  
No decorrer de 2023, funcionando como primeira instância por meio dos caminhos SAC e Fale com a CEDAE, a Ouvidoria Geral efetuou 7.367 atendimentos, sendo 1.084 por telefone, 2.212 por e-mail, 3.427 por meio de documentos físicos e 644 por outros meios. Ao todo, 99,63% dos casos foram solucionados na primeira instância. Já em segunda instância, a Ouvidoria efetuou 180 atendimentos, tendo solucionado 98,26% dos casos.

A Ouvidoria Geral funciona como agente mediador das demandas da população, promovendo mudanças e operando internamente para a solução pacífica de conflitos. Desta forma, assegura que a sociedade tenha voz ativa nos processos decisórios internos, garantindo accountability social (prestação de contas / controle) e gerando a melhoria da gestão pública.

A Ouvidoria Geral pode ser acessada pelos telefones 0800-282.1195, 0800-282.3059 e 0800-031.6032; pelo e-mail ouvidoriageral@cedae.com.br; pela atendente virtual Nina, no site da Companhia (www.cedae.com.br); pelos sistemas e-sic e sic presencial; pelo Disque Denúncia; por atendimento pessoal e por meio da Agerensa (Agência Reguladora de Energia e Saneamento), dentre outros canais.

11. Prêmios Recebidos  
11.1 A Companhia venceu o Prêmio ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) na categoria "Empresas de Médio e Grande Porte", que levou em consideração critérios como impactos socioambientais, potencial de difusão, aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), sustentabilidade e inovação. Também passou a integrar a Década da Restauração de Ecossistemas das Nações Unidas (2021-2030), iniciativa global que estimula ações de proteção e revitalização dos ecossistemas.

11.2 O projeto Reciclagem Florestal do lodo de Esgoto recebeu reconhecimento internacional ao ficar em segundo lugar no Prêmios Verdes, maior premiação socioambiental Ibero-América. A Companhia foi a única instituição brasileira selecionada para a final, que aconteceu em Miami, nos Estados Unidos. A iniciativa premiada transforma o resíduo gerado no tratamento de esgotos em substrato para a produção de mudas nativas da Mata Atlântica nos viveiros florestais da Companhia. O trabalho conta com a participação dos apenados participantes do projeto, e as mudas produzidas são utilizadas em plantios de restauração florestal para proteção dos mananciais de abastecimento público.

11.3 A Companhia conquistou ainda o "Prêmio Firjan de sustentabilidade na categoria "Gestão de Impacto e investimento Social com o projeto Replantando Vida.

11.4 O Programa Replantando Vida recebeu o Selo Regata, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.  
11.5 A CEDAE conquistou, ainda, o Selo Chico Mendes do Instituto Internacional de Pesquisas e Responsabilidade Social (Inpra). O selo é um reconhecimento à relevância do "Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS), conduzido pelo setor de Trabalho Técnico Social da Companhia desde 2015, e indica para o consumidor que a Companhia é ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa. O certificado foi concedido após análise de 18 indicadores socioambientais pelo Programa de Certificação com Gestão Socioambiental Responsável (Procert) do Inpra e a CEDAE atendeu a 100% dos critérios observados pelo programa.

12. Parcerias e Instituições  
12.1 Adesão ao Pacto Global da ONU  
Cada vez mais focada em ações sustentáveis e práticas voltadas à agenda ESG a Companhia passou a integrar o Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, após obter as certificações exigidas pela iniciativa. O Pacto Global tem como objetivo incentivar empresas e órgãos a adotarem práticas sustentáveis e socialmente responsáveis, baseadas nos Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. E a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros em quase 80 redes, que abrangem 160 países.

No momento, a Companhia entrou como participante, passando a atuar em 8 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Após o período de aplicação das práticas e do engajamento nas ODS escolhidas, a Companhia poderá ampliar seu protagonismo e elevar o nível de participação até estar apta a atuar nos 17 ODS propostos pelo ONU.



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



Como resultado da forte atuação no Comitê Guandu, destacam-se as seguintes realizações estratégicas para a CEDAE:

**Atualização do Plano de Contingência para abastecimento de água**  
O Plano de Contingência para Abastecimento de Água (Guandu) está sendo revisado e atualizado pelo Comitê Guandu em decorrência da parceria da CEDAE com o colegiado. O documento técnico contém diretrizes integradas para lidar com emergências ambientais que ameacem o abastecimento público. O Plano é fundamental para segurança da operação, pois detalha os procedimentos operacionais a serem tomados pela CEDAE em cada caso de emergência. Abrange a prevenção, preparação, resposta, recuperação e mitigação de acidentes que possam poluir mananciais superficiais, especialmente na área de contribuição hidrográfica do sistema de captação da ETA Guandu, considerando também a dependência da transposição de água de outras bacias.

**PMMA**  
O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim entregou os Planos Municipais de Mata Atlântica a 12 municípios em 2023. Os Planos visam proteger, recuperar e usar de forma sustentável a Mata Atlântica, trazendo benefícios ambientais e sociais.

Os documentos identificam áreas de vegetação nativa remanescente, causas de desmatamento e formas sustentáveis de uso da vegetação, considerando inclusive os benefícios ecossistêmicos relacionados à promoção da segurança hídrica. São também instrumentos técnicos importantes para a operação do sistema, com fortalecimento da infraestrutura verde e melhoria da qualidade e quantidade de água.

**Sanear Guandu**  
O Sanear é o maior programa de saneamento rural do país. Realizado pelo Comitê Guandu e desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com operacionalização da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). O programa busca evitar o descarte de 10 milhões de litros de esgoto por dia em rios que drenam para o Rio Guandu e nele próprio, melhorando a qualidade da água captada pelo sistema Guandu-Lameirão.

Até o fim de 2023, mais de R\$ 31,2 milhões foram aplicados no Sanear Guandu, beneficiando 21.280 pessoas nos municípios de Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Piraí, Queimados, Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Rio de Janeiro e Seropédica, estratégicos para o processo de universalização do saneamento na região.

**Observatório da Bacia**  
A execução deste projeto de monitoramento, modelado pelo Comitê Guandu, foi aprovada em 2023, trazendo a integração de mais de 106 estações de monitoramento estrategicamente distribuídas nas bacias para gerar dados sobre toda a região. As estações vão garantir informações precisas sobre diversos parâmetros hidrometeorológicos, desde pluviometria até a qualidade da água. O monitoramento permitirá uma avaliação detalhada das condições das bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim. A rede modelada integra estações de monitoramento já existentes, somando a elas 88 novas estações e ampliando significativamente a cobertura do monitoramento na região, o que permitirá uma resposta rápida a qualquer alteração nas condições dos recursos hídricos.

**12.6 Adesão ao Portal da Mantiqueira**  
Para trazer transparência e visibilidade aos plantios realizados, a CEDAE instituiu em 2023 a utilização de ferramenta que integra dados ambientais, resultados dos projetos e banco de áreas para restauração, o "Portal da Mantiqueira - TNC" (<https://conservadordamantiqueira.org/portal>).

O Portal viabiliza o registro e o acompanhamento dos resultados do Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina, bem como os esforços para a regularização de obrigações legais ambientais, garantindo o acompanhamento de todas as ações de restauração ambiental da Companhia. Além disso, respalda as ações e evita sobreposição com outros projetos ambientais no Estado.

A utilização do Portal da Mantiqueira também permite o acompanhamento dos resultados dos programas e projetos executados pela CEDAE por órgãos de controle e toda a sociedade.

**Ações de Inovação Socioambiental**

e 28 de julho.  
48 anos CEDAE  
Evento de celebração dos 48 anos da CEDAE com a realização de workshop e exposição de fotos da CEDAE. O debate teve como objetivo resgatar parte da história da CEDAE, destacando os principais avanços e conquistas do setor de saneamento e expectativas futuras. A história da CEDAE também foi tema da exposição de fotos que reuniu marcos importantes em uma linha do tempo desde sua construção até os dias atuais.

**Mulheres e Infraestrutura**  
No mês de maio, o evento "Mulheres & Infraestrutura" contou com a participação de 150 colaboradores e 24 mulheres artesãs do Estácio, e teve como convidadas a professora Camila Fernandes, da Universidade Federal da Bahia, oriunda do Morro do São Carlos e pesquisadora da temática da igualdade de gênero, e a gerente do Sistema Imunana-Laranjal, Elisa Silva.

**1ª Semana de Biodiversidade e de Mata Atlântica da CEDAE**  
Evento com os colaboradores da CEDAE ligados ao meio ambiente para celebração do dia da Biodiversidade e do dia da Mata Atlântica, ocorrido entre os dias 22 e 26 de maio.

**1ª Semana do Meio Ambiente da CEDAE**  
Evento com os colaboradores da CEDAE em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Em 5 de junho houve plantio de mudas em Queimados, às margens do Rio Guandu, com a participação de estudantes de duas escolas municipais e das secretarias de Meio Ambiente e Educação do município. No dia 7 de junho, no Palácio Guanabara, foi lançado o Programa de Restauração do Corredor Tinguá-Bocaina.

**Semna da Árvore**  
Ações para sensibilizar colaboradores da empresa, a sociedade civil e demais setores da sociedade sobre a relevância das árvores e a necessidade de preservá-las.

• 21/09/2023: Início do Plantio de mudas no Parque do Curió, em Paracambi, marcando o início do Programa do Corredor Tinguá-Bocaina no município.

• 29/09/2023: Evento interno com exposição de fotos selecionadas da artista Thamys Trindade (Exposição Fotográfica Biomas/25 anos WWF-Brasil), pintura coletiva com o artista Jambeiro e entrega de brindes.

• Roda de conversa "Árvore, Biomas e Ancestralidade", com participação de integrantes do programa Replantando Vida, da produtora de conteúdo audiovisual com foco em meio ambiente Thamys Trindade e da indígena Niara do Sol.

Novembro da Negritude: aquilomar-se é resistência!  
Em alusão ao Dia da Consciência Negra, a CEDAE promoveu em 24 de novembro uma roda de conversa com integrantes do Quilombo do Camorim, localizado em uma das maiores florestas urbanas do mundo e um importante local de conservação da biodiversidade, o Parque Estadual da Pedra Branca.

**1.2 Fomento à Inovação - Projeto IAGuas**  
A CEDAE firmou parceria com duas startups VM9 e NOAH e participou do Edital de Seleção Pública de Subvenção Econômica à Inovação, promovido pela FINEP, no Projeto IAGuas, aprovado em 1º lugar na categoria Cidades Inteligentes. O IAGuas visa aplicar a Inteligência Artificial para a gestão integrada de recursos hídricos, buscando desenvolver sistema de monitoramento inteligente da qualidade da água, com foco na identificação de anormalidades em mananciais e ETAs. Isso propiciará a tomada de decisões antecipadas que garantam a segurança hídrica com sustentabilidade econômica. O sistema será demonstrado no ambiente operacional da ETA Guandu.

Um acordo firmado com as startups prevê propriedade intelectual no percentual de 24,9% a favor da CEDAE. Em dezembro de 2023, a Companhia realizou o aporte da contrapartida financeira de R\$314.517,00, dando início à fase de execução do projeto.

**2.3 Fomento à Inovação - Programa BlueRio**  
Em 2023, a CEDAE aderiu ao Programa Blue Rio em busca de soluções inovadoras aos seus desafios operacionais. O Programa visa promover o desenvolvimento sustentável e a inovação no Estado do Rio mediante parceria entre a Seas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a consultoria Beta-i Brasil, para atrair startups com soluções inovadoras para o setor da Economia Azul. Além da CEDAE, participaram também outras empresas, como Galp, Oceanpact, Porto Sudeste, Vibra Energia, Águas do Rio, Porto do Açú e Wilson Sons."

As startups foram classificadas pela Companhia. A CONFIRM 8 idealiza o fornecimento de aplicativos e plataforma web que absorverão todas as regras do negócio do cliente, adicionando automações e melhorias dos processos e garantindo melhor rastreabilidade e conformidade das informações coletadas, além do aumento da eficiência operacional. Sua aplicação está programada para ETA Laranjal.

A SCUBIC se propõe a criar uma plataforma inteligente de controle e otimização de redes de distribuição de água, utilizando algoritmos inteligentes e todos os dados disponíveis para prever as demandas de água e energia; e gerar comandos para controle de bombas, válvulas e variadores de velocidade que minimizem os custos de energia e água, maximizem eficiência das redes de abastecimento e diminuam as emissões de carbono.

Já a ALIGER planeja fornecer tecnologia de sensoriamento opto-fluídico para monitoramento e otimização de processos de coleta, distribuição e tratamento de água. O software integrará os dados em um ecossistema único, trazendo mais eficiência e promovendo o uso inteligente de recursos. Sua aplicação será desenvolvida no ambiente operacional da ETA Laranjal.

Por fim, a ORBITY propôs uma solução baseada em monitoramento de reservatórios e oceanos, combinando imagens de satélite, algoritmos de visão computacional e inteligência artificial. A tecnologia poderá ser usada por empresas que gerenciam reservatórios, empresas de saneamento básico, por portos, pela indústria petrolífera e para a pesca.

**1. Manancial**

O Centro de Inovação Socioambiental Manancial é um espaço que tem como missão fomentar a cultura da inovação entre os empregados, em um ambiente colaborativo de mais de mil metros quadrados com equipamentos inovadores em espaços modernos e disruptivos. A proposta é promover eventos internos e externos, reuniões e o desenvolvimento de soluções inovadoras por meio de projetos de ciência e tecnologia, além de fomentar eventos alinhados à Agenda 2030 da ONU, para discutir a preservação ambiental, segurança hídrica e soluções baseadas na natureza.

Além das diversas palestras, seminários, encontros realizados no espaço, em 2023 foram realizados editais de fomento à inovação

**1.1 Eventos/lançamentos coordenados ou apoiados pela área ESG**  
Colônias de férias  
Em parceria com o Instituto Meta Educação, a CEDAE promoveu ação de educação ambiental para crianças de 6 a 12 anos em situação de vulnerabilidade social, moradoras de áreas informais dos bairros Estácio e Cidade Nova. A Colônia de férias ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de julho em horário integral. As crianças participaram de oficinas e visitaram a ETA Guandu para aprender sobre cuidados com a água e matas ciliares. Uma segunda colônia de férias, para filhos de colaboradores, foi realizada nos dias 27

**Quadro de Indicadores – CEDAE**

1 - Base de Cálculo	2023			2022		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	3.199.564			3.068.990		
Resultado operacional (RO)	(36.773)			(521.597)		
Folha de pagamento (FP)	568.278			584.909		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FP</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FP</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	66.786	11,75	2,09	65.482	11,20	2,13
Encargos sociais compulsórios	183.616	32,31	5,74	192.161	33,85	6,26
Previdência privada	16.081	2,83	0,50	13.284	2,27	0,43
Saúde	271.448	47,77	8,48	198.440	33,93	6,47
Segurança e medicina no trabalho	784	0,14	0,02	813	0,14	0,03
Educação	2.795	0,49	0,09	2.809	0,48	0,09
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	738	0,13	0,02	149	0,03	0
Creches ou auxílio-creche	2.247	0,40	0,07	2.176	0,37	0,07
Participação nos lucros ou resultados	18.312	3,22	0,57	43.075	7,36	1,40
Outros- vale transporte	6.784	1,19	,21	5.273	0,90	0,17
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>569.591</b>	<b>100,23</b>	<b>17,80</b>	<b>523.662</b>	<b>89,53</b>	<b>17,06</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	2.786	(7,58)	0,09	2.785	(0,53)	0,09
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	1.763.855	(4796,60)	55,13	1.886.958	(361,77)	61,48
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>1.766.641</b>	<b>(4804,18)</b>	<b>55,22</b>	<b>1.889.744</b>	<b>(362,30)</b>	<b>67,94</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	185.963	(505,71)	5,81	195.228	(37,43)	6,36
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>1.952.604</b>	<b>(5309,88)</b>	<b>61,03</b>	<b>2.084.972</b>	<b>(399,73)</b>	<b>67,94</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	406.661	(1105,87)	12,71	331.083	(63,47)	10,79
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>406.661</b>	<b>(1105,87)</b>	<b>12,71</b>	<b>331.083</b>	<b>(63,47)</b>	<b>10,79</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( x ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( x ) cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período	2.926			3.190		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) com remuneração superior a dois salários mínimos	2.926			3.190		
Nº de empregados(as) com idade inferior a 18 anos	0			0		
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na organização	2.790			2.991		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			72		
Nº de estagiários(as)	246			234		
Nº de jovens aprendizes	141			151		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.373			2.563		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	409			424		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,00			30,00		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	271			296		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,80			4,00		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	46			48		
Nº de apenados em ressocialização	730			493		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2023</b>					<b>Metas 2024</b>
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,8			9,8		
Número total de acidentes de trabalho	70			59		
FAP - Fator Acidental de Prevenção	1,08			1,08		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( x ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( x ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( x ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( x ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve na empresa	( x ) apóia no Procon	( ) organiza e incentiva na Justiça	( ) não se envolve na empresa	( x ) apóia no Procon	( ) organiza e incentiva na Justiça
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	3.363	878	1.654	2.522	659	1.241
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	99,63%	51,6%	69%	100%	76,6%	82,8%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 1.797.421			Em 2022: 1.446.441		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	18% governo 6% acionistas	47% colaboradores (as) 11% terceiros 18% retido		22% governo 13% terceiros	64% colaboradores (as) 0% retido	1% acionistas
<b>7 - Outras informações</b>						
1)	A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB.					
2)	A CEDAE não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.					
3)	A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.					

Responsável pela elaboração do Balanço Social: Renato Ferreira Coelho

Tel: (021) 2332-3671 e-mail: renato.f.coelho@cedae.com.br



**Vibra Energia S.A.**  
Companhia Aberta

CNPJ/ME: 34.274.233/0001-02 - NIRE: 33.3.0001392-0

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2024**

**1. Data, Local e Hora:** Aos 05 do mês de abril, do ano de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Vibra Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques, nº 250, Cidade Nova, CEP 20.211-140. **2. Convocação e Quórum de Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Sergio Agapito Lires Rial**; e Secretária: **Flávia Rita Raduswesi Quintal Tanabe**. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a 6ª (sexta) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em até 2 (duas) séries, para distribuição pública ("Debêntures"), sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais ("Emissão"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e à implementação da Oferta, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, o "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em até 2 (duas) séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, destinada a Investidores Profissionais, da Vibra Energia S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 (respectivamente "Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão"), e o "Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, destinada a Investidores Profissionais, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em até 2 (Duas) Séries, da 6ª (Sexta) Emissão da Vibra Energia S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores (conforme definido abaixo) ("Contrato de Distribuição"); e (iii) a autorização à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, celebrar todos os documentos e eventuais aditamentos, praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, tais como: (a) a discussão e negociação dos termos e condições das Debêntures, bem como o detalhamento dos termos e condições a serem aprovados; (b) a prática dos atos necessários à assinatura da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como a assinatura de todos os demais documentos e seus eventuais aditamentos necessários à Emissão; (c) à contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e demais prestadores de serviços relacionados com as operações acima descritas; (d) a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), à CVM e quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação e divulgação da Emissão, e das demais matérias tratadas nos incisos (i) e (ii) acima, e (e) ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Análises e discussões das matérias constantes da ordem do dia, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: I. Autorizar a realização da Emissão e a celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão: (a) **Número da Emissão:** a Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Companhia; (b) **Valor Total da Emissão:** sujeito ao Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), o valor total da Emissão será inicialmente de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"), observado que o Valor Total da Emissão poderá ser acrescido em razão do exercício total ou parcial do Lote Adicional (conforme abaixo definido); (c) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em até 2 (duas) séries (em conjunto, "Séries" ou individual e indistintamente, "Série"). A alocação das Debêntures entre as Séries da Emissão ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, sendo que, a quantidade de Debênture emitida em cada uma das Séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures, definindo a quantidade a ser alocada na outra Série, de forma que a soma das Debêntures alocadas em cada uma das Séries efetivamente emitida deverá corresponder à quantidade total de debêntures objeto da Emissão ("Sistema de Vasos Comunicantes"). A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série será definida conforme Procedimento de *Bookbuilding*; (d) **Destinação dos Recursos e Caracterização como Debêntures de Transição Verde:** A Companhia definiu algumas categorias de investimentos de transição verde com o intuito de contribuir com a agenda climática. Nesse sentido, o valor equivalente a totalidade dos recursos líquidos captados com a Emissão será destinado para investimentos, pagamentos futuros e/ou reembolsos em Investimentos Elegíveis Verdes de Transição (conforme definido abaixo), para fins de enquadramento das Debêntures como "Debêntures de Transição Verde". No âmbito da Escritura de Emissão, serão considerados "Investimentos Elegíveis Verdes de Transição" os projetos, ativos e/ou investimentos que possuem impacto positivo, estejam alinhados à estratégia e propósito da Companhia, e que tenham sido realizados até 24 (vinte e quatro) meses antes da Data da Emissão ou até 36 (trinta e seis) meses após a Data de Emissão, conforme previsto no item 6.1 do Framework de Transição Verde da Companhia, de fevereiro de 2024 disponível no site <https://ri.vibraenergia.com.br/esgf/> ("Framework"). A Companhia poderá considerar investimentos ou gastos relacionados à transição climática, que atendam aos critérios de elegibilidade descritos no Framework, realizados pela Companhia e/ou quaisquer de suas controladas e/ou coligadas, inclusive, mas não se limitando, para aquisição de participação societária em empresas com foco em energia renovável. Os Investimentos Elegíveis Verdes de Transição serão enquadrados nas seguintes categorias: (i) energia renovável, (ii) eficiência energética, (iii) transporte limpo, (iv) edifícios verdes e/ou (v) mitigação às mudanças climáticas e soluções de adaptação ("Categorias de Transição"). Nos termos do Framework, a Companhia entende que as Categorias de Transição contribuem ao seu plano de descarbonização, por meio (i) do fortalecimento do portfólio atual da Companhia de forma mais sustentável; (ii) da criação de negócios em novos vetores de crescimento e (iii) do investimento gradual em inovações alinhadas com a agenda climática. O Framework que ampara essa Emissão, e a Destinação de Recursos selecionada pela Companhia estão em linha (a) com o *Climate Transition Finance Handbook* e o *Green Bond Principles* de 2023, ambos publicados pela *International Capital Markets Association* ("ICMA") e (b) o *Green Loan Principles* de 2023 conforme desenvolvido de forma conjunta pela *Loan Market Association*, *Loan Syndications and Trading Association* e a *Asia Pacific Loan Market Association* em 2023 ("Princípios de Transição Verde"). (e) **Colocação, Plano de Distribuição e Público-Alvo:** as Debêntures serão objeto de oferta pública, registrada sob o rito de registro automático de distribuição, com dispensa de análise prévia, destinada exclusivamente à subscrição por Investidores Profissionais (conforme definição a ser prevista na Escritura de Emissão), nos termos do disposto na Resolução CVM 160, com a intermediação de instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores") sendo uma delas a instituição financeira líder ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme para o Valor Total da Emissão (ressalvado o Lote Adicional que, caso emitido, total ou parcialmente, será distribuído em regime de melhores esforços), de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, no limite da participação estabelecida para cada Coordenador no Contrato de Distribuição, em Sistema de Vasos Comunicantes, nos termos do Contrato de Distribuição. O plano de distribuição da Oferta seguirá o procedimento descrito na Resolução CVM 160 e no Contrato de Distribuição. (f) **Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de *Bookbuilding*):** Será adotado o procedimento de coleta de intenções

de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação da demanda pelas Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*") de forma a definir, de comum acordo com a Companhia: (i) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série; (ii) a Remuneração das Debêntures da Segunda Série; (iii) o número de Séries da Emissão; (iv) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série da Emissão, conforme Sistema de Vasos Comunicantes; e (v) colocação, ou não, das debêntures adicionais, nos termos do Lote Adicional, bem como a(s) respectiva(s) série(s) na(s) qual(is) será(ão) alocada(s) estas debêntures adicionais e, consequentemente, o valor total da Oferta. (g) **Data de Emissão das Debêntures:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 05 de abril de 2024 ("Data de Emissão"); (h) **Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira data de integralização das Debêntures de cada Série ("Data de Início da Rentabilidade"); (i) **Forma, Tipo e Comprimento da Titularidade das Debêntures:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares e certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no B3, conforme o caso, será expedido por esta entidade em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (j) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (k) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos da Escritura de Emissão e nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; (l) **Prazo e Data de Vencimento:** observados os demais termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, (I) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de abril de 2031 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (II) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, vencendo-se, portanto, em 05 de abril 2034 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"), e em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, as "Datas de Vencimento"; (m) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (n) **Quantidade de Debêntures Emitidas:** serão emitidas 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures, sem considerar o Lote Adicional. A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*; (o) **Lote Adicional:** a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) em qualquer uma das Séries, ou seja, em até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Lote Adicional"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; (p) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização ("Primeira Data de Integralização") e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, para as Debêntures que não forem integralizadas na Primeira Data de Integralização da respectiva Série, estas deverão ser integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série até a data da sua efetiva integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição delas, a exclusivo critério dos Coordenadores, em comum acordo, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva Série integralizadas em uma mesma data; (q) **Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (r) **Remuneração:** Remuneração das Debêntures da Primeira Série: sujeito ao Procedimento de *Bookbuilding*, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, acrescida de *spread* (sobretaxa) de até 1,0700% (um inteiro e setecentos décimos de milésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), até a data de pagamento da Remuneração em questão (exclusive), data de pagamento decorrente de vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) ou Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido), que ocorrer primeiro, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: sujeito ao Procedimento de *Bookbuilding*, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, acrescida de *spread* (sobretaxa) de até 1,2500% (um inteiro e dois mil e quinhentos décimos de milésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"), e em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a "Remuneração". A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em questão (exclusive), data de pagamento decorrente de vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total, resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou Aquisição Facultativa, que ocorrer primeiro, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (s) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 05 de abril de 2030 e a segunda parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"), observados os demais termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 05 de abril de 2032, a segunda parcela devida em 05 de abril de 2033 e a terceira parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), sendo, em conjunto com as Datas de Amortização das Debêntures da Primeira Série, cada uma, uma "Data de Amortização"; (t) **Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total, resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou Aquisição Facultativa, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão (i) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, sem carência, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de outubro de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 05 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sem carência, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de outubro de 2024, e os demais

pagamentos devidos sempre no dia 05 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série", e quando em conjunto com Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série "Data de Pagamento da Remuneração"); (u) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de (i) 06 de abril de 2027 (inclusive), em relação às Debêntures da Primeira Série; e (ii) 06 de abril de 2028 (inclusive) em relação às Debêntures da Segunda Série, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série a ser resgatada, conforme o caso) das Debêntures da respectiva Série, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da respectiva Série calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série a ser resgatada, conforme o caso) das Debêntures da respectiva Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iii.a) prêmio das Debêntures da Primeira Série equivalente a 0,3000% (três mil décimos de milésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, incidente sobre (a) e (b) acima ("Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série"); e (iii.b) prêmio das Debêntures da Segunda Série equivalente a 0,3000% (três mil décimos de milésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, incidente sobre (i) e (ii) acima ("Prêmio de Resgate das Debêntures da Segunda Série"); calculado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures; (v) **Amortização Extraordinária:** não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial das Debêntures; (w) **Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures de uma Série, endereçada a todos os Debenturistas da respectiva Série, sendo assegurado a todos os Debenturistas da respectiva Série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago aos Debenturistas da respectiva Série será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, acrescido (i) da Remuneração da respectiva Série calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade da respectiva Série, ou a Data do Pagamento da Remuneração da respectiva Série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures da respectiva Série objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e (ii) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão; (x) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, observado o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com este item poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da respectiva Série. A possibilidade da Companhia de realizar a Aquisição Facultativa da totalidade das Debêntures, está condicionada à apresentação, pela Companhia ao Agente Fiduciário, do Relatório Extraordinário de Alocação nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; (y) **Vencimento Antecipado:** as Debêntures e todas as obrigações que constarão da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas (de forma automática ou não automática), observados eventuais prazos de cura que vierem a ser descritos na Escritura de Emissão, pelo qual se exigirá da Companhia o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, o Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento em decorrência do vencimento antecipado, e de eventuais Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer das hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão ("Hipóteses de Vencimento Antecipado"), cujas exceções, prazos de cura, indicadores de valores (*threshold*), bem como incidência automática ou não, entre outros aspectos, serão negociados e estabelecidos, pela Diretoria da Companhia, na própria Escritura de Emissão; (z) **Depósito para Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente no B3; (aa) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (bb) **Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (cc) **Classificação de Risco:** será contratada, como agência de classificação de risco da Oferta, a Moody's America Latina Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá uma classificação de risco (rating) às Debêntures, em escala nacional, até a divulgação do Aviso ao Mercado; e (dd) **Demais características:** as demais características e condições da Emissão e das Debêntures serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. II. O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a celebrar todos os documentos e eventuais aditamentos, a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, tais como: (a) a discussão e negociação dos demais termos e condições das Debêntures, bem como o detalhamento dos termos e condições aprovados acima; (b) a prática dos atos necessários à assinatura da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como a assinatura de todos os demais documentos e seus eventuais aditamentos necessários à Emissão; (c) à contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e demais prestadores de serviços relacionados com as operações acima descritas; e (d) a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à B3, à CVM e quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação e divulgação da Emissão. III. Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento, Lavratura e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Mesa: Sergio Agapito Lires Rial** - Presidente; e **Flávia Rita Raduswesi Quintal Tanabe** - Secretária. **Conselheiros Presentes:** Clarissa de Araujo Lins, David Zylbersztajn, Fabio Schvartsman, Mateus Afonso Bandeira, Nildemar Secches, Pedro Santos Ripper e Walter Schalka. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024. **Mesa:** Sergio Agapito Lires Rial - Presidente. Flávia Rita Raduswesi Quintal Tanabe - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 09/04/2024 sob o número 00006171647 e demais constantes do termo de autenticação. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**BLUE TERMINALS DEEP WATERS S.A. - ZMAX GROUP**

CNPJ: 47.209.667/0001-62

Balço Patrimonial (em Reais)			Demonstração do Resultado (em Reais)		
	2023	2022	2023	2022	2022
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.750,95	40,72	Fornecedores	23.353,11	-
Contas a Receber	2.891.838,60	-	Obrigações Tributárias	1.055.276,03	485,70
Adiantamento a Fornecedores	6.035,21	0,05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-	-
Impostos e Contribuições a Recuperar	0,05	-	Adiantamento de Clientes	-	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>2.901.624,81</b>	<b>40,77</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.078.629,14</b>	<b>485,70</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			<b>Passivo Não Circulante</b>		
Partes Relacionadas	1.304,80	-	Partes Relacionadas	294.391,02	4.494,64
Partes não Relacionadas	-	-	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>294.391,02</b>	<b>4.494,64</b>
Imobilizado	-	-	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.304,80</b>	<b>-</b>	Capital Social	10.000,00	10.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.902.929,61</b>	<b>40,77</b>	Reserva Legal	2.000,00	-
			Lucros/(Prejuízos) Acumulados	1.517.909,45	(14.939,57)
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.529.909,45</b>	<b>(4.939,57)</b>
			<b>Total do Passivo</b>	<b>2.902.929,61</b>	<b>40,77</b>
<b>Bruno Luciano Fardin</b> Diretor Executivo - CPF: 053.864.527-03			<b>Alessandra Magalhães da Silva</b> Contadora - CRC-RJ - 114724/O-7		
			<b>Receita Bruta</b>		
			Receita Bruta	2.891.838,60	-
			Impostos	(278.563,54)	-
			<b>Receita Líquida Venda</b>	<b>2.613.275,06</b>	<b>-</b>
			Custo das Mercadorias e Serviços Prestados	-	-
			<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.613.275,06</b>	<b>-</b>
			Despesas com Pessoal	(115.038,00)	-
			Despesas com Serviços de Terceiros	(155.112,23)	(11.942,30)
			Despesas Gerais e Administrativas	(49.669,63)	(1.721,41)
			Despesas Tributárias	(2.977,55)	(1.276,71)
			Depreciação e Amortização	-	-
			Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-
			<b>Resultado Líquido Operacional</b>	<b>2.290.477,55</b>	<b>(14.940,42)</b>
			Despesas Financeiras	(1.197,48)	-
			Receitas Financeiras	13,91	0,85
			<b>Resultado Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>2.289.293,98</b>	<b>(14.939,57)</b>
			IRPJ/CSLL	(754.444,96)	-
			<b>Resultado do Exercício</b>	<b>1.534.849,02</b>	<b>(14.939,57)</b>



**HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 40.159.947/0001-64 - NIRE 33.3.0033640-1

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2023. 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 13 de novembro de 2023, às 14h30, na sede da HMOBI Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 2000, Centro, CEP 20210-031, com a participação remota de conselheiros, conforme faculta o art. 15 do Estatuto Social. **2. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Breno Ricardo Toshio Nakai e secretariados pela Sra. Amanda Passos de Moraes. **3. Convocação e Presença:** Convocação realizada em conformidade com o artigo 15, § 1º, do Estatuto Social, estando presentes os (i) **Conselheiros:** Srs. Leonardo Armando Yamamoto (por manifestação de voto), Breno Ricardo Toshio Nakai, Alexandre José Bamberg de Noronha, Rubens José Della Volpe, Stefano Pelosof e Gilmar Dalilo Cezar Wanderley ("Conselho"); (ii) **Convidados:** Srs. Guilherme Walder Mora Ramalho, Herbert Quirino, Igor de Moraes Araruna Zibordi e Daniel Habib Ribeiro Coutinho, membros da Diretoria da Companhia; Sr. Victor Bandeira de Melo Bosca, Coordenador do Comitê de RH e Remuneração e Comitê Financeiro e de Investimentos; Srs. Rodrigo Albuquerque e Gustavo Rosseto, na qualidade de representantes da Mazars Auditores Independentes; e os Srs. Daniel Azevedo, Sandra Guedes, Amanda Passos, funcionários da Companhia. **4. Ordem do Dia:** (i) Assunto para deliberação: (i.1) Aprovar as informações financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente ("3º ITR/2023"). **5. Assuntos e Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Após o exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto e tomada a seguinte deliberação: **5.1 Assunto para deliberação: 5.1.1. Aprovar as informações financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente ("3º ITR/2023").** O Sr. Herbert Quirino apresentou os resultados e destaques do terceiro trimestre do exercício social de 2023 e esclareceu as dúvidas levantadas. Em seguida, os auditores independentes realizaram apresentação sobre o processo de auditoria, escopo do trabalho, assuntos relevantes, e ao final apresentaram suas conclusões sem ressalvas. Após exame e discussão, o Conselho aprovou o 3º ITR/2023, por unanimidade dos presentes, cuja divulgação será oportunamente realizada na forma e prazos da legislação aplicável, concluindo que o documento, em todos os seus aspectos relevantes, está adequadamente apresentado. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** Breno Ricardo Toshio Nakai - Presidente; e Amanda Passos de Moraes - Secretária. **Conselheiros:** Srs. Leonardo Armando Yamamoto (por manifestação de voto), Breno Ricardo Toshio Nakai, Alexandre José Bamberg de Noronha, Rubens José Della Volpe, Stefano Pelosof e Gilmar Dalilo Cezar Wanderley. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2023. **Secretária - Amanda Passos de Moraes.** JUCERJA nº 5926559 em 07/12/2023.

**HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 40.159.947/0001-64  
NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

**Extrato dos Itens "5.1.1", "5.1.2" e "5.2.5" da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2023.** Na qualidade de secretária da reunião do Conselho de Administração da HMOBI Participações S.A. ("Companhia"), realizada no dia 12/05/2023, às 09h30min, na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 2000, Centro, CEP 20210-031, com a participação remota de conselheiros, Certifico que os itens "5.1.1", "5.1.2" e "5.2.5" da ordem do dia, que tratam, respectivamente, sobre "Aprovar as informações financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente ("1º ITR/2023)"; "Aprovar a distribuição, entre os administradores, da remuneração global da Companhia aprovada no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023"; e "Tomar conhecimento da comunicação do Sr. João Ernesto de Lima Mesquita, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, a respeito do declínio de sua indicação ao Conselho de Administração da Companhia" têm a seguinte redação: **"5.1.1. Aprovar as informações financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente ("1º ITR/2023)":** Os Srs. Herbert Quirino e Guilherme Ramalho apresentaram os destaques do trimestre, incluindo o aumento da demanda, o reajuste tarifário e a implementação da tarifa social. Apresentaram, ainda, o desempenho financeiro e operacional, bem como o balanço patrimonial e DRE. Em seguida, os auditores independentes realizaram apresentação sobre o processo de auditoria, escopo do trabalho, assuntos relevantes, e ao final apresentaram suas conclusões sem ressalvas. Após exame e discussão, o Conselho aprovou o 1º ITR/2023, cuja divulgação será oportunamente realizada, na forma e prazos da legislação aplicável, concluindo que o documento, em todos os seus aspectos relevantes, está adequadamente apresentado. **5.1.2. Aprovar a distribuição, entre os administradores, da remuneração global da Companhia aprovada no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023:** O Conselho aprovou a distribuição, entre os administradores, da remuneração global da Companhia, aprovada no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023, nos termos da proposta da administração, a qual fica arquivada na sede da Companhia. (...) **5.2.5 Tomar conhecimento da comunicação do Sr. João Ernesto de Lima Mesquita, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, a respeito do declínio de sua indicação ao Conselho de Administração da Companhia:** O Conselho tomou conhecimento da comunicação do Sr. João Ernesto de Lima Mesquita, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, a respeito do declínio de sua indicação ao Conselho de Administração da Companhia por motivos particulares." Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Leonardo Armando Yamamoto, Breno Ricardo Toshio Nakai (por manifestação de voto), Alexandre José Bamberg de Noronha, Rubens José Della Volpe, Stefano Pelosof, Ana Beatriz de Oliveira Castro Gallardo e Gilmar Dalilo Cezar Wanderley. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2023. **Amanda Passos de Moraes - Secretária.** JUCERJA nº 5518024 em 07/06/2023.

**HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 40.159.947/0001-64  
NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

**Extrato do Item 5.1 da Ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 10 de novembro de 2023.** Na qualidade de secretária da reunião do Conselho Fiscal da HMOBI Participações S.A. ("Companhia"), realizada no dia 10/11/2023, às 14h30min, de forma exclusivamente digital, nesta data, que o item "5.1" da ordem do dia, que trata sobre "Examinar e opinar sobre as informações financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos Auditores Independentes ("3º ITR/2023)", tem a seguinte redação: **"5.1. Examinar e opinar sobre as informações financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos Auditores Independentes ("3º ITR/2023)":** Os Srs. Herbert Quirino e Daniel Azevedo apresentaram os resultados e destaques do terceiro trimestre do exercício social de 2023 e esclareceram as dúvidas levantadas. Em seguida, os Auditores Independentes realizaram apresentação sobre o processo de auditoria, escopo do trabalho, assuntos relevantes do trimestre e ao final apresentaram suas conclusões sem ressalvas. Após exame e discussão, os membros do Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente ao 3º ITR/2023, consignando que com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos prestados pela administração e pelos Auditores Independentes, e à vista do relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que indique que as informações do 3º ITR/2023 não estejam em condições de serem divulgadas." Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e apostas as assinaturas dos senhores: Marcelo Amarel Moraes, Tiago Curi Isaac e Eslei José Moraes. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023. **Amanda Passos de Moraes - Secretária.** JUCERJA nº 5927268 em 07/12/2023.

**HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 40.159.947/0001-64  
NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

**Extrato do Item "5.1.1" da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2023.** Na qualidade de secretária da reunião do Conselho de Administração da HMOBI Participações S.A. ("Companhia"), realizada no dia 10/08/2023, às 09h30min, na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 2000, Centro, CEP 20210-031, com a participação remota de conselheiros, CERTIFICADO que o item "5.1.1" da ordem do dia, que trata sobre "Aprovar as informações financeiras da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente ("2º ITR/2023)", tem a seguinte redação: **"5.1.1. Aprovar as informações financeiras da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente ("2º ITR/2023)":** O Sr. Herbert Quirino apresentou os resultados e destaques do segundo trimestre do exercício social de 2023 e esclareceu as dúvidas levantadas. Em seguida, os auditores independentes realizaram apresentação sobre o processo de auditoria, escopo do trabalho, assuntos relevantes, e ao final apresentaram suas conclusões sem ressalvas. Após exame e discussão, o Conselho aprovou o 2º ITR/2023, cuja divulgação será oportunamente realizada, na forma e prazos da legislação aplicável, concluindo que o documento, em todos os seus aspectos relevantes, está adequadamente apresentado." Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Leonardo Armando Yamamoto, Breno Ricardo Toshio Nakai, Rubens José Della Volpe, Stefano Pelosof, Ana Beatriz de Oliveira Castro Gallardo, Gilmar Dalilo Cezar Wanderley e Alexandre José Bamberg de Noronha. Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2023. **Amanda Passos de Moraes - Secretária.** JUCERJA nº 5663665 em 31/08/2023.

**HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 40.159.947/0001-64  
NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

**Extrato do Item "5.2.1" da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2023.** Na qualidade de secretária da reunião do Conselho de Administração da HMOBI Participações S.A. ("Companhia"), realizada no dia 31/07/2023, às 09h30min, na sede da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 2000, Centro, CEP 20210-031, com a participação remota de conselheiros, Certifico que o item "5.2.1" da ordem do dia, que trata sobre "Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Rafael Soares Ribeiro de Castro, ao cargo de membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance" tem a seguinte redação: **"5.2.1. Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Rafael Soares Ribeiro de Castro, ao cargo de membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance:** O Conselho tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Rafael Soares Ribeiro de Castro, ao cargo de membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, nos termos da carta de renúncia datada de 14 de julho de 2023, arquivada na sede da Companhia." Presente os membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Breno Ricardo Toshio Nakai, Leonardo Armando Yamamoto (por manifestação de voto), Rubens José Della Volpe, Stefano Pelosof, Ana Beatriz de Oliveira Castro Gallardo (por manifestação de voto) e Gilmar Dalilo Cezar Wanderley. Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023. **Amanda Passos de Moraes - Secretária.** JUCERJA nº 5665496 em 01/09/2023.

**CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.**  
CNPJ Nº 18.201.378/0001-19 - NIRE Nº 33.3.0030772-9  
**ATA DA 174ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 21 de março de 2024, às 10:00 horas, por de forma híbrida, presencial e por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo quarto do artigo 9º do Estatuto Social da Concessionária do VLT Carioca S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO:** Convocação realizada nos termos do artigo 9º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESENÇA:** Reunião devidamente instalada, nos termos do artigo 9º, parágrafos terceiro e quarto do Estatuto Social, de forma híbrida, presencial e por videoconferência, mediante o uso do aplicativo Zoom, com a participação dos Srs. Ary Azevedo Franco Neto, Marcio Magalhães Hannas, Roberto Penna Chaves, Roberto Labarthe Vollmer, Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo Rebehy e Marcus Vinicius Figur da Rosa. Registrada, ainda, a participação dos Srs. Silvia Bressan, Gustavo Vasconcellos, Tiago Terra, Fernanda Fonseca Reginato Borges, Rafael Valente Latorre, Tatiana Gastardello e Rosana Carvalho. **4. MESA:** Presidente: Ary Azevedo Franco Neto. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a celebração de Contrato de Parceria com o Instituto CCR ("ICCR") e o Instituto Sessub ("Sessub"), para a realização de ações mensais do Programa Caminhos para a Saúde pelo ICCR na Vila Olímpica da Gamboa, área priorizada pela Concessionária; (ii) as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("DF's 2023"), a serem submetidas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária; e (iii) a apuração das metas da Concessionária relativas ao exercício de 2023, nos termos da PD - CAD 009/2024 - VLT. **6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas as matérias para deliberação constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram: **6.1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PARceria COM O ICCR E O SESSUB, PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES MENSIS DO PROGRAMA CAMINHOS PARA A SAÚDE PELO ICCR NA VILA OLÍMPICA DA GAMBOA, ÁREA PRIORIZADA PELA CONCESSIONÁRIA.** Aprovar, registradas as abstenções dos Conselheiros indicados pela acionista CCR S.A., nos termos do artigo 10, alínea "n", do Estatuto Social da Companhia, a celebração, pela Companhia, de Contrato de Parceria com o ICCR e o Sessub, para a cessão de espaço não onerosa da Vila Olímpica da Gamboa, com a finalidade de realização mensal do Programa Caminhos para a Saúde na região da Concessionária. **6.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO PARECER EMITIDO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.** Manifestar-se, favoravelmente, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alíneas "d", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 19 de março de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea "xx" do Acordo de Acionistas, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"), e a respectiva convocação da AGO a ser realizada em data a ser designada. **6.3. APURAÇÃO DAS METAS DA CONCESSIONÁRIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2023.** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "z", do Estatuto Social da Companhia, a apuração das metas da Concessionária relativas ao exercício de 2023. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após conferida e validada por todos, foi encaminhada aos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Rio de Janeiro/RJ, 21 de março de 2024. **Mesa:** Ary Azevedo Franco Neto - Presidente, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária. **Membros:** Ary Azevedo Franco Neto, Roberto Penna Chaves Neto, Juliana Cristina R. Criscuolo Rebehy, Marcio Magalhães Hannas, Roberto Labarthe Vollmer, Marcus Vinicius Figur da Rosa [participação a distância]. JUCERJA nº 00006166411 em 05/04/2024 e Protocolo: 2024/00302508-3 em 03/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS**  
CNPJ/MF nº 33.644.865/0001-40 - NIRE nº 33300138820  
COMPANHIA FECHADA  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 27 de março de 2024, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada na Praça XV de Novembro, nº 21, Sobrado, bairro Centro, CEP 20.010-010, Rio de Janeiro/RJ. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais da Companhia, acompanhadas do relatório emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; e (iii) convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, conforme previsto no Artigo 16, alínea "l", do Estatuto Social da Companhia: (i) manifestar-se favoravelmente: (a) ao relatório da administração e às contas apresentadas pela Diretoria, bem como às demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, assim como à sua submissão à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; e (b) à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; e (ii) aprovaram a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Rio de Janeiro/RJ, 27 de março de 2024. **Assinaturas:** Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros:** (1) Marcio Magalhães Hannas; (2) Pedro Paulo Archer Sutter; (3) Roberto Penna Chaves Neto; e (4) Roberto Vollmer Labarthe. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCERJA nº 00006166347 em 05/04/2024 e Protocolo: 2024/00302516-4 em 03/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25/03/24: 1. Data, Horário e Local:** 25/03/24, às 14:00 horas, por meio de videoconferência, considerada realizada na sede do Grupo de Moda Soma S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 19 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"), nos termos do parágrafo único do artigo 13 do estatuto social da Companhia. A reunião contou, ainda, com a presença dos Srs. Gabriel Lobo e Rodrigo Martins, como executivos da Companhia, e da Sra. Pia Leocádia de Avellar Peralta, CRC RJ-101080/O, na qualidade de representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **3. Mesa:** Presidente: Marcel Sapir; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: 4.1. tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/23, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia; 4.2. registrar a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/23; 4.3. indicação de membros do Conselho de Administração para compor a chapa a ser indicada pelo Conselho de Administração para o próximo mandato, a concorrer na Assembleia Geral Ordinária; 4.4. convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/24, às 11:30 horas, conforme Edital de Convocação que consta como Anexo I à presente ata, para deliberar sobre: (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/23, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia; (ii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; e (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração de 2026; e (iv) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/24. 4.5. manifestação, para fins do disposto no artigo 20, inciso XVII, do Estatuto Social, acerca das matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia. **5. Deliberações:** após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, ressalvas ou reservas, as seguintes deliberações: 5.1. depois de examinar os materiais relevantes, principalmente o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes, e o relatório com manifestação favorável do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia, a emissão e a publicação, na forma da lei, das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/23, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes, e do relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia, assim como sua submissão à Assembleia Geral da Companhia; 5.2. o registro do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31/12/23 no montante de R\$1.617.129.459,35 (um bilhão, seiscentos e dezessete milhões, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos), que será absorvido integralmente pela conta de Reservas de Lucros, Reserva Legal e de Capital da Companhia; 5.3. a proposta para fixação do número de membros do Conselho de Administração para o mandato que se inicia em 8 (oito) membros, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia, e a indicação das pessoas descritas na Proposta da Administração para compor a chapa de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, a concorrer na Assembleia Geral Ordinária; 5.4. nos termos da Proposta da Administração, a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/24 no montante de até R\$47.324.179,05 (quarenta e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e nove reais e cinco centavos); 5.5. consignar que, caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, seja proposta a remuneração dos seus membros nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das S.A.; 5.6. a convocação da Assembleia Geral Ordinária para realizar-se em 30/04/24, às 11:30 horas, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia; 5.7. nos termos da Proposta da Administração, a manifestação, para fins do disposto no artigo 20, inciso XVII, do Estatuto Social da Companhia, favorável à aprovação de todas as matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada nos termos do item 5.5 acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. RJ, 25/03/24. **Mesa:** Marcel Sapir; Fernanda Lessa Barreto de Freitas - Secretária. **Conselheiros Presentes:** Marcel Sapir; Roberto Luiz Jatayh Gonçalves; Fabio Hering; Marcello Bastos; Maria Laura Tarnow; Gisela Dantas Rodenburg; Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho; Ruy Kameyama. Jucerja nº 6172248 em 09/04/24.

**EDITAL DE CITAÇÃO** Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Silvia Regina Portes Criscuolo - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de São João de Meriti, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Presidente Lincoln, 857 CEP: 25555-200-Vilar dos Teles -São João de Meriti - RJ e-mail: sjm01vciv@tjrr.jus.br, tramitam os autos da Classe/ Assunto Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários/Direito Civil, de nº **0059943-14.2019.8.19.0054**, movida por **BANCO ITAUCARD S/A** em face de **Espólio de JACIRA FAUSTA DOS SANTOS**, seus herdeiros e/ou sucessores: **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, CPF: 013.669.497-73 (Viúvo) e **CINTIA DOS SANTOS GOMES**, CPF: 148.122.987-76 (Filha) objetivando citação da parte ré para responder os termos da presente ação. Assim, pelo presente edital **CITA** o réu **Espólio de JACIRA FAUSTA DOS SANTOS**, seus herdeiros e/ou sucessores: **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, CPF: 013.669.497-73 (Viúvo) e **CINTIA DOS SANTOS GOMES**, CPF: 148.122.987-76 (Filha) que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de São João de Meriti, 24 de agosto de 2023.

**EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.**  
CNPJ: 10.476.221/0001-94

**Convocação:** Ficam os Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 19/04/2024, às dez horas, na sede social da Companhia, situada à Rua da Assembleia, nº 10, sala 3611, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011-901, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação do relatório da administração, das contas da Diretoria e das demonstrações financeiras da Companhia e a destinação do lucro/prejuízo do exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) Aprovação da remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício de 2024; (iii) Aprovação, com efeitos retroativos, do Programa de Meta e de Participação nos Lucros e Resultados de 2023 da Companhia e de suas subsidiárias; e (iv) Assuntos diversos/encerramento. Diretoria

**Pro-Oftalmo Micro Cirurgia Ocular S/C Ltda.**  
CNPJ: 97.515.480/0001-65

**Editai de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Ficam convocados os senhores sócios da **Pro-Oftalmo Microcirurgia Ocular S/C Ltda.** ("Sociedade") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 29/04/2024, na sede da sociedade, na Rua Álvaro Ramos 550/60, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22280-110, com início às **10:00 horas**, em **primeira convocação**, com a presença de, no mínimo, três quartos do capital social e, em **segunda convocação**, às **10:30 horas**, com a presença de qualquer número de sócios, com a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (1) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (2) Deliberar sobre: (i) alienação das cotas em tesouraria; (ii) modificação do Contrato Social para refletir (a) a alienação de cotas pelo Sr. Sérgio Lessa ao Sr. Harald Emil Borna e (b) o ingresso na Sociedade dos herdeiros do sócio falecido Carluccio de Oliveira Andrade; (iii) proposta da Diretoria de alteração do Contrato Social para (a) redução do número de membros da Diretoria; (b) extinção do Conselho Científico da Sociedade; e (c) conversão da Sociedade em Sociedade Empresária Limitada. Informamos que os documentos da administração requeridos por lei estão disponíveis para consulta na sede social. Os sócios podem nomear procuradores com poderes específicos para representá-los na Assembleia Geral, por meio de procuração, com firma reconhecida, contemplando poderes para votar em nome do sócio outorgante na Assembleia. O referido instrumento deverá ser apresentado na própria Assembleia. Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2024, Harald Emil Borna - **Sócio Administrador**.

**AMERICA FOOTBALL CLUB**  
CNPJ Nº 33.898.610/0001-03

**Editai de Convocação da Eleição do Conselho Deliberativo Triênio 2024-2026** - O Presidente do Conselho Deliberativo do America Football Club, no uso de suas atribuições, convoca os sócios para a eleição do Conselho Deliberativo (triênio 2024/2026) a ser realizado em 30 de abril de 2024, terça-feira, no Tijuca Tênis Club, situado na Rua Conde de Bonfim nº 451, 3º andar, bairro Tijuca, Rio de Janeiro, no horário das 08:30h às 19:30h. Estarão aptos a votar os sócios: Proprietário, Proprietário Especial, Patrimonial, Emérito, Contribuinte Efetivo, Grande Benemérito e Benemérito, em dia com suas obrigações sociais. As diretrizes do processo eleitoral estão disponíveis no site oficial do Clube. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. **Ricardo Florentino Miguez de Mello** - Presidente do Conselho Deliberativo.

**CONCESSÃO DE LICENÇA**  
O Condomínio Residencial Viva Mais, CNPJ 34.003.452/0001-49, torna público que recebeu da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEMAM** através do processo nº 2023/043003, licença de Operação nº 010/2024 válida até 18/03/2029 para a Estação de Tratamento de esgoto, situado a Rua Tenório Cavalcanti, 180 - Vila Cátia - Nova Iguaçu - RJ





**XP COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.**  
CNPJ 34.475.373/0001-30

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas adotadas no Brasil.

**GESTÃO DE RISCOS**

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma

segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio de formalização de políticas, procedimentos e metodologia, consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

**POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de

25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da Lei nº 6.404/76, § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.  
São Paulo, 01 de abril de 2024

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

		BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>		<b>3.878.957</b>	<b>931.171</b>
Disponibilidades		226.243	7.807
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		<b>1.043.981</b>	<b>271.204</b>
Valor justo por meio do resultado		923.754	229.046
Títulos e valores mobiliários	4	9.104	229.046
Contratos de comercialização de energia		914.650	—
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>		<b>120.227</b>	<b>42.158</b>
Rendas a receber	6	120.227	42.158
<b>Outros ativos</b>		<b>2.608.733</b>	<b>652.160</b>
Impostos e contribuições a compensar		2.998	4.919
Adiantamento a fornecedores	7	2.605.393	647.190
Despesas antecipadas		342	51
<b>Não circulante</b>		<b>134.491</b>	<b>284.490</b>
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		<b>134.491</b>	<b>284.423</b>
Valor justo por meio do resultado		134.491	284.423
Títulos e valores mobiliários	4	96.571	1.656
Contratos de comercialização de energia	5	37.920	282.767
<b>Imobilizado de uso e intangível</b>		<b>—</b>	<b>67</b>
Total do ativo		<b>4.013.448</b>	<b>1.214.005</b>

		BALANÇO PATRIMONIAL	
Passivo	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>		<b>2.229.819</b>	<b>755.057</b>
Instrumentos financeiros passivos		1.885.955	736.431
Avaliados ao custo amortizado		1.885.955	736.431
Instrumentos de financiamento		981	—
<b>Outros passivos</b>		<b>343.864</b>	<b>18.626</b>
Obrigações sociais e estatutárias		321	34
Obrigações fiscais e previdenciárias		924	18
Fornecedores	8	117.009	18.002
Outros passivos	10	224.910	572
<b>Não circulante</b>		<b>1.632.981</b>	<b>418.456</b>
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>		<b>1.546.624</b>	<b>397.571</b>
Valor justo por meio do resultado		517.387	115.433
Contratos de comercialização de energia	5	517.387	115.433
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>		<b>1.029.237</b>	<b>282.138</b>
Instrumentos de financiamento	9	307.084	282.138
Outros passivos financeiros	11	722.153	—
<b>Passivo fiscal diferido</b>		<b>86.357</b>	<b>20.885</b>
Total do passivo		<b>3.862.800</b>	<b>1.173.513</b>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>130.488</b>	<b>40.492</b>
Capital social		60.000	30.000
Reserva de lucros		90.648	10.492
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>4.013.448</b>	<b>1.214.005</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Nota	2023	2022
<b>Receita líquida operacional</b>			
Receita com comercialização de energia	14	845.609	232.955
Resultado de instrumentos financeiros	14	151.374	134.219
<b>1.996.983</b>		<b>996.983</b>	<b>367.174</b>
Custos operacionais	15	(724.077)	(255.057)
Outras receitas e despesas operacionais		1.213	—
<b>Resultado bruto da operação</b>		<b>274.119</b>	<b>112.117</b>
Despesas com vendas		—	(27)
Despesas administrativas		—	(27)
Fornecedores	15	(4.174)	(3.367)
Outros passivos	17	(148.525)	(92.306)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>121.420</b>	<b>16.394</b>
Imposto de renda e contribuição social		(41.264)	(5.575)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>80.156</b>	<b>10.819</b>
<b>Resultado abrangente</b>		<b>—</b>	<b>—</b>
Total do Resultado Abrangente		<b>80.156</b>	<b>10.819</b>
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído</b>		<b>2,0699</b>	<b>0,3606</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos impostos	121.420	16.394
<b>Ajustes ao lucro antes dos impostos</b>		
Aumento de capital (Nota 13)	67	100
Provisão de juros (Nota 17)	148.525	92.306
<b>Lucro antes dos impostos ajustado</b>	<b>270.012</b>	<b>108.800</b>
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais</b>		
Instrumentos financeiros	218.568	(227.668)
Contratos de comercialização de energia	(267.849)	(142.563)
Rendas a receber	(7.069)	(6.811)
Adiantamento a fornecedores	(1.958.203)	(482.185)
Outros ativos	1.629	(51)
Fornecedores	235.169	(15.021)
Obrigações sociais e estatutárias	287	25
Obrigações fiscais e previdenciárias	(40.358)	10.747
Outros passivos	884.601	572
<b>Caixa Operacional</b>		
Juros pagos (Nota 17)	—	(11.239)
Impostos pagos	(8.099)	(369)
<b>Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>(742.312)</b>	<b>765.763</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Emissão de debêntures (Nota 17)	30.000	—
Emissão de notas promissórias (Nota 17)	1.872.593	270.000
Pagamento de debêntures (Nota 17)	(846.649)	—
Pagamento de notas promissórias (Nota 17)	—	(80.000)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>1.055.944</b>	<b>764.215</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>313.632</b>	<b>(1.548)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.185	10.733
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	322.817	9.185
<b>Disponibilidades</b>	<b>226.243</b>	<b>7.807</b>
<b>Certificado de depósito bancário</b>	<b>95.574</b>	<b>1.378</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital	Reserva legal Estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>30.000</b>	<b>—</b>	<b>(327)</b>	<b>29.673</b>
Resultado do exercício	—	—	10.819	10.819
Constituição de reservas	541	9.951	(10.492)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>30.000</b>	<b>541</b>	<b>9.951</b>	<b>40.492</b>
Aumento de capital (Nota 13)	30.000	—	—	30.000
Resultado do exercício	—	—	80.156	80.156
Constituição de reservas	—	4.008	(60.156)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>60.000</b>	<b>4.549</b>	<b>86.099</b>	<b>150.648</b>

operações futuras de venda de energia. (e) **Imposto de renda e contribuição social:** A XP Energia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem - baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. (f) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente obrigações a pagar por compra de energia futura e a futuro e que foram adquiridas no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado de um ou do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo médio de pagamento, são mensuradas pelo valor de mercado. (g) **Provisões:** As provisões para ações judiciais trabalhistas, trabalhistas civis e tributárias, quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual inclua na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos custos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (h) **Instrumentos de financiamento:** Os títulos de dívida classificados como Instrumentos de financiamento são classificados por debêntures e notas comerciais, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, incluindo os custos de transação incorridos e, posteriormente, transportados a custo amortizado. Quaisquer diferenças entre os rendimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidas em lucro ou perda durante o período dos empréstimos utilizando o método de taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do EIR. A amortização do EIR é incluída como despesa de juros sobre a dívida na demonstração do resultado. (i) **Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela atualização das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado. (j) **Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos. (k) **Resultado por Ação:** O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído. (l) **Reconhecimento da receita de contratos com clientes - Contratos de comercialização de energia:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflète a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita quando o cliente satisfizer uma obrigação de desempenho. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Contexto operacional:** A XP Comercializadora de Energia S.A., anteriormente denominada Solis Comercializadora de Energia Ltda. ("Companhia" ou "XP Energia") foi constituída em 04 de maio de 2021 e tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torso Sul, 29º andar (parte), CEP 04543-010. A XP Energia atua no comércio atacadista de energia elétrica, mediante contratação, faturamento, importação, venda, importação e entrega de energia elétrica, desenvolvimento de produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes de mercado, representação de agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ou, no caso de sua extinção, junto à entidade que vier a substituí-la, para os processos de adesão, modelagem, registro e medição; e na realização de leilões de compra e venda para consumidores finais, geradores e comercializadores de energia elétrica. A XP Energia é controlada direta pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control, detentora de 18,6% de participação em seu capital total. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 01 de abril de 2024. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** (a) **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O balanço patrimonial está apresentado de acordo com o prazo de validade contábil. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas dos seus prazos contratuais, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes. (b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. (c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As políticas contábeis e métodos são aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando levantadas. (d) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** A Companhia não adotou interpretação qualquer norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor. **3. Resumo das políticas contábeis:** (a) **Instrumentos financeiros ativos e passivos:** A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. **Reconhecimento e mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças entre as debêntures e notas comerciais, são reconhecidas no resultado líquido e acumuladas na reserva de valor justo. As variações no valor justo de títulos monetários classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras". Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros. Os valores justos dos investimentos com cotação pública sobre o preço de compra, se o mercado primário não estiver ativo, são determinados com base em títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Impairment de ativos financeiros:** A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias emitidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de preços de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 4. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **Instrumentos financeiros (contratos futuros de comercialização de energia):** A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia, tratado na nota 5. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições "forward". Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de ser exercido ou prescrito; ou em pouco tempo após a compra, realizando a venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de re venda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A marcação a mercado é feita diariamente, utilizando como base o BBCE e a Dicide, os preços dos produtos serão correspondentes à média ponderada por volume da última hora do dia; sendo utilizados os preços dos produtos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, considerando a existência de liquidez para o menor destes prazos. Para os produtos de baixa liquidez na BBCE será utilizado a curva da Dicide. Esses preços serão mantidos até as negociações serem realizadas na BBCE com volumes superiores a 1MWh ou até a publicação da nova curva da Dicide. A administração avalia que estes instrumentos financeiros se enquadram no Nível 2, visto que o valor justo destes instrumentos financeiros é determinado utilizando técnicas de avaliação onde todos os dados significativos exigidos para sua valorização são observáveis direta ou indiretamente. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros propósitos. As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata. (c) **Rendas a receber:** As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica futura e a faturar aos consumidores livres no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. (d) **Adiantamento a fornecedores:** Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem pagamentos antecipados referente aos contratos futuros de energia, ou seja, as antecipações de contrato de aquisição de energia elétrica que servirão de lastro a

operações futuras de venda de energia. (e) **Imposto de renda e contribuição social:** A XP Energia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem - baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. (f) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente obrigações a pagar por compra de energia futura e a futuro e que foram adquiridas no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado de um ou do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo médio de pagamento, são mensuradas pelo valor de mercado. (g) **Provisões:** As provisões para ações judiciais trabalhistas, trabalhistas civis e tributárias, quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver



## XP COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ 34.475.373/0001-30



\*continuação

(e) **Risco de mercado:** Risco operacional ou indireto, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Energia, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Energia. O objetivo da XP Energia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Energia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) Documentação de controles e procedimentos; (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) Desenvolvimento de planos de contingência; (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e (viii) Padrões éticos e comerciais.

Thiago Simões Maffra	Victor Andreu Mansur Fariñassi
Diretor	Diretor

**DIRETORIA**

Fabrice Cunha de Almeida	Rodrigo Santana Passos Góes
Diretor	Controller

Debêntures	Notas promissórias e comerciais	Total
90.679	82.608	173.287
574.215	270.000	844.215
—	(80.000)	(80.000)
71.537	20.769	92.306
—	(11.239)	(11.239)
736.431	282.138	1.018.569
—	1.872.593	1.872.593
(846.649)	—	(846.649)
110.218	38.308	148.526
—	2.193.039	2.193.039

CONTADOR	
Jairo Luiz de Araújo Brito	Rogério Bessa Junior
CRC: RJ-110743/O-4	CRC: SP-298461/O-6

Aos Administradores e Acionistas: **XP Comercializadora de Energia S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XP Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Contratos de comercialização de energia - contrato futuro (Notas 3 (a) e 5):** A Companhia possui contratos de comercialização de energia que compreende posições forward. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. Esses contratos de energia futuros são mensurados ao valor justo, considerando cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam ou pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Considerando a relevância desses contratos no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, essa área foi considerada como foco de nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento do processo estabelecido pela Companhia para o reconhecimento e mensuração ao valor justo dos contratos de comercialização de energia - contrato futuro. Efetuamos testes quanto a existência dessas operações por meio do confronto das informações em aberto com os respectivos contratos das operações, assim como efetuamos testes das operações liquidadas por meio da inspeção do contrato e extrato de liquidação obtido em fonte externa (Câmara de Comercialização de

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Energia Elétrica - CCEE). Com o apoio de nossos especialistas de precificação, analisamos a metodologia da administração para mensuração desses instrumentos financeiros e efetuamos o cálculo do valor a mercado e provisionamento das operações selecionadas. Desta forma, nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da Companhia. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2024	Tatiana Fernandes Kagohara Georguelev
<b>pwc</b> PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25P000160/O-5	Contadora CRC 1SP245281/O-6

Serra Azul Water Park S.A.  
CNPJ/MF 00.545.378/0001-70

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação**  
Ficam convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Serra Azul Water Park S.A. ("Companhia" ou "SAWP") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na sede da companhia, no endereço Avenida Serra Azul, nº 1000, Bairro Rio Abaixo, cidade de Itupeva/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a) Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomada de contas da administração e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; 2. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; 3. Fixar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 4. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Tomada de contas da administração e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Fixação da remuneração global do administrador da empresa em 2024; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração.  
São Paulo, 8 de abril de 2024 - **Gabriel Luiz Oliva Perez**

Recepta Biopharma S.A.  
CNPJ/MF nº 07.896.151/0001-19 - NIRE 35.300.329.287

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
Ficam convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Recepta Biopharma S.A. ("Companhia" ou "Recepta") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 15h00, em ambiente virtual. **Ordem do Dia - Assembleia Geral Ordinária:** 1. Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Fixação da remuneração global do administrador da empresa em 2024; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração.  
São Paulo, 8 de abril de 2024 - **Gabriel Luiz Oliva Perez**

W7BZ Holding S.A.  
CNPJ/ME nº 16.596.059/0001-24 - NIRE 35.300.442.261

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
Ficam convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da W7BZ Holding S.A. ("Companhia" ou "W7BZ") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na sede da companhia, no endereço Avenida Serra Azul, nº 1000, Bairro Rio Abaixo, cidade de Itupeva/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a) Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomada de contas da administração e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Fixação da remuneração global do administrador da empresa em 2024; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração.  
São Paulo, 8 de abril de 2024 - **Gabriel Luiz Oliva Perez**

Fkoga Participações S/A  
CNPJ/ME nº 31.359.017/0001-63 - NIRE 3530052068-8

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
Ficam convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Fkoga Participações S/A, com sede na Cidade de São Paulo - SP, na Rua Domingos de Moraes, 2692, 1º andar, Sala 2, Vila Mariana, CEP 04036-100, CNPJ/ME nº 31.359.017/0001-63, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP em 28/08/2018, sob NIRE 3530052068-8, por seu Conselho de Administração, Convoca através do presente edital todos os seus acionistas para comparecerem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, na Rua Domingos de Moraes, 2692, 1º andar, Sala 2, Vila Mariana, CEP 04036-100, às 14 horas do dia 22/05/24. As ordens do dia serão: **1) Tomar as contas dos administradores;** 2) **Discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício 2023;** 3) **Aumento de capital pelos acionistas Maurício Toshio Oki, Mitsuko Sampei Oki e Oscar Yuzi Oki,** com a integralização de 4.200.000 quotas da sociedade Okisam Participações Ltda., CNPJ nº 24.148.227/0001-47, no valor total de R\$ 4.200.000,00; **4) Nomeação e aprovação dos 3 peritos que irão avaliar as quotas (Item 3);** **5) Aprovação do laudo de avaliação,** elaborado pelos 3 peritos apurados (Item 4), referentes às quotas a serem integralizadas (Item 3); **6) Aprovação da integralização das 4.200.000 quotas (Item 3),** desde que por valor igual ou inferior ao valor apresentado no laudo de avaliação (Item 5); **7) Aprovação da redistribuição de parte dessas novas ações dos acionistas acima descritos (Item 3)** aos demais acionistas que já cumpriram a integração de suas quotas ao projeto de unificação, conforme estabelecido em Protocolo de Intenções (MOU), de fevereiro de 2023. Esta redistribuição de ações entre os acionistas será a título oneroso, oriundo de permuta de bens, direitos e obrigações entre os acionistas, advinda da integração dessas quotas. **8) Aprovação de remuneração aos membros do Conselho de Administração,** no valor de um salário-mínimo mensal a cada membro. **Importante:** A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação às 14h, com a presença da maioria dos Acionistas. A segunda convocação, se necessária, instalar-se-á independentemente de quórum às 14:30h. O presente edital será publicado em jornal local e afixado na portaria da sede, bem como será enviado por carta simples com aviso de recebimento - AR e por e-mail a todos os acionistas. São Paulo-SP, 04 de abril de 2024. **Wilson Isao Minami** - Presidente do Conselho; **Felipe Massaki Kataoka** - Conselheiro; **Luciana Sayuri Koga** - Conselheira.

ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF 04.032.433/0001-80 - NIRE 33.3.0035015-2 - Companhia Aberta

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
Ficam convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATMA Participações S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "ATMA") convocada os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 10 de maio de 2024, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas da Companhia e de suas controladas (Consolidado), do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Eleger os membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 1 (um) ano; 4. Eleger os membros eleitos e suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato de 1 (um) ano; **Assembleia Geral Extraordinária:** 5. Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia, referente ao exercício de 2024; 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, referente ao exercício de 2024; 7. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à efetivação das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data; **Instruções à Assembleia:** 1. **Declarar a disponibilidade de Acionistas:** na forma do disposto no §5º do art. 135 da Lei nº 6.404/76, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, e podem ser visualizados na rede mundial de computadores, na página da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.atmassa.com.br](http://www.atmassa.com.br)); 2. **Participação na Assembleia de modo exclusivamente digital:** os Acionistas deverão enviar, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, solicitação acompanhada da documentação a seguir relacionada em formato PDF para o e-mail [juridico@atmassa.com.br](mailto:juridico@atmassa.com.br), com cópia para a área de relações com investidores [ri@atmassa.com.br](mailto:ri@atmassa.com.br), em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia; (i) documento de identidade com foto; (ii) comprovação de dados; (iii) extrato de titularidade das ações. As orientações, o link, e os dados para conexão serão enviados somente aqueles que manifestaram tal interesse e apresentaram a integralidade da documentação necessária, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia; 3. **Voto à distância:** os Acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto à distância deverão preencher o Boletim de Voto à Distância e enviá-lo em até 7 (sete) dias úteis da data de realização da respectiva Assembleia ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas na Proposta da Administração e nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024. **Rauli Andrés Ortiz Ramirez** - Presidente do Conselho de Administração.

SC EDU PARTICIPAÇÕES S.A.  
Companhia Fechada - CNPJ nº 40.114.495/0001-02 - NIRE 35.300.561.295

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
Nos termos do Art. 123, alínea "b", da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo acionista SC EDU FIP MULTISTRATÉGIA IF, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 36.609.028/0001-78, devidamente representado por sua gestora registrada na Comissão de Valores Mobiliários, Sharpen Capital Administração de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.162.455/0001-20, com sede na capital do Estado de São Paulo, à Rua Funchal, nº 411, Conj. 51, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, ficam convocados os senhores acionistas da SC EDU PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.114.495/0001-02, com sede na capital do Estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, Conj. 101, Bairro Brooklin Novo, CEP 06519-000 ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 1ª convocação no dia 18 de abril de 2024, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, através da plataforma "Microsoft Teams", pelo link <https://teams.microsoft.com/j2/MeetingJoin-tru6h/1/meet-join/19:meeting-NjyMmY3MzMNWVf002DUxLTMMDANmVjZkYzYzMDI0MDI0?context=%7b%22id%22%3a%22e19b1c71-7afe-482b-8037-94ae1e17a730%22%22id%22%3a%22a8f9101-6b98-4734-b972-b667809210c%22%7d&CT=1712589599858008-Outlook-Body&ID=98A59F52-4402-43BA-A18B-68908A35CDDA&anon=true&deplink=0d-0547a6d-50dc-4954-994c1-3599898bdf0e>, para examinar, discutir e votar as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) a aprovação das contas dos Administradores e dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; (ii) a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; e (iii) a aprovação para que a administração da Companhia proceda com os ritos procedimentais necessários, a fim de garantir a devida publicação dos documentos aqui dispostos, incluindo a ata de Assembleia Geral Ordinária, quando formalizada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Documentos da Administração:** Nos termos do Art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, os seguintes documentos estarão disponíveis aos acionistas da Companhia em, pelo menos, até 3 (três) dias úteis antes da data da Assembleia Geral Ordinária: (a) relatório da administração da Companhia sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; (b) cópia das demonstrações financeiras da Companhia devidamente auditadas por auditor independente registrado na CVM, em conformidade com o estatuto social da Companhia, bem como os documentos que subsidiaram sua construção, incluindo as demonstrações financeiras das controladas da Companhia; e (c) parecer dos auditores independentes. Os Documentos da Administração seguirão os critérios e parâmetros dispostos na Lei das Sociedades por Ações e os padrões das normas contábeis aplicáveis e vigentes.  
São Paulo, 10 de abril de 2024.  
SC EDU FIP MULTIE  
Representado por seu Gestor  
Sharpem Capital Administração de Recursos Ltda.  
p. Raphael Ades

## CONTENÇÃO

## Vale propõe plano de ação para mitigar anomalia em barragem

A Vale informou na quarta-feira, 10, que propôs um plano de ação para mitigação da anomalia identificada na barragem Forquilha III, em Ouro Preto, Minas Gerais. Segundo a mineradora, trata-se de acúmulo de material sedimentado na saída de 1 dentro os 131 dispositivos de drenagem instalados.

Todos os instrumentos de monitoramento da barragem Forquilha III indicam que as condições gerais da estrutura seguem inalteradas, garantiu a Vale, que se comprometeu a implementar ações necessárias nos próximos dias, mantendo as autoridades informadas. O acúmulo de material sedimentado na saída do dispositivo de drenagem da barragem de Forquilha III, foi detectado no dia 15 de março deste ano.

A proposta da Vale foi colocada sobre a mesa em reunião realizada esta semana com representantes da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, das defesas civis, estadual e municipais, além da Agência Nacional de Mineração e da empresa de auditoria que assessora o Ministério Público, incluindo representantes do corpo téc-

nico da Vale.

A barragem Forquilha III é parte do Programa de Descaracterização de Barragens a Montante da Vale e teve protocolo de emergência em nível 3 ativado em 2019. Desde 2021, a Vale mantém uma Estrutura de Contenção a Jusante da barragem, capaz de conter seus rejeitos.

Segundo a Vale, a Zona de Autossalvamento da estrutura permanece evacuada, sem a presença de comunidades. A companhia continuará empreendendo todos os esforços visando a redução do nível de emergência da estrutura, até que sua descaracterização seja finalizada. "A Vale prioriza a segurança de seus empregados e comunidades com atuação transparente", destaca a mineradora. A barragem Peneirinha, localizada na mina Horizontes, no Complexo Vargem Grande, em Nova Lima (MG), teve seu nível de emergência retirado pela Agência Nacional de Mineração (ANM). A estrutura obteve a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) positiva, atestando a sua segurança.

Essa é a 12ª barragem da empresa a deixar o nível de

emergência nos últimos dois anos. Das 19 que ainda mantêm algum nível de emergência, todas as que recebiam rejeitos estão inativas. Além disso, todas as barragens construídas pelo método a montante estão em processo de descaracterização. Essas barragens são monitoradas permanentemente e recebem ações contínuas para aprimorar a segurança.

A barragem Peneirinha contém em torno de 1 milhão m³ de rejeitos e foi construída pelo método de alteamento por linha de centro. Ela está inativa desde 1986 e não recebe mais rejeitos. A estrutura passou por investigações geotécnicas e ensaios de laboratório, que confirmaram as condições de segurança e estabilidade do barramento, viabilizando a retirada de nível de emergência e a obtenção da DCE.

As ações foram devidamente comunicadas aos órgãos competentes, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) das estruturas e nas legislações vigentes.

A Vale tem trabalhado for-

tamente para aprimorar a gestão e segurança das suas barragens e contribuir para um ciclo mais sustentável para a mineração no Brasil, mais seguro para as pessoas, para o meio ambiente e para seus empregados.

"A melhora nas condições de segurança das estruturas da Vale reflete esse esforço e a implementação das melhores práticas de gestão de estruturas geotécnicas, incluindo as previstas no Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos (GISTM, em inglês)", afirma Geraldo Paes, Diretor Global de Geotecnia da Vale.

O objetivo principal do GISTM é garantir dano zero às pessoas e ao meio ambiente em torno da barragem durante todo seu ciclo de vida, do projeto até seu fechamento.

As principais barragens da Vale são monitoradas 24 horas por dia e 7 dias por semana pelos Centros de Monitoramento Geotécnico (CMGs) da empresa, além de receberem inspeções regulares de equipes internas e externas, que agem prontamente quando são necessárias ações preventivas ou corretivas.

Maringá Ferro-Liga S.A.  
CNPJ/MF nº 61.082.988/0001-70 - NIRE 35.3.0001745-5

**Aviso aos Acionistas**  
Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na Rua Joaquim Floriano, 466, 6º andar, Conjuntos 601 e 602, Sala 2, Torre Office, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-002, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/76, relativos ao exercício de 2023. A **Diretoria**.

Recepta Biopharma S.A.  
CNPJ nº 07.896.151/0001-19

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)		
	2023	2022
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.385.467</b>	<b>5.682.674</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	185.196
Aplicações financeiras	5	1.581.905
Outros adiantamentos	6	606.316
Seguros a apropriar	12	10.250
<b>Não circulante</b>	<b>574.368</b>	<b>472.557</b>
Imobilizado	7	—
Intangível	8	574.368
<b>Total do ativo</b>	<b>2.959.835</b>	<b>6.155.231</b>
<b>Demonsstrações do Resultado Abrangente</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro/Prejuízo do exercício	(287.515)	(4.021.040)
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(287.515)</b>	<b>(4.021.040)</b>
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.517.407</b>	<b>4.388.012</b>
Contas a pagar - moeda externa	9	554.379
Salários e encargos sociais	—	53.651
Outras contas a pagar	39.042	69.020
Tributos a pagar	1.733	86.793
Receita diferida com subvenção governamental - projeto FINEP	10	922.253
Contingência - Pró-labore	9	(iii)
<b>Não circulante</b>	<b>1.392.562</b>	<b>1.429.838</b>
Provisão de bônus a pagar	9	(iii)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>49.866</b>	<b>337.381</b>
Capital social	11	a)
Despesas financeiras	11	b)
Gastos com emissão de ações	11	c)
Reserva de capital	11	a)
Lucros/Prejuízos acumulados	11	b)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.959.835</b>	<b>6.155.231</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(519.182)</b>	<b>(5.077.827)</b>
Despesas financeiras	14	432.183
Resultados financeiros	—	232.814
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>285.678</b>	<b>1.056.787</b>
Lucro/Prejuízo do exercício	18	

SITUAÇÃO DE RISCO

# Plano de combate à violência contra a mulher prevê integrar estados e cidades

O Senado aprovou um plano de metas para enfrentamento à violência contra a mulher. O projeto de lei, que teve origem na Câmara dos Deputados, prevê a criação de uma rede estadual para atendimento às mulheres em situações de risco.

A partir de emenda proposta pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), o texto original, que previa o combate da violência doméstica e familiar contra a mulher, foi

ampliado. Por isso, vai retornar à Câmara englobando todos os tipos de violências às quais as mulheres são submetidas. Para a relatora do projeto, senadora Janaína Farias (PT-CE), a alteração colabora para "tornar mais efetiva a legislação protetiva e, portanto, agindo para resguardar a mulher de todos os tipos de violência".

Ela afirma que o texto será capaz de garantir às meninas e

mulheres "a integridade dos seus direitos humanos, em especial ao direito de viver uma vida digna, livre de qualquer tipo de violência". Isso porque o projeto tem caráter interdisciplinar, já que as redes de proteção vão atuar em conjunto com órgãos públicos das áreas de segurança, saúde, justiça, assistência social, educação e direitos humanos.

As principais metas do plano,

que deverá ser atualizado a cada dois anos até atingir o prazo de validade de dez anos, visa proteger a mulher de forma humanizada, tendo como principais objetivos: expandir o monitoramento eletrônico do agressor e disponibilizar às vítimas dispositivos móveis que garantam a segurança delas; aumentar o número das delegacias de atendimento à mulher e ampliar o horário de funcionamento des-

tes órgãos e dos institutos médico legais; implementar programa de reeducação e acompanhamento psicossocial do agressor; incluir disciplina específica sobre o combate à violência contra a mulher nos cursos das instituições policiais e ensinar conteúdo sobre a prevenção das violências de gênero nos currículos da educação básica.

Para a procuradora especial da Mulher no Senado, senadora

Zenaida Maia (PSD-RN), as ações apresentarão resultados significativos, quando implementadas de forma articulada, como prevê o plano. De acordo com ela, "se não tiver a sociedade como um todo dando as mãos, os estados e os municípios e o governo federal, a gente vai continuar vendo mais de 50% da população que somos nós, mulheres, sendo vítimas de todo tipo de violência".

MINAS

## Exportações de café para a China sobem quase 4.000%

O café mineiro tem rompido barreiras geográficas e culturais e vem conquistando paladares do outro lado do planeta. Nesta semana do Dia Mundial do Café, comemorado no domingo (14/4), um dos destaques é o crescimento das exportações para a China, que passaram por aumento vertiginoso nos últimos dez anos, com aumento registrado da ordem de 3.960% no valor movimentado, alcançando a cifra de quase US\$ 251 milhões em 2023.

Com o avanço, o país asiático chegou ao patamar de sexto principal destino da produção cafeeira do estado. Os resultados são fruto da qualidade em ascensão, impulsionada pelos serviços de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e vigilância sanitária oferecidos pelo Governo de Minas, contribuindo para a profissionalização do setor e a ampliação de mercados internacionais, a exemplo dos irmãos Walter e Ednilson Dutra, de Manhuaçu, na Zona da Mata.

Os cafeicultores são pioneiros em integrar o Programa Certifica Minas Café, coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), e comercializam no exterior há duas décadas. Atualmente, toda a produção da Fazenda Dutra é orgânica e vendida diretamente a mais de 20 países. A primeira vez que a família enviou o produto para a China foi no ano 2016.

"Nós estamos exportando desde 2.000, começamos com apenas um container para a Alemanha e lutamos para crescer, procurando sempre quem possa nos ajudar, os órgãos do Governo de Minas e outras instituições públicas. A gente jamais imaginou que o nosso café pudesse chegar à China, um nome que remete a grandeza, tão longe daqui", afirma Ednilson.

Entre 2022 e 2023, o salto de exportações do café mineiro para a China foi de 250%, chegando a quase US\$ 251 milhões e 1,2 milhão de sacas embarcadas no ano passado. Em 2022, os dados correspondiam a US\$ 71,5 milhões e 324 mil sacas. Para se ter ideia, há dez anos, em 2014, as compras chinesas

somavam apenas US\$ 6,1 milhões e 32,2 mil sacas.

De acordo com o diretor de Cadeias Produtivas da Seapa, Julian Silva Carvalho, esse aumento expressivo decorre de mudanças nos padrões de consumo dos orientais, que cada vez mais têm aprendido a apreciar a bebida.

"Nós viemos de um cenário de baixa demanda por café por parte dos chineses. Diferentemente do que sempre aconteceu nos Estados Unidos e na Europa, as pessoas na China tinham o costume de consumir chá ao invés de café. Conforme veio se tornando mais cosmopolitas e conhecendo novos produtos, isso tem se transformado", avalia o especialista.

O café é o principal item da pauta exportadora do agronegócio de Minas Gerais, alcançando a receita total de US\$ 1,1 bilhão no primeiro bimestre deste ano, com um volume de 5,3 milhões de sacas embarcadas. Os Estados Unidos, a Alemanha, a Bélgica, o Japão e a Itália lideram as aquisições do produto mineiro, seguidos pela China. O Governo de Minas incentiva a produção de café com qualidade superior, respeitando as boas práticas agropecuárias de padrão internacional, por meio da assistência técnica da Emater-MG, das pesquisas da Epamig e da vigilância sanitária executada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária.

Além disso, em 2023, esforços conjuntos da Secretaria de Agricultura, do Instituto Estadual de Florestas, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) culminaram no desenvolvimento da plataforma SeloVerde MG.

A ferramenta comprovou que 99% das propriedades cafeeiras em Minas Gerais estão categorizadas como áreas livres de desmatamento desde 2008, data-base estipulada pelo Código Florestal.

As avaliações computacionais do parque cafeeiro analisaram 118 mil propriedades, abrangendo aproximadamente 1,1 milhão de hectares. O diagnóstico é conduzido de maneira automatizada, empregando inteligência artificial para o processamento de grandes volumes de dados. Para isso, são utilizadas as informações mais precisas disponíveis.

"O resultado é importante para sinalizar ao mercado internacional o emprego de práticas ambientalmente responsáveis na cafeicultura mineira, com respeito às matas nativas, e permitir que os parceiros do exterior continuem importando o produto de Minas Gerais", analisa o secretário de Agricultura, Thales Fernandes.

### BOM RETIRO IV ENERGIA S.A.

CNPJME nº 51.868.141/0001-61 - NIRE 3130015721

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 4 de abril de 2024, às 09:30 horas, na sede da Bom Retiro Energia S.A. ("Companhia") na Cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Bom Retiro, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 36.806-899. **2. MESA:** Presidente: Victor Pereira Souto, e Secretário: Gilson Souza Souto Jr. **3. CONVOCAÇÃO:** Tendo em vista a presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, ficam dispensadas as formalidades de convocação, face ao que faculta o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."). **4. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas); (ii) da Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definição abaixo), e, consequentemente, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e (iii) da Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definição abaixo); (iv) a autorização para que os representantes legais da Companhia outorguem procurações no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos contratos; (v) a autorização para que os representantes legais e procuradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos e adotem todas as medidas necessárias à realização da emissão de 92.000 (noventa e dois) certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") da 1ª série da 283ª emissão da TRUE SECURITIZADORA S.A. (CNPJ/MF: 12.130.744/0001-00) ("Securizadora"), nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("Lei 9.514"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução 60"), e demais atos e regulamentos aplicáveis, e o registro de 92.000 (noventa e dois) certificados de recebíveis (reais), sendo que os CRI serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais leis e regulamentos aplicáveis ("Oferta" e "Operação", que por sua vez serão lastreados nos créditos cedidos à Securizadora por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários sem Cooperação e Outras Avanças", celebrado em 26 de março de 2024, entre as empresas de seu grupo econômico envolvidas na Oferta e a Securizadora ("Contrato de Cessão"), bem como à outorga e constituição das garantias mencionadas no subitem (i) acima, incluindo, mas não se limitando a discussão, negociação e definição dos termos e condições da emissão Operação e da Oferta, dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo), o Contrato de O&M e Locação de Equipamento, os Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos) e quaisquer outros documentos relacionados à Operação e à Oferta de que seja parte, e seus eventuais aditamentos; e (vi) ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às matérias de deliberações acima. **6. DELIBERAÇÕES:** Os Acionistas deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: **6.1.** A aprovação da constituição, pela Companhia, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento (1.a) de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas e que venham a ser assumidas pelas empresas de seu grupo econômico no âmbito do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento da totalidade do Valor de Recomprou Compulsória (conforme definido no Contrato de Cessão), da Multa Indenizatória (conforme definido no Contrato de Cessão) e das demais obrigações pecuniárias previstas no Contrato de Cessão; (1.b) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação às atividades de crédito imobiliário emitidas, sem limitação, para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários oriundos das CCI e dos CRI e encussão das Garantias (conforme abaixo definido), penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrida pelo Agente Fiduciário dos CRI (incluindo suas remunerações) e/ou pelos Titulares de CRI (conforme definido no Termo de Securitização), inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização) para arcar com tais custos; (1.c) de todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, assumidas pelas Fiduciárias perante a Securizadora, nos termos do Contrato de Cessão e demais documentos da Operação, incluindo, sem limitação, os valores devidos em caso de um Evento de Recomprou Compulsória ou de um Evento de Multa Indenizatória (conforme definidos no Contrato de Cessão) (em conjunto, as "Obrigações Garantidas CRI"); (2.a) todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive, mas sem limitação, decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às debêntures emitidas pela Carangola IV Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.078/0001-74 ("Carangola IV"), pela Santa Cruz Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.836.549/0001-68 ("Santa Cruz") e Bom Retiro Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.076.096/0001-56 ("Bom Retiro"), e quando em conjunto com Carangola IV e com a Santa Cruz, as "SPEs CRI III" e subscritas pela Securizadora para que figurassem como lastro dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 80ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securizadora ("Debêntures CRI III" e "CRI III", respectivamente), bem como das demais obrigações assumidas pela Carangola IV, Bom Retiro e Santa Cruz perante a Securizadora no âmbito do (2.) "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Carangola IV Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Carangola IV"); (2.ii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Carangola IV Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Carangola IV"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Bom Retiro Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Bom Retiro"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Bom Retiro Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Bom Retiro"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Santa Cruz Energia S.A." ("Escritura de Emissão das Debêntures Santa Cruz"); (2.iii) o "Instrumento Particular de Escritura da 1

**O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.**



**Fale com quem entende de Publicidade Legal.**

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

**Diário Comercial**

[www.diariocomercial.com.br](http://www.diariocomercial.com.br)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1FE2-0120-78A7-0B2D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1FE2-0120-78A7-0B2D



### Hash do Documento

08D46304CEECD2BC3DE25C32CB986A82F5E3DFE216BFD6964441256688DD285

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 11/04/2024 00:19  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

